



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO

Ampla associação entre

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Mato Grosso
Universidade de Cuiabá



LAÍS ALVES

**A PROFISSIONALIDADE DA MULHER POR MEIO DO PROGRAMA
PROFUNCIONÁRIO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE GAÚCHA DO NORTE – MT**

Cuiabá-MT
2024



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO

Ampla associação entre
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Universidade de Cuiabá



LAÍS ALVES

A PROFISSIONALIDADE DA MULHER POR MEIO DO PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE GAÚCHA DO NORTE – MT

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra

Linha: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Escolar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ensino (PPGE_n), nível mestrado do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso em associação ampla com a Universidade de Cuiabá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Cuiabá-MT
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A474p Alves, Laís

A profissionalidade da mulher por meio do programa profuncionário das escolas estaduais de Gaúcha do Norte – MT/ Laís Alves. – Cuiabá, 2024.
110f. : il. color.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra.
Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Programa de Pós - Graduação Stricto Sensu, Mestrado Ensino, Cuiabá, 2024.

Inclui Bibliografia

1. Profuncionário 2. Movimento feminista 3. Mulher e divisão social do trabalho I. Título.

CDD 370.98172
CDU 37.012(817.2)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Campus Cuiabá
ATA Nº 80/2024 - CBA-DPPG/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT

ATA DE BANCA DE DEFESA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Cidade, data e horário	Cuiabá-MT, 12 de dezembro de 2024, 14h30	
Local	Campus Cuiabá "Octayde",	
Discente	LAÍS ALVES	
Matrícula	2023180660187	
Curso de pós-graduação	Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Ensino PPGEn	
Tipo de Exame	Defesa	
Título do trabalho	A PROFISSIONALIDADE DA MULHER POR MEIO DO PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE GAÚCHA DO NORTE - MT	
Membros da Banca Examinadora	Instituição	Examinador(a)
Prof. Dr. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Presidente
Profa. Dra. Suammy Priscila Rodrigues Leite Cordeiro	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Interna
Profa. Dra. Simone Albuquerque da Rocha	Universidade Federal de Rondonópolis - UFR	Externa
Profa. Dra. Maria Auxiliadora de Almeida Arruda	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Suplente
Profa. Dra. Marilda de Oliveira Costa	Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT	Suplente
PARECER DA BANCA EXAMINADORA		
Concluídas as etapas de apresentação, arguição e avaliação do trabalho, a Banca Examinadora decidiu pela Aprovação da discente LAÍS ALVES neste Exame. Foi concedido o tempo regulamentar para executar os ajustes solicitados pela banca. A banca sugere as alterações para a melhoria do texto e elogia a questão do referênciá teórico e da importância da pesquisa para o Profuncciónário. Para constar, foi lavrada a presente Ata e assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.		

Documento assinado eletronicamente por:

- Suammy Priscila Rodrigues Leite Cordeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/12/2024 10:31:26.
- Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/12/2024 10:36:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/11/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 765587
Código de Autenticação: 9d0f540bf2



Dedico este trabalho à minha família, esposo,
professores, orientador e colegas de mestrado,
que me incentivaram ao longo dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me dado saúde e condições de trilhar essa jornada.

Ao meu orientador, Prof^o Dr^o: Ronaldo Eustaquio Feitoza Senra, pela orientação, apoio constante e valiosas contribuições durante todo o desenvolvimento da pesquisa. Sua paciência, dedicação e expertise foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora, Prof^a Dra Simone Albuquerque da Rocha e Prof^a Dra Suammy Priscila Rodrigues Leite Cordeiro, por suas sugestões, críticas construtivas e pelo tempo dedicado à leitura e análise desta dissertação.

Agradeço também aos meus colegas e amigos, que me acompanharam nesta jornada acadêmica, oferecendo apoio emocional, trocas de ideias e momentos de descontração.

Ao meu esposo Adir Rosa, pela paciência, compreensão e apoio incondicional ao longo de todo esse processo. Seu amor, incentivo e presença foram essenciais para que eu pudesse dedicar-me de corpo e alma a esta pesquisa. Obrigada por sempre acreditar em mim e por estar ao meu lado em todos os momentos, tanto nas dificuldades quanto nas conquistas.

À minha família, pelo amor incondicional, à minha mãe Maria Divina e meu pai Ediumar, pelo incentivo, disponibilidade e compreensão ao longo de toda a minha trajetória. Sem o apoio de vocês, esta conquista não seria possível.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso deste trabalho, seja com palavras de incentivo, sugestões ou apoio técnico.

Obrigada!

Sonhos determinam o que você quer.
Ação determina o que você conquista.

Aldo Novak

ALVES, Laís. **A PROFISSIONALIDADE DA MULHER POR MEIO DO PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE GAÚCHA DO NORTE – MT.** 2024. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação e Ensino (PPGEn). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) em associação com a Universidade de Cuiabá (UNIC), Cuiabá.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo descrever e interpretar a percepção das Técnicas Administrativas em Educação (TAEs) quanto à sua atuação profissional e à construção de sua profissionalidade a partir das experiências proporcionadas pelo programa Profucionário. Os autores como Marx (2013) e Federici (2017; 2019) fornecem bases econômicas e críticas para compreender a marginalização das mulheres, enquanto Beauvoir (1970) analisa construções sociais e culturais do gênero. Estudiosos como Alves e Medeiros (2016), e González (1988) destacam resistências e experiências específicas, incluindo as de mulheres indígenas e negras latino-americanas, ampliando o debate sobre interseccionalidade. A análise enfatiza também os avanços legislativos no Brasil, como o Decreto nº 21.417-A (1932) e o Projeto de Lei nº 6653/2009, como esforços para igualdade no mercado de trabalho. No subcapítulo sobre o Profucionário, destaca-se o programa como um marco na profissionalização e valorização dos técnicos administrativos educacionais, promovendo qualificação pedagógica e prática, conforme os Decretos nº 7.415 (2010) e nº 8.752 (2016). A iniciativa contribui para a inclusão educacional e para a emancipação feminina, desafiando estereótipos de gênero e fortalecendo a igualdade no ambiente educacional. A formação continuada e o empoderamento das mulheres TAEs são apresentados como pilares para transformar suas trajetórias profissionais e reforçar seu papel na educação básica. A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa e fundamentada em entrevistas semiestruturadas com as TAEs que concluíram o Profucionário. Foram selecionadas apenas as TAEs que participaram do programa Profucionário em Gaúcha do Norte. A metodologia incluiu estudo de caso intrínseco, baseado em Stake (1978; 2000), para explorar profundamente as experiências e percepções das participantes Técnicas Administrativas em Educação do sexo feminino que participaram do programa Profucionário em Gaúcha do Norte - MT. Adotando uma abordagem qualitativa, o estudo buscou compreender as motivações, desafios e impactos do programa nas vidas pessoais e profissionais das participantes. As entrevistas, conduzidas entre dezembro de 2023 e março de 2024, foram gravadas, transcritas e analisadas para identificar padrões e tendências. O estudo destaca o impacto do programa na profissionalização e empoderamento das mulheres, além de oferecer recomendações para aprimorar políticas educacionais e promover a equidade de gênero na educação.

Palavras-chave: Profissionalidade. Profucionário. Técnicas Administrativas Educacionais.

ALVES, Laís. **WOMEN'S PROFESSIONALITY THROUGH THE PROFUNCIÓNÁRIO PROGRAM OF THE STATE SCHOOLS OF GAÚCHA DO NORTE – MT.** 2024. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação e Ensino (PPGE). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) em associação com a Universidade de Cuiabá (UNIC), Cuiabá.

ABSTRACT

This study aimed to describe and interpret the perception of Educational Administrative Technicians (EATs) regarding their professional performance and the construction of their professionalism based on experiences provided by the Profunçãoário program. Authors such as Marx (2013) and Federici (2017; 2019) provide economic and critical foundations for understanding the marginalization of women, while Beauvoir (1970) analyzes social and cultural constructions of gender. Scholars like Alves and Medeiros (2016), and González (1988) highlight specific resistances and experiences, including those of indigenous and black latin american women, broadening the debate on intersectionality. The analysis also emphasizes legislative advances in Brazil, such as Decree N°. 21.417-A (1932) and Bill N°. 6653/2009, as efforts toward equality in the labor market. In the subchapter on Profunçãoário, the program is highlighted as a milestone in the professionalization and recognition of Educational Administrative Technicians (EATs), promoting pedagogical and practical qualification in accordance with Decrees N°. 7.415 (2010) and N°. 8.752 (2016). The initiative contributes to educational inclusion and women's empowerment, challenging gender stereotypes and strengthening equality in the educational environment. Continuous education and the empowerment of female EATs are presented as pillars for transforming their professional trajectories and reinforcing their role in basic education. The research was conducted with a qualitative approach, based on semi-structured interviews with EATs who completed the Profunçãoário program. Only EATs participating in the program in Gaúcha do Norte were selected. The methodology included an intrinsic case study, based on Stake (1978; 2000), to deeply explore the experiences and perceptions of female Educational Administrative Technicians who participated in the Profunçãoário program in Gaúcha do Norte - MT. Adopting a qualitative approach, the study sought to understand the participants' motivations, challenges, and the program's impact on their personal and professional lives. The interviews, conducted between December 2023 and March 2024, were recorded, transcribed, and analyzed to identify patterns and trends. The study highlights the program's impact on women's professionalization and empowerment, offering recommendations to improve educational policies and promote gender equity in education.

Keywords: Professionalism. Profunçãoário. Educational Administrative Technicians.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Módulos – Formação Pedagógica.....	38
Figura 2 - Módulos específicos	40
Figura 3 - Período e marco teórico do movimento feminista e a profissionalização das mulheres	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado da busca com o descritor: Profissionalidade.....	18
Quadro 2 – Resultado da busca com o descritor: Profucionário	19
Quadro 3 – Resultado da busca com o descritor: Técnicas Administrativas Educacionais	19
Quadro 4 - Mapeamento das pesquisas correlatas no período de 2012 a 2023	20
Quadro 5 - Síntese de legislações entre 1990 a 2022	32
Quadro 6 - TAEs Profissionalizados pelo IFMT através do Curso Profucionário	40
Quadro 7 - Síntese da Metodologia	77
Quadro 8 – Resumo dos apontamentos das entrevistadas	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EaD	Educação à Distância
AAEs	Apoios Administrativos Educacionais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEFAPROS	Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação
Básica	
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CREaD	Centro de Referência em Educação à Distância
CST	Cursos Superiores de Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MT	Mato Grosso
PND	Profissionais Não Docentes
PNE	Plano Nacional de Educação
Profucionário	Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação
	Básica dos Sistemas de Ensino Público
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SINTEP	Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público
TAEs	Técnicos Administrativos em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. MAPEAMENTO DE PESQUISAS CORRELATAS.....	18
2. PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO: IMPORTANTE NA PROFISSIONALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL.....	23
2.1 Síntese dos Documentos e Fundamentos Legais do Programa Profuncciónário	32
2.2 Organização pedagógica do programa Profuncciónário	38
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	45
3.1 Mulheres TAE: navegando além da certificação na jornada de profissionalização	47
3.2 Movimento feminista e a profissionalização das mulheres – A divisão social do trabalho	54
3.3 Análise histórica da divisão social do trabalho	55
3.4 A força do trabalho feminino.....	57
3.5 As lutas femininas	60
4. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO.....	70
4.1 Contexto da pesquisa	72
4.2 Obtenção de dados.....	73
4.3 Análise de dados	75
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	78
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICES	103

INTRODUÇÃO

A profissionalização da mulher tem se mostrado um tema de grande relevância nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito à inserção e crescimento das mulheres no mundo do trabalho. As mulheres enfrentaram obstáculos significativos ao ingressarem em diversas áreas, sendo submetidas à discriminação e subestimação. A construção da identidade feminina foi e continua sendo moldada pela luta incansável dos movimentos sociais os quais denunciaram as desigualdades entre experiências sociais de homens e mulheres, buscando fortalecer o papel feminino como ator político e garantindo seu direito ao controle do espaço público e participação ativa na vida em sociedade.

Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) são servidores públicos que desempenham funções administrativas e técnicas, essenciais para o funcionamento das instituições educacionais. Atuam em setores como gestão, administração e apoio técnico, além de contribuírem diretamente para a qualidade do ambiente de ensino. No caso específico das TAEs, a profissionalização e capacitação contínua são fundamentais para garantir uma atuação eficiente e qualificada para enfrentar os desafios de um ambiente em constante transformação.

O Programa Profucionário foi criado em 2007 com o objetivo de promover a formação e qualificação dos servidores que atuam nas funções administrativas e de apoio nas instituições de ensino público. Instituído pelo Ministério da Educação (MEC), o programa visa capacitar TAEs para o exercício de suas atividades, oferecendo cursos técnicos de nível médio.

O Profucionário se destaca por fornecer formação técnica nas áreas de Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Infraestrutura Escolar, com o propósito de melhorar a qualidade dos serviços prestados dentro das escolas. O programa é direcionado especialmente àqueles que não possuem formação específica ou buscam aperfeiçoar seus conhecimentos. A principal característica do Profucionário é a sua estruturação em cursos à distância com encontros presenciais periódicos que facilitam o acesso à formação para profissionais em diferentes regiões do país. Além de promover o desenvolvimento das habilidades técnicas necessárias para o exercício das funções, o programa também tem como objetivo valorizar os servidores, oferecendo oportunidades de crescimento profissional, contribuindo para a melhoria da gestão educacional e possibilidades de melhorias salariais de

acordo o plano de cargos e carreiras assegurado em legislação especificamente na Lei Complementar nº 050/1998¹.

O Programa Profuncionário ofertado pelo IFMT em Mato Grosso teve várias edições ao longo dos anos, com um total de 12.670 cursistas.

A escolha de investigar este tema em Gaúcha do Norte fundamentou-se na significativa presença feminina no contexto educacional, associada ao desempenho das funções cotidianas, ou seja, à profissionalidade das Técnicas Administrativas Educacionais no município.

A relevância deste estudo reside no fato de que há uma escassez de produções acadêmicas voltadas para a área 21², especialmente no que tange à formação técnica de mulheres. Esse campo específico, embora de grande importância para o desenvolvimento profissional e social das mulheres, ainda é amplamente negligenciado na literatura existente, o que torna a pesquisa sobre a formação técnica feminina uma contribuição significativa para a área.

Em Gaúcha do Norte, município de Mato Grosso (MT) com uma população de mais de 8 mil habitantes³, atualmente existem apenas 5 mulheres profissionalizadas pelo curso Profuncionário atuando como Técnicas Administrativas Educacionais nas escolas públicas estaduais. Muitas delas ainda enfrentam obstáculos relacionados à qualificação, como a falta de acesso a programas de formação continuada, a ausência de políticas institucionais que promovam o desenvolvimento profissional e a escassez de incentivos para a progressão na carreira, fatores que limitam suas oportunidades de crescimento. Nesse contexto, a profissionalização das mulheres que atuam como TAEs se torna um fator essencial para não só promover a equidade de gênero, mas também para fortalecer a educação e a gestão escolar no município.

¹ Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998. Dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso.

² A 21ª Área Profissional compreende as atividades em nível técnico “de planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio pedagógico e administrativo nas escolas públicas e privadas de Educação Básica e Superior, nas respectivas modalidades” (BRASIL, 2005c, p. 3). As atividades que compõem a Área 21, são, “tradicionalmente, as funções educativas que se desenvolvem complementarmente à ação docente” (BRASIL, 2005c, p. 3). De acordo com a CNE, os serviços de apoio escolar “são realizados em espaços como secretaria escolar, manutenção de infraestrutura, cantinas, recreios, portarias, laboratórios, oficinas, instalações esportivas, jardins, hortas e outros ambientes requeridos pelas diversas modalidades de ensino. As funções de secretaria escolar, alimentação escolar, multimeios didáticos e infraestrutura dão origem às habilitações profissionais mais correntes na área” (BRASIL, 2005c, p. 03).

³ A população da cidade de Gaúcha do Norte é de 8.642 pessoas segundo os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2022 publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho se justifica pela necessidade de compreender como o Programa Profucionário, por exemplo, pôde influenciar a realidade dessas mulheres, oferecendo-as uma oportunidade de crescimento profissional e pessoal. Além disso, ao abordar a profissionalização em um contexto local específico, é possível fornecer contribuições sobre políticas públicas e programas de formação que, ao serem adequadamente implementados, têm o potencial de transformar a realidade impulsionando o desenvolvimento regional e a inclusão social.

Diante desse contexto, a questão-problema que se apresentou foi: Quais os desafios e avanços enfrentados pelas TAEs no processo de profissionalização e no exercício da profissionalidade?

O objetivo geral é descrever e interpretar a percepção das TAEs quanto às suas atuações profissionais a partir da experiência proporcionada pelo programa Profucionário, identificando os principais desafios enfrentados por essas profissionais no processo de profissionalização e no desenvolvimento de sua profissionalidade. Já os objetivos específicos são: compreender os avanços na prática profissional diante à efetividade do Programa Profucionário em Gaúcha do Norte - MT; Descrever as percepções das TAEs sobre as oportunidades de ascensão profissional após a conclusão do curso Profucionário.

A metodologia da pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa, visando compreender profundamente as experiências e percepções das mulheres TAEs que participaram do Programa Profucionário em Gaúcha do Norte - MT. A escolha pela abordagem qualitativa foi fundamentada na necessidade de uma análise rica e detalhada das vivências das participantes, o que permitiu uma exploração mais contextualizada dos dados.

Esta pesquisa contribui para o avanço do conhecimento científico ao aprofundar a compreensão sobre a profissionalização/profissionalidade da mulher no contexto específico de Gaúcha do Norte - MT. Ao investigar o impacto do Programa Profucionário na qualificação das TAEs, o estudo enriquece o debate acadêmico sobre políticas de capacitação profissional e igualdade de gênero, explorando como programas de formação técnica podem fomentar o empoderamento feminino e reduzir disparidades de gênero no mundo do trabalho.

Além disso, a pesquisa oferece subsídios relevantes para a formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas para a profissionalização feminina. Ao identificar os desafios enfrentados pelas mulheres TAEs e os pontos de melhoria no Programa Profucionário, o estudo pode contribuir para a criação de políticas mais eficazes e inclusivas, que apoiem o desenvolvimento profissional das mulheres e promovam sua maior inserção no mundo de trabalho, impactando no bem-estar social de uma da região.

A literatura sobre a profissionalidade feminina, especialmente no âmbito da educação, revela importantes avanços, mas ainda há lacunas significativas a serem exploradas. O tema abrange décadas de lutas em busca da igualdade de gênero, com as mulheres enfrentando discriminação e obstáculos para ingressar em áreas profissionais. Neste contexto, a valorização das TAEs se destaca como um tema que ainda carece de um aprofundamento adequado.

A abordagem deste estudo visou aprofundar a compreensão sobre esse tema ainda pouco investigado, destacando-se pelo foco na experiência feminina dentro da categoria das TAEs em Gaúcha do Norte - MT, a partir de uma perspectiva histórica e de gênero. Ao proporcionar um olhar crítico sobre a profissionalidade feminina e os impactos diretos de programas de formação continuada, como o Profucionário, em sua trajetória profissional, este estudo contribui para o campo acadêmico com informações relevantes para a formulação de novas políticas públicas voltadas à valorização e equidade de gênero no setor educacional.

Para a coleta de dados, foram adotadas entrevistas semiestruturadas como principal técnica de investigação. As entrevistas foram direcionadas às Técnicas Administrativas Educacionais que concluíram o curso Profucionário e o roteiro das entrevistas foi elaborado com base na revisão de literatura e nos objetivos estabelecidos para a pesquisa, permitindo a obtenção de informações detalhadas sobre as experiências das participantes, os desafios enfrentados e suas percepções acerca do impacto do programa. As entrevistas foram gravadas mediante consentimento prévio das participantes, garantindo a precisão na transcrição e na análise dos dados coletados. Adicionalmente, foram analisados documentos oficiais relacionados ao Programa Profucionário, a fim de complementar e contextualizar as informações obtidas nas entrevistas.

O estudo foi realizado na cidade de Gaúcha do Norte, no estado de Mato Grosso e contou com a participação de cinco Técnicas Administrativas Educacionais do sexo feminino que concluíram o curso Profucionário. Foram adotadas medidas rigorosas para garantir a proteção da identidade e da privacidade das participantes, tendo a pesquisa sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa para assegurar conformidade com as normas éticas e legais.

A análise dos dados foi realizada por meio de um estudo de caso intrínseco, seguindo as diretrizes de Stake (1978, p. 258; 2000, p. 437). Este método permitiu uma compreensão aprofundada do fenômeno estudado, focando na análise das experiências individuais das participantes e no impacto do programa em suas vidas profissionais. Para organizar e apresentar os dados de forma clara, foram elaborados quadros e tabelas que sintetizam as informações qualitativas obtidas. Além disso, as narrativas das participantes serão exploradas para identificar padrões e temas recorrentes, utilizando a literatura existente e as técnicas

recomendadas por Stake (1978, p. 256; 2000, p. 436) para uma interpretação rica e detalhada das experiências das TAEs.

1. MAPEAMENTO DE PESQUISAS CORRELATAS

Um mapeamento foi realizado nas bases de dados do portal Periódicos da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na plataforma SciELO, utilizando como descritores os termos "Profissionalidade", "Profucionário" e "Técnicas Administrativas Educacionais". A pesquisa abrangeu o período de setembro de 2023 a março de 2024, resultando na obtenção do seguinte resultado:

Quadro 1 – Resultado da busca com o descritor: Profissionalidade

Base de Dados	Pesquisas Localizadas	Pesquisas Após Critérios de Inclusão/Exclusão	Pesquisas Inventariadas	Tipo
BDTD	1	1	1	D
SciELO	0	0	0	
Periódicos CAPES/MEC	3	3	3	D

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O estudo sobre a profissionalidade da mulher por meio do Programa Profucionário nas escolas estaduais de Gaúcha do Norte – MT evidencia a importância desse programa como um instrumento de valorização e capacitação dos trabalhadores da educação, com foco especial na profissionalização feminina. A busca nas bases de dados (Quadro 1) revelou uma escassez de publicações específicas sobre o tema nas principais fontes consultadas. Na BDTD, foi localizada uma única pesquisa que atendeu aos critérios de inclusão e exclusão, através da relevância do tema e do ano de publicação. Já na base Capes, foram encontradas três pesquisas pertinentes, enquanto a SciELO não apresentou nenhum resultado. Esse levantamento aponta para a necessidade de mais investigações sobre o impacto do Profucionário, especialmente em contextos educacionais regionais e na profissionalização de mulheres.

Quadro 2 – Resultado da busca com o descritor: Profucionário

Base de Dados	Pesquisas Localizadas	Pesquisas Após Critérios de Inclusão/Exclusão	Pesquisas Inventariadas	Tipo
BDTD	3	3	3	D
BDTD	1	1	1	T
SciELO	0	0	0	
Periódicos CAPES/MEC	3	3	3	D

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O quadro acima apresenta informações relevantes acerca das produções acadêmicas sobre o descritor Profucionário, a saber: são mínimas as produções acadêmicas correlatas sobre o tema, sendo encontradas apenas sete trabalhos nos bancos de dados pesquisados, mediante a relevância do tema e o ano de publicação, sendo que foi encontrada uma tese de doutorado. O desenvolvimento do primeiro trabalho *Stricto sensu* com a temática surgiu apenas cinco anos após a implementação do Programa Profucionário.

Quadro 3 – Resultado da busca com o descritor: Técnicas Administrativas Educacionais

Base de Dados	Pesquisas Localizadas	Pesquisas Após Critérios de Inclusão/Exclusão	Pesquisas Inventariadas	Tipo
BDTD	3	3	3	D
SciELO	0	0	0	
Periódicos CAPES/MEC	3	3	3	D

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No quadro acima, há uma lacuna considerável nos estudos sobre contexto educacional administrativo. Foram encontrados na BDTD, apenas três pesquisas mediante a relevância do tema e o ano de publicação. Já na base Capes, foram encontradas três pesquisas pertinentes, enquanto a SciELO não apresentou nenhum resultado.

Quadro 4 - Mapeamento das pesquisas correlatas no período de 2012 a 2023

Autor/Ano	Tipo	Título	Objetivo	Conclusão
LOPES, Cláudio Simone Carneiro (2014)	D	A identidade profissional pela tessitura do discurso de funcionários/as da Escola Pública Estadual no Programa Profuncionário	Valorização dos cursistas do Profuncionário como sujeitos educadores, proporcionando conhecimento as comunidades escolares onde estes estão atuando, sobre a relevância da formação continuada em que estão envolvidos, como elemento que contribuirá significativamente para a melhoria da Educação Pública.	Programa de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar Cultura e Sociedade da UFMA.
PEDROSO, Jociane Martins (2015)	D	A implementação do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Profuncionário no Paraná	analisar a relação entre o Profuncionário e os conceitos requeridos para a formação do trabalhador a partir da década de 1990	Graduação Stricto Sensu em Educação – PPGE, da UNIOESTE.
VARGAS, Claudia Amélia (2015)	D	O programa Profuncionário e a valorização e Profissionalização dos/as servidores/as não docentes da educação básica	conhecer a interferência do Programa Profuncionário na formação e valorização dos trabalhadores/as não docentes da Educação Básica.	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado e Doutorado em Educação da UCG.
MARCHESAN, Michele Roos (2017)	D	Programa Profuncionário: Repercussões nas Trajetórias profissionais de Egressas.	Analisar as políticas públicas voltadas para a profissionalização dos trabalhadores da educação e identificar os motivos que levam as egressas do curso Técnico em Múltiplos Didáticos a	O programa Profuncionário é uma alternativa eficaz para a profissionalização dos funcionários da educação, oferecendo oportunidades de desenvolvimento e valorização das carreiras dos participantes.

			participar do Programa Profuncionário.	
VEIGA, Célia Cristina Pereira da Silva (2020)	T	Determinantes sócio-históricos das mudanças recentes na gestão da educação profissional tecnológica no Brasil	Explicar como a regulamentação dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST) flexibiliza a formação para o trabalho complexo e educa o trabalhador para a instabilidade do mercado.	A regulamentação dos CST reflete a recomposição burguesa na política educacional e promove a dualidade educacional no nível superior. Além de qualificar trabalhadores para aplicar ciência e tecnologia, esses cursos moldam os trabalhadores para enfrentar a precarização do trabalho e da vida, reforçando a divisão do trabalho educacional e a divisão social do conhecimento.
LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; JOYE, Cassandra Ribeiro e COSTA NERY SILVA, Maria das Graças. (2023)	D	Desafios e oportunidades para a formação de funcionários/as da educação básica	Analisar os desafios e oportunidades para a formação dos funcionários da educação básica, com foco na experiência do Profuncionário entre 2015 e 2021.	O Profuncionário promove uma formação baseada no direito à profissionalização, permitindo o desenvolvimento de competências que beneficiam o funcionamento das instituições e valorizando as funções dos funcionários da educação básica.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A análise dos estudos apresentados no Quadro 4 amplia a compreensão sobre o papel do Profuncionário na construção da identidade profissional dos funcionários da educação, alinhando-se ao tema da profissionalidade da mulher em Gaúcha do Norte. Veiga (2020, p. 288), por exemplo, discute como a regulamentação dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST) flexibiliza a formação para o mercado, preparando trabalhadores para enfrentar a instabilidade.

Embora este estudo não trate diretamente do Profuncionário, ele traz *insights* sobre como as formações técnica e superior se adaptam às exigências do mercado, o que também ocorre no contexto do Profuncionário ao atender a demanda por trabalhadores qualificados nas funções administrativas e técnicas das escolas. Da mesma forma, Marchesan (2017, p. 121) e Martins (2018, p. 1-142) destacam o programa como uma possibilidade efetiva de profissionalização, oferecendo desenvolvimento e valorização para trabalhadores que, de outra forma, poderiam não ter acesso a esse tipo de formação. O Profuncionário, portanto, torna-se um espaço onde a mulher se fortalece profissionalmente, ampliando suas perspectivas e autonomia dentro do ambiente escolar.

Por fim, o estudo de Leclerc, Joye e Costa Nery Silva. (2023, p. 503) analisa os desafios e oportunidades do Profuncionário e reforça a importância da profissionalização no desenvolvimento de competências dos funcionários da educação básica. Para as TAEs de Gaúcha do Norte, este programa não apenas proporciona qualificação profissional, mas também atua como um meio de inserção e valorização dentro da comunidade educacional, contribuindo para o empoderamento feminino no contexto educacional.

Em síntese, os resultados dos quadros indicam que o Programa Profuncionário desempenha um papel crucial na profissionalização das mulheres, ao permitir que elas adquiram habilidades técnicas e administrativas que valorizam suas funções nas escolas estaduais. Esse processo contribui para a construção de uma identidade profissional mais forte e para a inserção das mulheres em um ambiente de trabalho mais qualificado e reconhecido, reforçando a importância de programas de formação contínua voltados ao desenvolvimento e valorização de trabalhadoras da educação.

Historicamente, o papel feminino no setor educacional foi associado a estereótipos, muitas vezes vistos como uma extensão de suas responsabilidades domésticas, o que resultou em uma desvalorização desse trabalho em comparação a outros setores, como ciência e tecnologia (Oliveira, 2021, p. 17). Embora haja um reconhecimento crescente da presença feminina nas escolas, a literatura atual não tem dado a devida atenção às particularidades das mulheres que atuam em funções administrativas, como as TAEs, e ao impacto de programas de formação continuada, como o Profuncionário, na construção de suas identidades profissionais.

De fato, programas como o Profuncionário têm o potencial de contribuir para a profissionalização dessas mulheres, mas ainda faltam estudos que explorem como essa formação impacta especificamente suas carreiras e sua autoimagem profissional (Andrade, 2015, p. 159). Autores como Vargas (2015, p. 1-80), discutem as distinções entre "profissionalidade" e "profissionalização", destacando que, enquanto a profissionalidade

refere-se às habilidades, atitudes e valores, a profissionalização é o processo de aquisição dessas competências. No entanto, não há uma vasta literatura que aborde como essas duas dimensões interagem no contexto das TAEs.

Além disso, há uma lacuna considerável nos estudos que discutem a interseccionalidade entre gênero e formação profissional no contexto educacional administrativo. Apesar de algumas pesquisas, como a de Dourado e Moraes (2009, p. 433), abordarem a formação continuada no setor educacional, elas não se aprofundam nas experiências de mulheres que, além de enfrentarem as desigualdades de gênero, são submetidas à precarização laboral.

Dessa forma, a originalidade desta pesquisa reside justamente no enfoque sobre as TAEs e a análise crítica do impacto do Profucionário em suas trajetórias profissionais. O estudo busca entender não apenas como a formação técnica influenciou suas habilidades e práticas da profissionalidade, mas também como elas percebem o papel do programa em sua valorização profissional e pessoal. Nesse sentido, este trabalho se distingue ao incorporar uma abordagem interdisciplinar que considera fatores sociais, históricos, políticos e educacionais, alinhando-se aos recentes debates sobre a equidade de gênero e o papel das políticas públicas na promoção da igualdade.

Em termos de mapeamento da literatura, podemos observar que a maioria dos estudos sobre o Profucionário, como os de Barbosa (2018, p. 67-81) e Monlevade (2020, p. 655-667), foca em aspectos gerais do programa e na sua implementação em diferentes estados, mas falha em abordar de maneira específica a experiência das TAEs, e, em particular, das mulheres. Isso deixa um vácuo importante na análise das políticas públicas voltadas para essas profissionais, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social, como os observados no interior do Mato Grosso onde não há muitas oportunidades de crescimento profissional.

2. PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO: IMPORTANTE NA PROFUNCIÓNALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFUNCIÓNAL

O Programa Profucionário, uma iniciativa do Ministério da Educação, constitui um marco relevante na profissionalização e valorização dos profissionais não docentes (PNDs). Contudo, esta pesquisa concentra-se especificamente nos Técnicos Administrativos Educacionais. Lançado com o objetivo de proporcionar formação técnica a esses profissionais que atuam na educação básica das redes estaduais e municipais de ensino, o programa tem desempenhado um papel crucial na transformação do cenário educacional brasileiro.

Neste caminho, consideramos importante retomar a discussão sobre o surgimento do programa Profuncionário que remonta ao final do século XX e início do século XXI, quando se reconheceu a necessidade de uma formação mais sólida para os profissionais da educação. Desde então, o programa tem se esforçado para cumprir seus objetivos, proporcionando aos TAEs não apenas a certificação necessária, mas também uma compreensão mais profunda de seus papéis e responsabilidades dentro do sistema educacional.

Desta forma, buscamos em Trajano Júnior (2018, p. 60-63), compreender que com a promulgação da Constituição Brasileira, em 1988, inaugurou-se uma nova fase para os profissionais não docentes. Aliados aos sindicatos, eles se dedicaram à construção de uma identidade profissional com especial ênfase na formação. Esse impulso surgiu das lutas trabalhistas que emergiram no final dos anos 80, especialmente em Mato Grosso, sob a coordenação do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público (SINTEP), antigo nome da Associação Matogrossense dos Profissionais da Educação.

Destaca-se, conforme Monlevade (2008, p. 26), que, apesar da proibição anterior à sindicalização, os servidores públicos conquistaram o direito de se articular em sindicatos. Tal movimentação resultou em um triunfo de grande magnitude para a formação e valorização desses profissionais. Brzezinski e Vieira (2014, p. 198-232) defendem em seu trabalho que esse movimento assume relevância histórica, pessoal, coletiva e relacional, sendo delineado por um contexto específico e pelo intrincado terreno intersubjetivo das relações sociais.

Dedicando-se integralmente à formação profissional e à valorização desses profissionais, o Parecer CNE/CEB nº 16/2005⁴ (Brasil, 2005, p. 1-5), datado de 28 de outubro de 2005, deu origem ao Profuncionário - Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público. Este programa está centrado na formação técnica e na valorização dos funcionários da educação que, em exercício, buscam habilitação compatível com suas funções na Unidade Escolar.

Em fevereiro de 2005, o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação enviou, por meio do Ofício GAS/SEB/MEC nº 2.727/2005, uma proposta de cursos e de Diretrizes Curriculares Nacionais para a profissionalização técnica de nível médio na área da Educação ao Conselho Nacional de Educação.

⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 16/2005. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar.

De acordo com o Parecer da Câmara de Educação Básica a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, ao encaminhar ofício de proposição do programa fundamentou-se,

[...] na crença de que a ação educativa desenvolvida na escola não se restringe à importante atuação educativa do professor, mas abrange, também, as demais relações sociais estabelecidas nas e pelas instituições educativas. A Secretaria da Educação Básica ressalta que os profissionais não docentes constituem-se em “**um segmento historicamente esquecido e não contemplado pelas políticas oficiais**” e que o “o novo contexto social fez da escola um espaço de exercício de múltiplos papéis, o que requer a presença de vários profissionais da educação. Esta realidade coloca em cena os funcionários de escola” (Brasil, 2005, p. 01, grifo nosso).

A iniciativa da Secretaria da Educação Básica, aprovada em agosto do mesmo ano e publicada no Diário Oficial da União em 28/10/2005, parte do princípio de que a ação educativa na escola vai além do papel do docente, incluindo as diversas relações sociais estabelecidas nas instituições educacionais.

A compreensão de que a ação educativa na escola transcende o papel direto desempenhado exclusivamente pelo docente na instituição foi consolidada na Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Área Profissional de Serviços de Apoio Escolar (Brasil, 2005, p. 02). Os demais agentes escolares, geralmente excluídos do contexto ensino/aprendizagem e não reconhecidos como sujeitos ativos no processo de busca e produção de conhecimento, passaram a ter sua atuação reconhecida nesse aspecto.

Neste caminho, é possível notarmos que a partir da proposição e aprovação da criação de um programa de valorização e profissionalização dos trabalhadores não docentes que atuam diuturnamente nas unidades escolares brasileiras, o alvorecer de novas condições de trabalho em que aqueles profissionais que anteriormente eram conhecidos apenas como apoio à educação, passassem a figurar como profissionais diretamente ligados e atuantes nas atividades educacionais.

Assim, a consolidação de novas políticas educacionais de fortalecimento e valorização dos profissionais não docentes da educação é um passo significativo na construção de um modelo educacional que visa preencher todas as lacunas existentes no processo educativo que se perpetuam desde o início da educação formal no Brasil, que se baseava em um modelo elitista. Rompendo com esses paradigmas, vimos a materialização das lutas trabalhistas travadas outrora para a valorização dos profissionais da educação serem confirmadas através

da sanção do Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010⁵ (Brasil, 2010), que passava a instituir a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, dispondo sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – Profucionário.

Entretanto, em 09 de maio de 2016 o Decreto nº 7.415/2010 é revogado pela então Presidente da República Dilma Vana Rousseff que sanciona o Decreto nº 8.752/2016⁶ (Brasil, 2016, p. 01) que reformula a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

É possível verificarmos que no Artigo 1º é definida a finalidade da Política e a caracterização das categorias de profissionais, conforme observamos abaixo.

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, com a finalidade de fixar seus princípios e objetivos, e de organizar seus programas e ações, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, e com os planos decenais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Para fins deste Decreto, consideram-se profissionais da educação básica as três categorias de trabalhadores elencadas no art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a saber: professores, pedagogos e funcionários da educação, atuantes nas redes públicas e privadas da educação básica ou a elas destinados (Brasil, 2016).

Desta forma, é possível verificarmos que o Decreto nº 8752/2016 institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, traçando princípios, metas, programas e ações em parceria com os sistemas de ensino. Essas diretrizes estão alinhadas ao Plano Nacional de Educação (PNE) e aos planos decenais dos estados, municípios e do Distrito Federal. Observamos que o objetivo desta política é reforçar a formação de profissionais que têm um papel fundamental no cenário educacional, incluindo professores, pedagogos e funcionários da educação nas redes de ensino básico públicas e privadas.

O Decreto reconhece as três categorias de trabalhadores, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ressaltando a importância não apenas dos professores, mas também dos pedagogos e demais funcionários da educação (Brasil, 1996, p. 41). Esta visão abrangente demonstra o entendimento de que a qualidade da educação não é

⁵ BRASIL. Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010. Institui a política nacional de formação dos profissionais da educação básica, dispõe sobre o programa de formação inicial em serviço dos profissionais da educação básica dos sistemas de ensino público - profucionário, e dá outras providências.

⁶ BRASIL. Decreto nº 8.752, de 09 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

determinada unicamente pelo trabalho docente, mas é influenciada por uma equipe multidisciplinar. Ao incentivar a colaboração entre os sistemas de ensino, o decreto tem como objetivo maximizar os esforços para implementar uma formação sólida e alinhada com os objetivos educacionais nacionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua do sistema educacional brasileiro.

Neste caminho, verificamos que o artigo 2º do referido Decreto apresenta os princípios pelos quais serão norteadas as ações da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, conforme observamos abaixo:

Art. 2º Para atender às especificidades do exercício de suas atividades e aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, a formação dos profissionais da educação terá como princípios:

I - o compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e dos grupos sociais;

II - o compromisso dos profissionais e das instituições com o aprendizado dos estudantes na idade certa, como forma de redução das desigualdades educacionais e sociais;

III - a colaboração constante, articulada entre o Ministério da Educação, os sistemas e as redes de ensino, as instituições educativas e as instituições formadoras;

IV - a garantia de padrão de qualidade nos cursos de formação inicial e continuada;

V - a articulação entre teoria e prática no processo de formação, fundada no domínio de conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos específicos, segundo a natureza da função;

VI - a articulação entre formação inicial e formação continuada, e entre os níveis, as etapas e as modalidades de ensino;

VII - a formação inicial e continuada, entendidas como componentes essenciais à profissionalização, integrando-se ao cotidiano da instituição educativa e considerando os diferentes saberes e a experiência profissionais;

VIII - a compreensão dos profissionais da educação como agentes fundamentais do processo educativo e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a processos formativos, informações, vivência e atualização profissional, visando à melhoria da qualidade da educação básica e à qualificação do ambiente escolar;

IX - a valorização dos profissionais da educação, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à progressão na carreira, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho; [...] (Brasil, 2016, grifo nosso).

Ao observarmos os princípios pelos quais serão regidas as ações desta política, consideramos importante evidenciar os incisos VIII e IX que tratam do reconhecimento da importância das ações desempenhadas pelos profissionais da educação no processo educativo, de tal forma que sejam-lhes oportunizados projetos e propostas que visem a qualificação e capacitação dos profissionais não docentes atuantes na educação básica, proporcionando não apenas a qualificação, mas também sua valorização profissional e conseqüentemente melhorias em suas remunerações.

Neste caminho, o Profucionário foi criado pela Portaria nº 25 de 2007 (Brasil, 2007, p. 08) com o objetivo de promover a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica que trabalham em escolas e órgãos das redes públicas de ensino. Em sua primeira versão, o programa oferecia apenas cursos técnicos de nível médio, nas habilitações de secretaria escolar, alimentação escolar, multimeios didáticos, meio ambiente e infraestrutura escolar. Em 2010, o Profucionário foi ampliado para contemplar também cursos superiores voltados à formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica. Essa ampliação foi realizada por meio do Decreto nº 7.415/2010 (Brasil, 2010), que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Trajano Júnior, 2021, p. 37; Oliveira, 2021, p. 12).

Em 2016, o Profucionário foi novamente incorporado na versão atualizada da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, promulgada pelo Decreto nº 8.572 de 9 de maio de 2016 (Brasil, 2016, p. 01). Essa atualização incluiu a oferta de cursos na modalidade Educação à Distância (EaD), com o objetivo de ampliar o acesso à formação para profissionais da educação básica que residem em localidades remotas (Trajano Júnior, 2021, p. 46; Oliveira, 2021, p. 02).

Em 2011, o Profucionário foi transferido da Secretaria de Educação Básica para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, de acordo com a Portaria Ministerial nº 1.547, de 24 de outubro (Brasil, 2011). Essa mudança foi motivada pelo fato de o Profucionário ter como foco a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, o Profucionário passou a integrar a Rede e-Tec Brasil, que é uma rede de instituições de ensino que oferecem cursos na modalidade EaD. Com essa alteração, o programa passou a contar com a participação das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que assumem a preferência como instância de oferta de cursos (Trajano Júnior, 2021, p. 57; Oliveira, 2021, p. 2).

O Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público constitui-se, portanto, como sendo um curso técnico pós-médio de formação para os funcionários da educação, voltado para os trabalhadores que exercem funções administrativas nas escolas das redes públicas estaduais e municipais de educação básica. O curso é realizado à distância, com encontros presenciais quinzenais. As habilitações oferecidas são secretaria escolar, alimentação escolar, multimeios didáticos e infraestrutura escolar.

De acordo com o Ministério da Educação (Brasil, 2017), o Profucionário surgiu como uma proposta político-educacional, com o objetivo de promover a formação de qualidade para os funcionários da educação. O curso é fundamentado em princípios conceituais e

metodológicos que visam à qualificação profissional e ao desenvolvimento das competências necessárias para o exercício das funções administrativas nas escolas. A modalidade de ensino à distância, com encontros presenciais quinzenais, permite que os trabalhadores da educação possam conciliar as atividades de estudo com as atividades profissionais. As quatro habilitações oferecidas foram escolhidas de acordo com as necessidades identificadas nas redes públicas de ensino. O curso contribui para a profissionalização dos trabalhadores da educação e para a melhoria da qualidade da educação básica.

Traçando um recorte para o estado de Mato Grosso, recorremos a Oliveira (2021, p. 12) para compreendermos que antes mesmo da criação desta Política Nacional, o estado já buscava meios de garantir a valorização dos profissionais da educação por meio do Projeto Arara Azul:

Seguindo uma tendência nacional, foi implementado em Mato Grosso, ao final da década de 1990, o Projeto Piloto Arara Azul, que foi criado tendo como objetivo primordial profissionalizar os profissionais não docentes que compunham o quadro efetivo das escolas públicas municipais e estaduais do Estado de Mato Grosso. [...] O projeto Arara Azul é considerado o precursor do programa PROFUNCIÓNÁRIO no país. Em Mato Grosso [...], os cursos profissionalizantes do Programa PROFUNCIÓNÁRIO, foram ofertados em meados da década de 2010, através da parceria do Governo Federal, Secretaria de Estado de Mato Grosso, por meio do CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais de Educação) e das Prefeituras Municipais da região (Oliveira, 2021, p. 12).

Oliveira (2021, p. 12) destaca em sua pesquisa a evolução da formação profissional dos profissionais não docentes em Mato Grosso, com ênfase no Projeto Piloto Arara Azul e no Programa Profuncciónário. Implementado no final dos anos 1990, o Projeto Piloto Arara Azul surgiu como uma resposta à necessidade de profissionalização dos profissionais não docentes nas escolas públicas municipais e estaduais de Mato Grosso. Este projeto é considerado um marco importante, pois é visto pela pesquisadora como o precursor do Programa Profuncciónário no país.

Sobre isso, verificamos em Monlevade (2020) que,

O Projeto Arara Azul, segundo a mesma fonte, foi iniciativa da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, Seduc, de 1998 a 2004, e “habilitou 4.555 funcionários em 98% dos municípios, como Técnicos em Administração Escolar, Técnicos em Nutrição Escolar, Técnicos em Multimeios Didáticos e Técnicos em Manutenção de Infra-estrutura Escolar”. Os currículos destes cursos tinham sido “inspirados” pelas sugestões de João Monlevade, em seu livro, de 1995: *Funcionários das Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis*, que, com a professora Marília Salomoni e outros educadores, havia participado da transformação da Associação Mato-grossense de Professores (AMP) em Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação (AMPE), em 1987. Na falta de uma norma nacional, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, onde estava presente a professora Tania Pasqualini, diretora do Sintep, aprovou os planos de curso com os respectivos currículos como habilitações em gestão escolar, com ênfase nas qua-tro áreas acima citadas. Registre-se aqui a parceria entre o Governo Estadual, através da Seduc e dos

esforços do Executivo e do Legislativo Mato-grossenses em implantar a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica (LOPEB), que previu as carreiras não só de professores como de técnicos e apoios administrativos escolares (TAE e AAE), desde que portadores dos diplomas nestas quatro habilitações (Monlevade, 2020, p. 660).

Já em 2010, os cursos profissionalizantes do Programa Profucionário foram introduzidos em Mato Grosso, através de uma colaboração entre o Governo Federal, a Secretaria de Estado de Mato Grosso, o Centro de Formação e Atualização dos Profissionais de Educação (CEFAPRO) e as Prefeituras Municipais da região. Esta iniciativa representa um avanço significativo na formação profissional dos profissionais não docentes, reforçando o compromisso com a melhoria contínua da qualidade da educação (Oliveira, 2021, p. 17).

Ainda de acordo com a pesquisadora,

Quando se olha para o aspecto social, tratando-se de avanços quanto a visibilidade, o reconhecimento profissional e a abertura para a participação desses sujeitos no processo educativo e quanto a sua definição funcional, não houve os resultados esperados. Quanto à indefinição profissional, podemos dizer que a mesma é utilizada de maneira deliberada, já que não definindo funções e atribuições, pode-se colocar o profissional a desempenhar toda a atividade que aparecer na instituição, contrariando os princípios da profissionalização ofertada, já que esse profissional, durante a formação, recebe conhecimentos que devem habilitá-lo, especificamente, para o exercício de uma determinada função (Oliveira, 2021, p. 17).

Oliveira (2021, p. 17) levanta questões importantes sobre a profissionalização na educação. Ela destaca que, apesar dos avanços na visibilidade e no reconhecimento profissional, ainda há desafios significativos a serem superados. A falta de definição clara das funções e atribuições dos profissionais da educação é um desses desafios. A pesquisadora argumenta que essa indefinição é usada de forma deliberada para permitir que os profissionais sejam designados para qualquer atividade que surja na instituição. Isso contradiz os princípios da profissionalização, pois os profissionais recebem formação específica para desempenhar funções específicas. Essa prática pode levar à subutilização de suas habilidades e conhecimentos, além de potencialmente comprometer a qualidade da educação. Portanto, é crucial que haja uma correspondência mais precisa entre a formação recebida pelos profissionais da educação e as funções que desempenham nas instituições de ensino.

Dourado (2012, p. 07) ao prefaciá-la obra Democratização da escola, utilizada como material didático do curso técnico em Gestão em Educação Escolar, destaca que

Vivenciamos um processo de mudanças nas relações sociais capitalistas com impacto nos diferentes cenários da sociedade, nos seus processos de organização e gestão. Nesse contexto, compreender a lógica de organização da sociedade e buscar mecanismos que contribuam para a sua democratização é fundamental e se efetiva,

entre outros, por meio de processos sistemáticos de formação continuada a ser garantida para os diferentes sujeitos sociais. O Profucionário, como programa de formação direcionada aos funcionários de escola, busca contribuir para a melhoria de sua atuação. [...] Nesse cenário adverso, é forçoso agir em outra direção. Democratização da escola implica repensar a sua organização e gestão, por meio do redimensionamento das formas de escolha do diretor e da articulação e consolidação de outros mecanismos de participação. Nesse sentido, é fundamental garantir, no processo de democratização, a construção coletiva do projeto pedagógico, a consolidação dos conselhos escolares e dos grêmios estudantis, entre outros mecanismos. Isso quer dizer que a cultura e a lógica organizacional da escola só se democratizarão se todos que vivenciam seu cotidiano contribuírem para esse processo de mudança (Dourado, 2012, p. 7-8).

Observamos que Dourado (2012, p. 08) destaca a importância do reconhecimento de todos os profissionais que atuam na unidade escolar, enfatizando a necessidade de democratizar o acesso à qualificação profissional e melhorar as condições de trabalho. Ele ressalta que vivemos em um período de mudanças significativas nas relações sociais capitalistas, que têm impacto em vários aspectos da sociedade, incluindo a organização e gestão das escolas.

O Profucionário, como programa de formação voltado para os funcionários da escola, é apontado pelo autor como uma ferramenta importante para melhorar a atuação desses profissionais. No entanto, Dourado (2012, p. 08) argumenta que a democratização da escola requer mais do que apenas a formação profissional pois isso implica também repensar a organização e gestão da escola, redimensionar as formas de escolha do diretor e consolidar outros mecanismos de participação, como a construção coletiva do projeto pedagógico, a consolidação dos conselhos escolares e dos grêmios estudantis.

Dourado (2012, p. 8) enfatiza que a cultura e a lógica organizacional da escola só se democratizarão se todos que vivenciam seu cotidiano contribuírem para esse processo de mudança. Isso sublinha a importância de envolver todos os profissionais da escola no processo de democratização, reconhecendo e valorizando suas contribuições para a educação.

Assim, após estabelecermos esta importante discussão sobre os fundamentos legais que contribuíram para o surgimento e a consolidação da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, a qual consideramos como um dos principais pilares para a discussão sobre a profissionalização das técnicas administrativas educacionais, passaremos a compreender e a discorrer sobre os saberes das mulheres TAEs para além da certificação, uma forma de entendermos a posição ocupada pelas técnicas no ambiente de trabalho perpassando por seus desafios e conquistas.

2.1 Síntese dos Documentos e Fundamentos Legais do Programa Profuncionário

A análise dos documentos institucionais do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação revela um esforço significativo para valorizar e capacitar os funcionários da educação básica pública no Brasil. No quadro 5, pode-se observar uma síntese das legislações entre 1990 à 2022, que mais impactaram na profissionalização e na valorização do TAEs em Mato Grosso:

Quadro 5 - Síntese de legislações entre 1990 a 2022

Ano	Legislação	Abrangência	Descrição	Observações
1990	Lei nº 5.604/1990	Estadual	Regulamentou a Gestão Democrática no Estado de Mato Grosso	Tramitou no STF a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 282 (ADI 282) que questionou a forma de nomeação dos diretores escolares. O STF entendeu que o cargo é de confiança e que cabe ao Executivo Estadual criar as regras para sua nomeação. Os últimos diretores foram escolhidos por meio de processo seletivo interno.
1998	Lei nº 7.040/1998	Estadual	Regulamenta os dispositivos do Artigo 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), bem como o inciso VI do Artigo 206 da Constituição Federal, que estabelecem Gestão Democrática do Ensino Público	Criou a gestão democrática e permitiu que TAEs participassem dos Conselhos Deliberativos e Conselhos Fiscais

			Estadual, adotando o sistema seletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar.	
1998	Lei Complementar nº 050/1998	Estadual	Instituiu o Plano de Carreira da Educação Básica em MT. Incluiu os TAEs como profissionais da educação.	Garantiu aos tais diversos direitos: licença prêmio, licença para Qualificação profissional, garantia de progressão na carreira mediante tempo de serviço e escolaridade; previu a profissionalização dos TAEs com direito a melhoria da remuneração.
2001	Lei nº 10.172/2001	Nacional	Instituiu o PNE 2001/2010	Foi silente em relação aos funcionários de escola, prevendo ações exclusivamente para o magistério.
2004	Decreto 5.154/2004	Nacional	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,	Ao regulamentar a oferta da educação profissional (Ensino Médio) e tecnológica (Ensino Superior), interferiu diretamente na oferta de formação para os TAEs.
2005	Resolução nº05/2005-CNE	Nacional	Criou a 21ª área profissional: Serviços de Apoio Escolar	Considerado o marco legal para a definitiva oferta de cursos

				profissionalizantes pelo Profuncionário.
2005	Parecer CNE/CEB nº 16, de 3 de agosto de 2005	Nacional	Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar.	Reconheceu a importância dos profissionais não docentes e a necessidade de formação específica para o melhor desempenho profissional.
2006	Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006	Nacional	Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições	Inseriu no texto constitucional a valorização profissional (plano de carreira) dos profissionais da educação básica, bem como o piso salarial para a categoria.
2007	Portaria nº 25/MEC/2007	Nacional	Instituiu o Profuncionário	A partir daqui os TAEs puderam ter acesso à formação inicial pelo Profuncionário, com cursos ofertados pelos IFs.
2007	Portaria nº 539/MEC/2007	Nacional	Instituiu o Conselho Político do Profuncionário	O Profuncionário passou a contar com um conselho político, responsável pelo acompanhamento de sua implantação. O conselho era formado por representantes de vários setores, inclusive da CNTE. Portaria foi revogada em 2021,
2007	Lei nº 11.494/2007	Nacional	Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB	O Art 40 criou a obrigatoriedade dos Estados, Distrito Federal e Municípios criarem Planos de Carreira para os profissionais da educação: I – a remuneração condigna dos profissionais na educação básica da rede pública; II -

				integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da escola; III – a melhoria da qualidade do ensino da aprendizagem.
2008	Portaria nº 13/2008/MEC	Nacional	Delegou às instituições de Ensino Público a competência para as atividades de formação do Profucionário.	Com essa delegação, ficou garantido o ensino público e gratuito para os interessados nos cursos do Profucionário.
2009	Lei nº 12.014/2009	Nacional	Alterou o Art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ampliando o rol de profissionais da educação básica.	Incluiu os TAEs no rol de profissionais da educação básica, valorizando profissionalmente esses trabalhadores.
2010	Portaria nº 72, de 6 de maio de 2010	Nacional	Criar, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o eixo tecnológico Apoio Educacional, bem como aprovar a inclusão do Curso Superior de Tecnologia em Processos Escolares, com carga horária mínima de 2.400 horas.	Pode ser entendida como uma continuidade do que já vinha ocorrendo nos cursos técnicos ofertados pelo Profucionário (Ensino Médio). Marca garantia de continuidade de formação e de valorização social da categoria.
2010	Decreto nº 7.415/2010	Nacional	Instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e o Profucionário	Deu início à real possibilidade de oferta, em âmbito nacional, de formação específica para os funcionários de escola.

2010	Resolução nº 005/2010-CNE/CEB	Nacional	Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica pública.	Criou diretrizes para a formulação de planos de carreira especificamente para os funcionários de escola.
2012	Resolução/CD/FNDE nº 005/2012	Nacional	Estabelece orientações e diretrizes para apoio financeiro aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a formação dos profissionais da educação das redes públicas da educação básica – Profuncionário.	Criou mecanismos de efetivação da oferta dos cursos do Profuncionário garantindo recursos financeiros para os IFs envolvidos.
2013	Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013	Nacional	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.	Estabeleceu que a formação para os profissionais da educação (incluindo TAEs), deveria ser de nível médio ou superior (tecnológico ou não) com conteúdo técnicos e pedagógicos. Ainda, previu a garantia de formação continuada a estes profissionais, incluindo cursos superiores
2014	Lei nº 13.005/2014	Nacional	Aprovou o PNE	Estabeleceu diretriz de valorização dos profissionais da educação básica. Ainda estabeleceu metas para a formação desses profissionais; para a implantação do piso salarial nacional e para a gestão democrática.

2016	Decreto nº 8.752/2016	Nacional	Dispôs sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica	Reconheceu a figura do “funcionário de escola” como profissional da educação e inseriu-o no contexto da política nacional de formação, garantindo sua participação em ações de formação inicial e continuada, incluindo em nível de mestrado (profissional e acadêmico).
2016	Parecer CNE/CES nº 246/2016 e Resolução CNE/CES nº 002/2016	Nacional	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica	Com o advento dessa resolução, foram fixadas normas para a composição das Diretrizes Curriculares a fim de que fossem ofertados cursos de Nível Superior destinados à formação de funcionários de escola.
2022	Lei nº 11.668/2022	Estadual	Instituiu as Diretorias Regionais de Educação- DREs	Possibilitou que o TAE pudesse concorrer a funções de confiança dentro da estrutura descentralizada da SEDUC/MT, o que não era possível quando da existência das Assessorias Pedagógicas e CEFAPROs.

Fonte: Adaptado de Zimmermann (2022, p. 67).

Diante da análise cronológica das legislações de 2003 a 2016, houve um maior investimento do governo federal na implementação de políticas públicas voltadas à valorização dos profissionais da educação e apoio financeiro às universidades federais e aos institutos federais, tendo como objetivo a expansão de vagas, conforme Amaral (2016, p. 653-673).

O programa foi reforçado pelo Ministério da Educação em 2014 com o objetivo de criar estruturas que promovam a valorização desses trabalhadores e revertam a dívida histórica do Estado com esse segmento. Reconhecidos como Categoria III dos profissionais da educação pela Lei nº 12.014, de 2009, esses funcionários são uma parte essencial do sistema educacional,

e o Profucionário busca oferecer ações que elevem a sua valorização (Marchesan, 2017. p.41-45).

2.2 Organização pedagógica do programa Profucionário

A matriz⁷ do curso Profucionário é composta por módulos que visam capacitar os trabalhadores da educação básica pública em diversas áreas de atuação com conteúdos que promovem tanto o desenvolvimento técnico quanto uma compreensão ampla sobre o sistema educacional e a valorização profissional dos funcionários. A estrutura do curso é organizada em módulos de formação básica, comuns a todos os participantes, e módulos de formação específica, direcionados às funções desempenhadas por cada profissional. É importante destacar que ocorrem alterações entre as versões do curso ao longo dos anos de oferta. No entanto, não foi possível localizar nas buscas as matrizes curriculares correspondentes a cada ano de oferta.

Figura 1 - Módulos – Formação Pedagógica



Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=202#formacaopedagogica>

a

Já na formação específica, os módulos são direcionados às diversas áreas de atuação dos funcionários. Na área de infraestrutura escolar, os módulos incluem temas como

⁷ Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/16rWnMggSGZVKKAHxduUWexnbg_Um_KK?usp=sharing. Acesso 04 Nov. 2024.

manutenção e segurança no ambiente escolar, que ensina técnicas para garantir a segurança e a conservação do espaço físico; limpeza e higiene, que orienta sobre práticas adequadas para ambientes educativos; e jardinagem e paisagismo, voltado para escolas com áreas verdes, abordando o cuidado com o espaço natural.

Para a área de alimentação escolar, os módulos abrangem nutrição e saúde, que destaca a importância de uma alimentação balanceada para o desenvolvimento dos estudantes; higiene e segurança alimentar, que ensina normas e práticas de manipulação segura de alimentos; e planejamento de cardápios, que orienta sobre a organização de refeições balanceadas para atender às necessidades dos alunos.

Na área de secretaria escolar, os módulos incluem organização de documentos escolares, capacitando para o arquivamento e manutenção dos registros escolares; atendimento ao público, com técnicas de comunicação e interação com a comunidade escolar; e gestão de arquivos, que foca na sistematização dos documentos da escola.

Figura 2 - Módulos específicos



Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=202#formacaoopedagogia>

Para quem atua com multimeios didáticos, os módulos incluem tecnologias e recursos educacionais, que introduzem ferramentas tecnológicas de apoio ao ensino; produção de

materiais didáticos, orientando sobre a criação de recursos de aprendizagem; e operação de equipamentos, que ensina a utilização e manutenção de recursos audiovisuais.

Ao final do curso, o módulo de prática profissional supervisionada permite aos participantes aplicarem na prática os conhecimentos adquiridos, com supervisão para garantir a qualidade e a efetividade do aprendizado. Essa estrutura modular permite que o Profissional atenda tanto às necessidades gerais dos funcionários quanto às demandas específicas de cada função, promovendo capacitação técnica e o desenvolvimento de competências essenciais para o ambiente escolar.

A seguir, apresentamos a quantidade de Técnicas Administrativas Educacionais profissionalizadas, conforme informado pelo Instituto Federal de Mato Grosso, por meio de correspondência eletrônica:

Quadro 6 - TAEs Profissionalizadas pelo IFMT através do Curso Profissional

Ano	Número de TAEs Profissionalizadas
2013	7.114
2015	2.602
2017	1.320
2023	1.634

Fonte: Centro de Referência em Educação à Distância (CREaD) - IFMT.

A análise dos dados apresentados no quadro 6, evidencia a evolução da quantidade de TAEs profissionalizadas ao longo dos anos, conforme o processo de qualificação e certificação. O número de TAEs profissionalizadas, conforme os anos indicados, revela importantes flutuações que podem estar relacionadas a fatores como mudanças nas políticas educacionais, investimentos na formação continuada, ou ainda, as especificidades dos programas de capacitação, como o Profissional, que visam a valorização e a qualificação da categoria.

Em 2013, observou-se o maior número de TAEs profissionalizadas, com 7.114 profissionais já qualificadas. Este dado pode refletir o início de um processo mais amplo de qualificação da categoria, impulsionado por políticas de valorização da educação básica e a implementação de programas estruturados para a formação de profissionais administrativos na rede pública.

Em 2015, o número de profissionais caiu para 2.602, o que representa uma redução de aproximadamente 63% em relação ao ano de 2013. Esta queda pode estar associada a fatores como uma diminuição nos investimentos na qualificação de TAEs, alterações nas políticas

públicas ou até mesmo à suspensão ou diminuição de cursos e programas de formação voltados para essa categoria.

Segundo o SINTEP-MT,

"mesmo com toda base legal vigente, no Governo Federal de Jair Messias Bolsonaro foi publicado o Decreto nº 10.139/2019, determinando a revisão de normativas e, através da Portaria 684 de 27 de agosto de 2021, foi revogada a Portaria 25 de 31 de maio de 2007 e Portaria n.º 539, de 31 de maio de 2007, excluindo das políticas do MEC a formação dos funcionários pelo Profuncionário" (SINTEP-MT, 2024, p. 01).

Em 2017, o número de TAEs profissionalizados foi ainda mais reduzido, registrando 1.320 profissionais. Além de possíveis dificuldades no cumprimento das metas estabelecidas pelos programas de formação, esse número também pode refletir uma desaceleração nos processos de capacitação e no acesso de novos TAEs aos programas de profissionalização.

No entanto, em 2023, o número de TAEs profissionalizados aumentou novamente, alcançando 1.634 profissionais. Embora esse número ainda seja consideravelmente menor do que o pico registrado em 2013, ele sugere uma possível retomada do processo de qualificação, com o aumento da oferta de cursos ou a conclusão de processos administrativos pendentes. O crescimento observado pode estar relacionado a uma reorganização ou ao fortalecimento de políticas públicas focadas na qualificação profissional dos TAEs, além de um esforço para suprir a demanda por profissionais mais qualificados nas escolas públicas.

Em resumo, os dados indicam uma tendência de flutuação no número de TAEs profissionalizados, com um pico inicial significativo seguido de uma redução substancial e, por fim, uma leve recuperação nos últimos anos. Essa variação pode ser atribuída a diversos fatores, como as dinâmicas internas dos programas de formação, desafios financeiros e administrativos e as mudanças nas políticas educacionais ao longo do período.

Esse contexto evidencia como mudanças nas políticas públicas podem impactar diretamente programas educacionais voltados à formação profissional. A revogação das portarias relacionadas ao Profuncionário interrompeu uma iniciativa consolidada, ressaltando a importância de políticas estáveis e contínuas para assegurar a qualificação de profissionais na educação pública. A necessidade de retomada do programa reforça o papel fundamental do Estado na promoção de uma educação inclusiva e na valorização dos profissionais administrativos educacionais.

Desde a sua criação, o Profuncionário tem sido consolidado por meio de um regime de colaboração com diversos sistemas de ensino e entidades, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

(Undime), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e os Conselhos Estaduais de Educação (CEE). A oficialização do programa ocorreu pela Portaria MEC nº 25/2007, e posteriormente, a Portaria MEC nº 1.547/2011 expandiu a oferta dos cursos para a modalidade de educação a distância. Isso destacou a importância da formação em serviço e a responsabilidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na execução das políticas de educação profissional e tecnológica no país (Brasil, 2007; Brasil, 2011).

A Lei nº 12.796, publicada em 4 de abril de 2013, introduziu o artigo 62-A na Lei nº 9.394, de 1996, (LDB), estabelecendo diretrizes específicas para a formação dos técnicos administrativos ou funcionários da educação. Este artigo institucionaliza os cursos de formação do Profucionário como parte da legislação, tanto para a formação inicial quanto para a continuada, proporcionando um marco legal para a concepção e implementação dos cursos oferecidos pelo programa (Brasil, 2013).

A Unidade 1 dos documentos do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação fornece uma análise contextual crucial para a compreensão do papel e da importância dos funcionários da educação nas escolas brasileiras.

A Unidade 2 do Profucionário aborda as orientações sobre a oferta à distância, um aspecto crucial para a expansão e eficácia do programa. Esta unidade explora diversos aspectos do ensino a distância, destacando suas vantagens, desafios e as responsabilidades dos atores envolvidos. A seguir, apresentamos uma análise detalhada de cada seção desta unidade.

A Unidade 3 do Profucionário, intitulada "Orientações Pedagógicas", é crucial para a compreensão dos fundamentos e das estratégias pedagógicas que orientam o programa. Nesta unidade, são abordados aspectos fundamentais que vão desde os objetivos do curso até as sugestões para o estudo das disciplinas. A seguir, apresentamos uma análise detalhada de cada seção desta unidade.

A seção de objetivos do Profucionário define as metas e os resultados esperados do programa. O principal objetivo do Profucionário é melhorar as competências técnicas e pedagógicas dos funcionários da educação, proporcionando-lhes uma formação que amplie suas habilidades e conhecimentos, com o intuito de fortalecer sua atuação nas escolas. Este objetivo se alinha com a missão do programa de valorizar e profissionalizar o trabalho dos funcionários da educação, contribuindo para uma educação de qualidade (Silva *et al.*, 2014, p. 70). Além disso, o Profucionário visa criar uma base sólida para o desenvolvimento contínuo dos profissionais, permitindo que eles se atualizem e se adaptem às novas demandas educacionais e tecnológicas.

Nesta seção, são explorados os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos que fundamentam o Profucionário. Os princípios filosóficos refletem a visão e a missão do programa em relação à formação dos funcionários da educação, enfatizando o compromisso com a construção de uma educação mais inclusiva e de qualidade. Politicamente, o programa está alinhado com as políticas públicas voltadas para a valorização dos trabalhadores da educação e a melhoria das condições de ensino. Pedagogicamente, o Profucionário adota uma abordagem integrada que combina teoria e prática, visando garantir que os funcionários não apenas adquiram conhecimentos técnicos, mas também desenvolvam habilidades pedagógicas essenciais para o seu papel nas escolas (Silva *et al.*, 2014, p. 72). Esses princípios garantem que o programa esteja em sintonia com as melhores práticas educacionais e com as necessidades dos funcionários da educação.

A descrição do perfil geral do Técnico em Educação é um componente crucial do Profucionário. Esta seção detalha as competências e habilidades esperadas dos profissionais formados pelo programa, servindo como um guia tanto para a formação quanto para a avaliação dos alunos. O perfil inclui habilidades técnicas específicas, como a capacidade de operar e manter equipamentos educacionais, bem como habilidades pedagógicas, como a capacidade de apoiar o processo de ensino-aprendizagem e de interagir de maneira eficaz com alunos e colegas. O perfil também abrange competências interpessoais e administrativas, preparando os funcionários para desempenharem um papel abrangente e integrado nas escolas (Silva *et al.*, 2014, p. 73). A definição clara do perfil ajuda a assegurar que a formação oferecida seja relevante e adequada às exigências do ambiente escolar.

A estrutura curricular do Profucionário é apresentada com uma descrição detalhada dos módulos e disciplinas que compõem o curso. A estrutura é projetada para fornecer uma formação completa e integrada, abordando tanto aspectos técnicos quanto pedagógicos. O currículo é dividido em módulos que cobrem áreas específicas do conhecimento e habilidades necessárias para o desempenho eficaz das funções dos funcionários da educação. A inclusão de disciplinas técnicas, como manutenção de equipamentos e gestão de recursos, é complementada por módulos pedagógicos que visam desenvolver habilidades de ensino e suporte ao processo educacional. Esta abordagem integrada garante que os alunos adquiram uma formação abrangente que os prepare para os diversos desafios encontrados no ambiente escolar (Silva *et al.*, 2014, p. 78-79).

O processo de avaliação no Profucionário é discutido em termos dos métodos e critérios usados para avaliar o desempenho dos alunos. A avaliação é um aspecto crucial do programa, pois garante que os alunos adquiram e demonstrem as competências e conhecimentos

esperados. Os métodos de avaliação incluem avaliações contínuas, trabalhos práticos e provas teóricas, com critérios claros e objetivos para medir o aprendizado. A seção assegura que as avaliações sejam justas e eficazes, proporcionando um *feedback* construtivo para os alunos e permitindo ajustes no processo de ensino, se necessário. A transparência nos critérios de avaliação e a consistência no processo garantem a integridade e a qualidade da formação oferecida (Silva *et al.*, 2014, p.108).

A Unidade 4 do Profucionário, intitulada "Ementário" é fundamental para a compreensão dos componentes curriculares do programa, oferecendo uma visão detalhada das duas principais áreas de formação: o núcleo de formação pedagógica comum e o núcleo de formação técnica geral e específica. Cada um desses núcleos desempenha um papel crucial na estruturação do curso, garantindo que os funcionários da educação recebam uma formação completa e adequada às suas funções.

O núcleo de formação pedagógica comum é uma parte essencial do currículo do Profucionário, destinado a garantir que todos os alunos, independentemente da habilitação escolhida, recebam uma base sólida em aspectos pedagógicos fundamentais. Este núcleo abrange conteúdos e competências compartilhadas que são essenciais para o desempenho eficaz de qualquer função no ambiente educacional. A inclusão de disciplinas pedagógicas comuns permite que os funcionários da educação desenvolvam uma compreensão abrangente dos princípios educacionais, metodologias de ensino e técnicas de apoio ao aprendizado (Silva *et al.*, 2014, p. 114). Esses conhecimentos são fundamentais para assegurar que, além das habilidades técnicas específicas, todos os profissionais estejam equipados com as competências pedagógicas necessárias para contribuir de forma efetiva para o processo de ensino-aprendizagem. O núcleo comum abrange áreas como psicologia educacional, didática e planejamento pedagógico, preparando os funcionários para enfrentar os desafios do ambiente escolar com uma perspectiva pedagógica bem-informada.

Por outro lado, o núcleo de formação técnica geral e específica é estruturado para abordar as necessidades particulares de cada habilitação oferecida pelo Profucionário. Esta seção detalha como o currículo é desenhado para proporcionar uma formação técnica especializada, alinhada com as demandas e exigências de cada área de atuação. Cada habilitação dentro do programa – que pode incluir áreas como secretariado escolar, alimentação escolar, multimeios didáticos e infraestrutura escolar e ambiental – tem um conjunto específico de conhecimentos e habilidades técnicas a serem adquiridos pelos participantes (Silva *et al.*, 2014, p. 116). A formação técnica geral inclui aspectos comuns a todas as áreas, enquanto a formação técnica específica se concentra em competências detalhadas relacionadas a cada habilitação.

Por exemplo, funcionários que atuam em secretariado escolar recebem treinamento em gestão administrativa e organização de documentos, enquanto aqueles envolvidos com multimeios didáticos aprendem sobre a utilização e manutenção de recursos educacionais. Esta abordagem permite que os funcionários se especializem em suas respectivas áreas, aumentando sua eficácia e contribuindo para uma melhor gestão e suporte dentro das escolas.

Tem-se, pois, que a análise dos documentos do Profuncionário revela uma estrutura abrangente e bem-organizada para a formação dos funcionários da educação básica pública. A integração dos aspectos legais, pedagógicos e técnicos na estrutura do programa demonstra um forte compromisso com a valorização e o desenvolvimento profissional desses trabalhadores. O núcleo de formação pedagógica comum assegura que todos os participantes tenham uma base pedagógica sólida, enquanto o núcleo de formação técnica geral e específica garante que eles adquiram as habilidades técnicas necessárias para suas funções específicas. Além disso, a oferta de cursos a distância e a definição clara dos papéis e responsabilidades dos envolvidos são aspectos cruciais que contribuem para a eficácia do programa e para o sucesso na formação dos profissionais da educação. Essa abordagem estruturada e abrangente visa não apenas melhorar as competências dos funcionários, mas também promover um ambiente educacional mais eficiente e equitativo (Silva *et al.*, 2014, p. 94-105).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Integrando o referencial teórico sobre o movimento feminista e a profissionalização das mulheres, destaca-se a abordagem multifacetada da divisão social do trabalho, que tem sido analisada profundamente por autores como Marx (2013, p.166-168), que fornece a base teórica sobre a divisão do trabalho sob uma perspectiva econômica, e Federici (2017, p.232, 2019, p. 68), cujos trabalhos sobre o papel das mulheres na acumulação primitiva e na reprodução social oferecem uma leitura crítica essencial para entender a marginalização histórica das mulheres na economia. Este referencial é ampliado pelas contribuições de Beauvoir (1970, p. 8-23), que explora as construções sociais e filosóficas da feminilidade, lançando luz sobre as raízes culturais da divisão do trabalho baseada no gênero. A importância da força de trabalho feminina e das lutas femininas por igualdade é ilustrada nos estudos de Alves e Medeiros (2016, p. 257-266), que evidenciam a resistência e a agência das mulheres em contextos específicos, como as comunidades indígenas na Amazônia, e nas análises de Buitoni (2009, p. 31) e Bastos (2021, p. 10-12), que discutem a evolução da participação política e econômica das mulheres no Brasil.

As obras citadas, juntamente com a análise de Bruschini (1998, p. 2-30; 1994, p. 17-32), que oferece uma visão geral sobre o trabalho feminino e suas transformações ao longo do tempo, fundamentam o argumento de que as lutas femininas transcendem a busca por igualdade no ambiente de trabalho, desafiando as bases mesmas das estruturas sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade de gênero. Hooks (2019a, p. 139-140; 2019a, p. 144-148), por sua vez, acrescenta uma dimensão crítica ao debate, ao focar a intersecção entre gênero, raça e classe social, e González (1988, p. 69-82) introduz o conceito de *amefricanidade*, expandindo a discussão para incluir as experiências e lutas específicas das mulheres negras latino-americanas. Este arcabouço teórico é crucial para entender não apenas as barreiras enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, mas também as estratégias de resistência e as conquistas obtidas através da mobilização feminista.

Por fim, ao considerar as transformações sociais e legais que moldaram a participação feminina no mundo de trabalho, também reflete sobre as contribuições legislativas, como o Decreto nº 21.417-A (Brasil, 1932) e o Projeto de Lei nº 6653/2009 no Brasil, destacando os esforços contínuos para garantir a igualdade de gênero nas relações de trabalho. Assim, este referencial teórico não apenas traça um panorama histórico e conceitual sobre a divisão social do trabalho baseada em gênero, mas também enfatiza a importância da continuidade das lutas femininas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Tudo isto no que se segue a este introdutório.

Sobre o Profuncionário, que se constitui em um marco significativo na trajetória de profissionalização e valorização dos TAEs, o programa configura-se como uma política pública essencial no reconhecimento e na valorização desses profissionais no âmbito da educação básica. A implementação desse programa, conforme delineado pelo Decreto nº 7.415 (Brasil, 2010) e reforçado pelo Decreto nº 8.752 (Brasil, 2016), evidencia um compromisso governamental com a qualificação e o desenvolvimento profissional contínuo desses trabalhadores, ao oferecer formação técnica pedagógica que alia teoria e prática, conforme destacado por Dourado (2012, p. 1-102) e Monlevade (2012, p. 60; 2020, p. 655-667). Esta política se alinha às diretrizes do Conselho Nacional de Educação, especificadas no Parecer nº 16/2005 (Brasil, 2005), estabelecendo bases sólidas para a construção de uma educação básica mais qualitativa e inclusiva e que reconhece a importância de todos os profissionais envolvidos no processo educativo.

Especificamente em relação às TAEs, o Profuncionário emerge não apenas como um veículo de profissionalização, mas também como um instrumento de empoderamento, ao proporcionar-lhes saberes para além da certificação. A inserção e a ascensão das mulheres no

campo educacional, analisadas por Barradas e Oliveira (2013, p. 58) e Barros e Mourão (2018, p. 01-11), ilustram a gradual conquista de espaços historicamente dominados por uma cultura patriarcal, refletindo um avanço significativo na luta pela igualdade de gênero. Neste contexto, a educação e o empoderamento feminino, criticamente abordados por Amaral, Dutra e Rodríguez (2018, p. 254-271), ressaltam a relevância da formação continuada para a emancipação das mulheres, promovendo não apenas a igualdade de gênero, conforme os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), mas também contribuindo para a desconstrução de estereótipos de gênero no trabalho. Assim, o Profuncionário representa uma iniciativa importante na reconfiguração das trajetórias profissionais das mulheres TAEs, encorajando o reconhecimento de seus saberes, habilidades e competências, e reafirmando seu papel crucial na educação básica brasileira.

3.1 Mulheres TAE: navegando além da certificação na jornada de profissionalização

Com a base legal devidamente estabelecida e a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica vigorando plenamente, dirigimos agora nosso foco para um aspecto crucial da profissionalização nas áreas administrativas educacionais: os conhecimentos das mulheres TAEs para além da certificação. Nesse contexto, almejamos compreender a posição singular que as mulheres TAEs ocupam no ambiente de trabalho, assim como os desafios e conquistas que enfrentam em suas trajetórias profissionais. Ao desviar o olhar da certificação, acreditamos que seja possível apreciar a complexidade e a relevância do papel que desempenham, não apenas como profissionais administrativas, mas como agentes indispensáveis no cenário educacional.

No entanto, antes de adentrarmos a essa discussão, consideramos importante destacar que Jesus e Barbosa (2016, p. 131-146) ao refletirem sobre a situação atual das mulheres, consideram essencial reconhecer que todas as vitórias alcançadas são fruto de lutas que se estenderam por séculos. É importante destacar que esses conflitos marcaram o começo da busca pela igualdade de oportunidades entre os gêneros, com o objetivo de romper um paradigma histórico que sustentava uma suposta superioridade do homem sobre a mulher. As jornadas femininas, ao longo da história, foram caracterizadas por uma profunda desigualdade entre os gêneros. A diferença de gênero foi usada como justificativa para impor a dominação masculina, estabelecendo uma relação de poder assimétrica reforçada pela construção social de homens e mulheres.

Barradas e Oliveira (2013, p. 58) ao interpretarem Giddens (1991, p. 10-14), identificaram que para que pudéssemos discutir a condição de formação e de posição no mercado de trabalho seria necessário compreender às condições da formação profissional em que este formador foi criado, quem são esses formadores e como é utilizado esse saber onde eles atuam, o que Giddens nomeia de “confiscação da experiência” (Giddens, 1991, p. 14).

Giddens (1991, p. 10) aponta que a modernidade, com suas transformações profundas e abrangentes, desencadeou uma reconfiguração sem precedentes da ordem social tradicional. Essas mudanças, tanto em extensão quanto em intenção, são mais profundas do que a maioria das mudanças características de períodos anteriores. Nesse contexto de mudança constante, a educação emergiu como um campo de discussão significativo, especialmente no que se refere ao papel das mulheres na docência.

Assim, podemos compreender que a presença marcante das mulheres na educação é um fenômeno notável da modernidade. Para entender completamente esse fenômeno e suas implicações futuras, é essencial compreender o processo histórico que moldou os eventos contextuais da história das mulheres e as transformações conceituais de seu papel na sociedade e na modernidade. O estudo das representações do poder das mulheres tem sido um foco de investigação histórica e antropológica, lançando luz sobre a evolução do papel das mulheres na educação e além.

Essa análise do papel das mulheres na educação na era moderna revela a complexidade e a importância de sua contribuição para esta área. Ao mesmo tempo, destaca a necessidade de continuar a investigar e a compreender as dinâmicas de poder e as transformações conceituais que continuam a moldar a experiência das mulheres na educação (Barros e Mourão, 2018, p. 01-11).

No cotidiano, a condição feminina é postulada entre a alienação e a desalienação, em contraposição às relações de trabalho, capital, conflitos, oposições e capitalismo, bem como todas as questões atuais da sociedade “moderna” na “modernidade”. Dentro da reflexão sobre a modernização e as transformações da vida em sociedade, permeiam os processos de escolhas e decisões que levam em conta a natureza, o conhecimento, a globalização de ideias e ideais.

Segundo Barros e Mourão (2018),

A análise da história da educação evidencia as diferenças vivenciadas por meninos e meninas, seja na educação formal, seja nos processos sociais que tinham como objetivo fomentar as atividades intelectuais para a elite, serviços manuais para as classes populares, além dos trabalhos próprios para mulheres e próprios para os homens (Barros e Mourão, 2018, p. 04).

Barros e Mourão (2018, p. 04) adicionam uma perspectiva histórica à discussão, enfatizando as disparidades vivenciadas por meninos e meninas ao longo da história da educação, tanto no âmbito formal quanto nos processos sociais. A divisão de atividades intelectuais para a elite, serviços manuais para as classes populares e a especificidade dos trabalhos destinados a mulheres e homens evidencia a persistência de desigualdades de gênero ao longo do tempo. Portanto, é crucial abordar essas desigualdades para promover a igualdade de gênero na sociedade moderna.

Percebe-se que ao longo dos anos o modelo patriarcal de sociedade se incumbiu de perpetuar as relações de desigualdades entre homens e mulheres, de modo que estas fossem constantemente reprimidas e impedidas de equilibrar a balança de oportunidades e reconhecimentos, seja pela desvalorização salarial, pela disparidade de ocupação ou por qualquer outro modelo de desigualdade. Frente a isso, emergiram diversas lutas feministas que buscavam melhores condições àquelas que historicamente viviam marginalizadas.

O acesso à educação formal foi uma das principais revoluções para a redução das desigualdades, neste caminho, Amaral, Dutra e Rodríguez (2018, p. 254-271) destacam que uma adequada formação de cidadania oferece à mulher mais do que um futuro no mercado de trabalho, pois amplia o seu universo simbólico, dando-lhe visão de mundo na medida em que se apropria de conhecimentos e de informações, adquirindo habilidade para uma vida mais participativa e com mais amplitude.

Sobre o processo formativo como caminho para a redução das desigualdades, verificamos que Calmon (2022, p. 121) aponta que

O aumento do número de mulheres no mercado de trabalho teve como uma das causas principais a expansão da escolaridade. Hoje, no Brasil, as mulheres lideram os índices de escolaridade, o que as possibilita continuar a marcar presença nos espaços tradicionais que sempre ocuparam, avançando em áreas profissionais prestigiadas, por muitos e muitos anos só permitida aos homens. Essa conquista não tem sido nada fácil, tem exigido sacrifício pessoal e esforço continuado diante dos obstáculos, especialmente para galgar cargos de direção e de mando. Afinal o discurso de igualdade pode ser até admitido, mas encontra resistência quando essa igualdade enseja a tomada de espaço pela competição de uma protagonista até então mera coadjuvante na realização do sucesso masculino. Os estereótipos de gênero reforçam os papéis diferenciados, destinando aos homens as atividades do espaço público e às mulheres as do espaço privado (Calmon, 2022, p. 121).

Calmon (2022, p. 121) discute o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil, ressaltando o papel fundamental da educação formal para essa conquista. No entanto, o autor também destaca os obstáculos que as mulheres ainda enfrentam para

alcançar posições de liderança e gestão, bem como a resistência que esses avanços continuam a encontrar.

No entanto, ainda existem desigualdades de gênero no mercado de trabalho. As mulheres ainda são minoria nos cargos de direção e de mando, e recebem salários inferiores aos homens em ocupações semelhantes. Isso ocorre porque os estereótipos de gênero ainda reforçam os papéis diferenciados para homens e mulheres, destinando aos homens as atividades do espaço público e às mulheres as do espaço privado.

Em complemento, recorremos a Miltersteiner *et al.* (2020, p. 406–423,) para compreendermos que embora, no serviço público, o salário entre homens e mulheres seja o mesmo, ainda existem pontos de disparidade, conforme observamos abaixo.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017) aponta, no período 2012-2016, remuneração das mulheres em média 75%, menor que a dos homens. Na mesma pesquisa, apresenta-se como justificativa o menor tempo das mulheres dedicado ao trabalho. No entanto, mesmo se elevando o tempo de dedicação, a diferença permanece. Controlando o diferencial por horas trabalhadas, a razão, em 2016, modifica-se para 86,7% (IBGE, 2017). No setor público – regra geral – os salários são iguais, mas as funções gratificadas são majoritariamente ocupadas por homens (Miltersteiner *et al.*, 2020, p. 410).

É interessante observar que no setor público, em que, regra geral os salários são equivalentes, as funções gratificadas são predominantemente ocupadas por homens, conforme apontado por Miltersteiner *et al.* (2020, p. 406–423,). Essa discrepância evidencia a existência de barreiras à ascensão profissional das mulheres, mesmo em ambientes onde a igualdade salarial é normatizada. Esses dados apontam para a necessidade de uma análise mais profunda das estruturas organizacionais e práticas de gestão que podem perpetuar desigualdades de gênero.

E é neste ambiente de desigualdades que a mulher, muitas vezes, precisa se dedicar à qualificação profissional de modo que possa buscar maiores oportunidades de ocupar cargos de liderança ou até mesmo de reconhecimento de sua competência para a execução do trabalho a ser desenvolvido, mas será que de fato é necessário um certificado para comprovar o preparo e a qualificação da mulher para a realização de suas atividades laborais? De pronto, refutamos essa hipótese porque acreditamos nos saberes advindos de seu processo formativo, e neste sentido, passamos a compreender um pouco mais dos saberes para além da profissionalização.

Fischer e Ziebell (2005, p. 79-98) em um estudo importante publicado na Revista Cadernos de Educação, apresentaram dados de uma pesquisa que buscava refletir a respeito do processo de conhecimento construído por mulheres no ato de relacionar saberes da experiência

e saberes formais. Portanto, embora um pouco antigo, o trabalho ainda permanece atual, como podemos verificar em nossa pesquisa, desta forma recorreremos a ele para compreendermos que,

A perspectiva freireana instaurou há algum tempo, entre parcela de educadores e de dirigentes, a convicção do valor da apropriação crítica, com contribuição crucial da teoria, da experiência dos sujeitos e seus saberes como condição para a libertação dos seres humanos, de e em processos de dominação. Processos que, muitas vezes, produtivamente alimentam. Um ato de conhecimento desta natureza, através do diálogo, supõe e realiza uma relação dialética entre conteúdo e forma e entre sujeito e objeto que permite o reconhecimento destes como históricos, produtos de relações sociais e inseridos numa totalidade contraditória permeada por relações de poder. Implica na compreensão do próprio pensamento, que participa ativamente da construção do objeto, como estando em movimento. A linguagem produzida aí, enquanto nomeia os saberes construídos na tensa experiência de estar, ao mesmo tempo, no e com o mundo, expressa a vivência da contradição entre alienação e afirmação de práxis crítica. Identificar, sistematizar, nomear e legitimar saberes produzidos pelos e com os sujeitos no processo de implementação de uma outra economia são ações que se inscrevem, portanto, num horizonte emancipatório (Fischer e Ziebell, 2005, p. 81-82).

Verificamos, portanto, que de acordo com Fischer e Ziebell (2005, p 79-98) a abordagem freireana, ao adotar a apropriação crítica, proporciona uma visão revolucionária do processo educacional. Ela valoriza a teoria e a experiência dos indivíduos, juntamente com seus conhecimentos, considerando esses elementos como essenciais para a libertação humana em contextos de dominação. Essa perspectiva desafia a noção tradicional de conhecimento como algo simplesmente transmitido, sugerindo, em vez disso, um diálogo transformador. A dialética entre conteúdo e forma, sujeito e objeto, permeia o processo educativo, esboçando uma compreensão mais profunda das relações sociais e das estruturas de poder que moldam o conhecimento.

No centro dessa abordagem, está a compreensão de que o pensamento é dinâmico, envolvido na construção do objeto em constante movimento. A linguagem surge como um reflexo desse processo, nomeando os conhecimentos construídos na tensa interação entre o indivíduo e o mundo. A expressão dessa experiência, marcada pela contradição entre alienação e afirmação da práxis crítica, estimula uma reflexão sobre o papel da educação na formação de indivíduos capazes não apenas de assimilar conhecimento, mas de participar ativamente na construção de uma consciência crítica. Identificar, sistematizar e legitimar os conhecimentos gerados coletivamente, especialmente na implementação de uma nova economia, torna-se um caminho que se inscreve em um horizonte emancipatório, apontando para a transformação social e a busca por uma educação que transcenda as estruturas tradicionais e contribua efetivamente para a emancipação dos sujeitos (Fischer e Ziebell, 2005, p. 79-98).

Em complemento, Martins (2018, p.83-84) aponta em sua pesquisa que o modelo de sociedade em que vivemos está diretamente relacionado ao processo de colonização, no qual fomos, ao longo dos anos, condicionados a valorizar apenas os conhecimentos adquiridos por meio de certificações formais, deixando de lado saberes que vão além desses horizontes, como observamos a seguir.

Ao tentar replicar o processo de reconhecimento de saberes de outros países, é preciso compreender dois pontos: a colonialidade do poder e a dominação capitalista. Colonialidade por continuarmos sendo “educados/as/colonizados/as na racionalidade ocidental, em função disso olhamos, conhecemos, identificamos e reconhecemos a realidade sob a ótica de epistemologias que privilegiam determinados saberes e conhecimentos, especialmente aqueles pragmáticos, cujo fim é a dominação e subjugação da natureza e dos povos para fins de acumulação de riquezas e reprodução da ordem, e negam a existência dos demais conhecimentos e saberes, que apontam para outras formas de viver, sentir e existir” [...]. Dominação capitalista, pois já não somos mais ingênuos e compreendemos que os processos de reconhecimento de saberes, sob uma concepção europeia de aprendizagem ao longo da vida, “servem aos interesses do capital, em uma concepção envolta da lógica de dominação, que compreende o processo de degradação social em que a educação para o trabalho está inserida” [...] (Martins, 2018, p. 83-84).

Nota-se que o texto de Martins (2018, p. 83) sublinha a importância de considerar a colonialidade do poder e a dominação capitalista ao replicar processos de reconhecimento de saberes de outros países. A abordagem da colonialidade destaca a persistência da educação sob a influência da racionalidade ocidental, que, por sua vez, promove uma visão específica do mundo, privilegiando determinados saberes que fundamentam a dominação da natureza e dos povos em prol da acumulação de riquezas. A crítica se estende à exclusão de outros conhecimentos que oferecem perspectivas alternativas de viver, sentir e existir. A compreensão da dominação capitalista destaca que os processos de reconhecimento de saberes, ao se alinharem com a concepção europeia de aprendizagem ao longo da vida, muitas vezes, servem aos interesses do capital, contribuindo para a degradação social inerente à educação voltada predominantemente para o trabalho (Martins, 2018, p. 84).

Nessa perspectiva, emerge uma reflexão crítica sobre a concepção de aprendizado ao longo da vida, sugerindo que a mesma, quando enquadrada na lógica da dominação capitalista, pode perpetuar desigualdades e a degradação social inerente à instrumentalização da educação para fins econômicos. O pesquisador ressalta a necessidade de uma abordagem mais consciente e inclusiva nos processos de reconhecimento de saberes, que vá além das fronteiras eurocêntricas e capitalistas. Isso implica em buscar uma compreensão mais ampla e diversificada das formas de conhecimento, reconhecendo e valorizando perspectivas alternativas que possam contribuir para uma sociedade mais equitativa e sustentável (Martins, 2018, p. 80).

Por sua vez, Costa e Franzoi (2015, p. 03) defendem “que o reconhecimento e a validação de saberes dos trabalhadores precisam ser contemplados por uma política pública que atenda e leve em consideração os interesses e necessidades de todos os envolvidos: trabalhadores, gestores, educadores, entre outros”. Ou seja, reconhecer e validar os saberes dos trabalhadores transcende a mera valorização individual; é um reconhecimento da riqueza e diversidade de conhecimentos que permeiam o ambiente de trabalho. Contemplar esses saberes não apenas enriquece a experiência profissional, mas também promove uma dinâmica mais equitativa nas relações laborais. A sugestão de uma política pública abrangente, que leve em consideração os interesses e necessidades de todos os envolvidos, destaca a importância da participação ativa e colaborativa na construção dessas políticas. Isso implica em ouvir as perspectivas não apenas dos trabalhadores, mas também dos gestores, educadores e demais partes interessadas (Costa e Franzoi, 2015, p. 03).

Assim, consideramos que as análises de Martins (2018, p. 80-84) e Costa e Franzoi (2015, p. 03) nos levam a uma reflexão mais profunda sobre a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e consciente no reconhecimento dos saberes. Isso implica em ir além das fronteiras eurocêntricas e capitalistas, buscando uma compreensão mais ampla e diversificada das formas de conhecimento. Ou seja, é importante valorizar e reconhecer as perspectivas alternativas que podem contribuir para uma sociedade mais equitativa e sustentável.

Monlevade (2020, p. 655–667) aponta em sua pesquisa que estamos enfrentando um custo duplo: um é o desafio das inovações tecnológicas e pedagógicas, e o outro, mais profundo e conflituoso, é a nova encruzilhada na história do Brasil e da educação global. Estamos diante de uma escolha entre uma sociedade estratificada, na qual as camadas se separam e se hierarquizam, criando fissuras profundas que persistem até hoje, e uma sociedade justa e igualitária que, embora reconheça as diferenças, busca superar as desigualdades. Até agora, essas desigualdades têm sido reproduzidas e sutilmente “ignoradas”, como se a educação fosse um privilégio de alguns, enquanto outros são deixados para trás.

Ao concluir uma de suas pesquisas, Monlevade (2020, p. 666) afirma que “a formação sólida e qualificada dos funcionários não é neutra: é posicionamento, é conscientização, é politização, é luta”. Observamos, portanto, que o autor constata a importância e o impacto da formação sólida e qualificada dos funcionários. Ele argumenta que tal formação não é um processo neutro, mas sim um ato de posicionamento, conscientização, politização e luta. Isso sugere que a educação e a formação não são apenas sobre a aquisição de habilidades e conhecimentos, mas também sobre a formação de uma consciência crítica, a tomada de posição em questões importantes e a participação ativa na sociedade.

Assim, a sugestão de uma política pública abrangente, que leve em consideração os interesses e necessidades de todos os envolvidos, ao nosso ver, destaca a importância da participação ativa e colaborativa na construção dessas políticas. Isto significa ouvir as perspectivas não apenas dos trabalhadores, mas também dos gestores, educadores e de todos os funcionários administrativos que contribuem com o processo educacional. O reconhecimento e a validação dos saberes das trabalhadoras vão além da mera valorização individual, é um reconhecimento da riqueza e diversidade de conhecimentos que permeiam o ambiente de trabalho.

Portanto, contemplar esses saberes, não apenas enriquece a experiência profissional, mas também promove uma dinâmica mais equitativa nas relações laborais. Isso nos leva a refletir sobre a necessidade de políticas públicas que reconheçam e valorizem a diversidade de saberes e experiências no ambiente de trabalho. Afinal a educação e a formação profissional devem servir não apenas aos interesses do capital, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A discussão sobre o reconhecimento dos saberes, a colonialidade do poder e a dominação capitalista nos leva a repensar a forma como concebemos a educação e a formação profissional. Verificamos que é necessário ir além da lógica da dominação capitalista e buscar formas de reconhecimento de saberes que promovam a igualdade, a inclusão e a sustentabilidade. Isso implica em desafiar as estruturas existentes e buscar novas formas de aprendizado e reconhecimento que valorizem a diversidade de saberes e experiências.

3.2 Movimento feminista e a profissionalização das mulheres – A divisão social do trabalho

O movimento feminista desempenhou um papel crucial na luta pela profissionalização das mulheres e na crítica à divisão social do trabalho, que tradicionalmente as relegava ao espaço doméstico e aos cuidados familiares, enquanto os homens ocupavam posições de destaque no mercado de trabalho. Ao longo do tempo, o feminismo impulsionou uma transformação nas normas sociais e culturais, questionando a segregação entre o trabalho produtivo e reprodutivo e exigindo igualdade de oportunidades no acesso a diferentes profissões. Esse movimento buscou romper com estereótipos de gênero, promovendo políticas de inclusão e de combate à discriminação, além de influenciar a criação de leis e políticas públicas que garantissem a inserção das mulheres em diversas áreas de atuação, visando à

equiparação salarial, à valorização das profissões tradicionalmente ocupadas por mulheres e ao reconhecimento de seus direitos laborais (Biroli, 2018, p. 32). É sobre o que se tratará nesta parte do estudo.

3.3 Análise histórica da divisão social do trabalho

Para entender a ausência das mulheres na esfera pública, é necessário realizar uma análise histórica sobre a divisão social do trabalho. O ponto de partida essencial para essa compreensão são as transformações nas relações de produção trazidas pela emergência do capitalismo na Europa Ocidental. A privatização das terras e a introdução do dinheiro nas relações de trabalho foram fatores cruciais no processo de acumulação de capital. Com o declínio da economia de subsistência da Europa medieval, surge a separação entre produção e reprodução, que antes eram consideradas partes de um mesmo ciclo. No novo contexto capitalista, apenas o trabalho produtivo é reconhecido como gerador de valor, enquanto o trabalho reprodutivo passa a ser desvalorizado (Marx, 2013, p. 166-168).

Até o final do século XVII, as mulheres gradualmente perderam seu espaço em atividades tradicionais de trabalho e as mulheres da classe proletária passaram a ocupar os piores postos, com salários muito baixos, sendo vistas como não trabalhadoras. Qualquer atividade realizada por mulheres dentro do lar, mesmo quando voltada para o comércio, era classificada como trabalho doméstico (Bastos, 2021, p. 12). A Revolução Industrial, no século XVIII, na Inglaterra, marcou o auge da ascensão do capitalismo e trouxe uma profunda mudança no conceito de trabalho. Como sendo feito por servos e escravas, o trabalho passou a ser valorizado, na medida em que as coisas poderiam ser criadas e transformadas (Marx, 2013, p. 61). Para Marx (2013, p. 63), o trabalho produtivo é a prova da existência humana. Através do trabalho, as pessoas e a sociedade se desenvolvem. Nesse sentido, o trabalho pode ser uma atividade libertadora e, assim, tornar-se um dos fatores de realização humana.

Antes de a industrialização se intensificar, uma análise da Europa Ocidental sugeriria que a opressão das mulheres se dava de forma privada, sendo elas excluídas da vida pública e diretamente controladas por seus pais e maridos. No entanto, com o avanço da industrialização, essa opressão não desapareceu, mas se transformou em um fenômeno público e coletivo. As mulheres passaram a ter a permissão para participar, mas essa participação se dava em papéis subalternos. Assim, o Estado e o mercado se tornaram novas formas de coerção institucionalizada (Biroli, 2018, p. 22-52).

A divisão social do trabalho é a divisão das tarefas entre homens e mulheres na sociedade. Essa divisão é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo fatores biológicos, culturais, econômicos e políticos. Em muitas sociedades, as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas, como cozinhar, limpar e cuidar dos filhos. Os homens, por outro lado, assumem a responsabilidade pelo trabalho remunerado fora de casa. Essa divisão do trabalho pode gerar diversos problemas, como a discriminação de gênero no mercado de trabalho, a sobrecarga de tarefas para as mulheres e a desigualdade de oportunidades entre os gêneros. No final do século XIX, houve um movimento crescente para desafiar a divisão social do trabalho. Esse movimento tem sido impulsionado por uma série de fatores, incluindo o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a mudança dos papéis de gênero e a crescente conscientização sobre os problemas causados pela divisão social do trabalho (Scott, 1995, p.71-99).

Apesar desse movimento, a divisão social do trabalho ainda é uma realidade em muitas sociedades. Para superar esses desafios, é importante que todos os setores da sociedade, incluindo governos, empresas e indivíduos, trabalhem juntos para promover a igualdade de gênero e a divisão igualitária do trabalho (Scott, 1995, p.71-99).

Existem alguns exemplos de como a divisão social do trabalho pode ser prejudicial: pode levar à discriminação de gênero no mercado de trabalho, situação em que as mulheres podem ser menos propensas a serem contratadas ou promovidas do que os homens e podem receber menor salário pelo mesmo trabalho; pode levar à sobrecarga de trabalho, situação em que as mulheres podem ter que trabalhar fora de casa e cuidar das tarefas domésticas, levando-as ao estresse e ao esgotamento; pode levar à falta de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, situação na qual o gênero feminino pode ter menos oportunidades de educação, emprego e ascensão profissional do que os homens (Biroli, 2018, p. 32).

A divisão social do trabalho pode ser superada por meio de uma série de medidas, incluindo: promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho; mudança dos papéis de gênero; conscientização sobre os problemas causados pela divisão social do trabalho (Silva e Domingues, 2020, p. 138-141).

O trabalho realizado pelas mulheres fora de casa era remunerado com salários significativamente inferiores aos dos homens, pois era visto como uma fonte complementar de rendimento. Além disso, esses salários eram, em sua maioria, pagos diretamente aos homens responsáveis, como maridos ou pais, o que, segundo Federici (2017, p. 193), configura o que ela chama de "patriarcado do salário". Esse sistema impediu que as mulheres tivessem

autonomia para gerir ou administrar sua própria renda, estabelecendo, assim, as condições materiais para a subordinação e a opressão de gênero.

Considerando a origem histórica da divisão social do trabalho e do trabalho invisível na Europa, é possível examinar como esse fenômeno evoluiu e se manifestou de maneira específica no Brasil e nas demais colônias. No século XIX, surgiu a figura da dona de casa em tempo integral, o que fez com que as mulheres se tornassem completamente dependentes dos salários de seus maridos. Essa dependência as colocou sob o controle do Estado e dos empregadores. Assim, esse "mecanismo", no contexto da separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, possibilitou a acumulação do trabalho não remunerado (Fraccaro, 2018, p. 9-61). É fundamental destacar, ainda, o papel da caça às bruxas nesse processo, que, principalmente a partir do auge do mercantilismo, consolidou o controle sobre a reprodução e os corpos das mulheres. Durante esse período, qualquer prática de controle de natalidade, comum na Idade Média, foi proibida e severamente perseguida. A maternidade passou a ser vista como uma obrigação, comparando-se a um trabalho forçado, com os corpos das mulheres constantemente sob vigilância (Federici, 2017, p. 176).

A partir do século XIX, as mulheres passaram a ser associadas a características como emoções excessivas, histeria e falta de controle. Esperava-se que a mulher, especialmente a esposa, em um padrão tradicional, atendesse às necessidades físicas, emocionais e sexuais dos homens assalariados, preparando-os para o trabalho diário (Federici, 2019, p. 68). De fato, as mulheres não poderiam ter sido completamente desvalorizadas como trabalhadoras e privadas de sua autonomia em relação aos homens sem antes passarem por um intenso processo de degradação social (Federici, 2017, p. 199). Esse processo foi apoiado, inclusive, por normas legais que ajudaram a perpetuar sua subordinação. É essencial destacar o papel desses mecanismos, que contribuíram para a infantilização das mulheres ao retirar-lhes direitos fundamentais. Foi nesse contexto que surgiu, ainda no século XIX, a primeira onda do feminismo, com a principal reivindicação de igualdade de direitos políticos para as mulheres.

3.4 A força do trabalho feminino

Como Marx (2013, p. 168) relatou, a força de trabalho pode ser usada para produzir o que é necessário para a subsistência humana. Porém, a mesma força de trabalho produz em um segundo momento, mais-valia, o trabalho excedente cuja forma distingue diferentes formações econômicas. A produção excedente funciona como o combustível que alimenta o capitalismo e atua como uma atividade subordinada e controla a força de trabalho. Os resultados obtidos são

devolvidos diretamente em benefício da produção social e negativamente para o assalariado (Martins, 2005, p. 122-146). O que a história mostra são os assalariados cuja alienação e exploração são crescentes e impõem uma profunda questão existencial, porque o trabalho perde a qualidade de atividade básica, objetiva e humana, cujos resultados são diretamente favoráveis ao assalariado individual.

Segundo Bruschini (1998, p. 02-30), no final do século XX, a divisão do espaço de trabalho havia se tornado sistematizada. Por um lado, o trabalho doméstico representava a esfera privada e, por outro lado, as diversas unidades produtivas representavam a esfera pública. Essa fragmentação também correspondeu à divisão social do trabalho. Os homens foram responsáveis pelo trabalho produtivo, remunerado e socialmente reconhecido fora de casa. As mulheres foram responsáveis pelo trabalho doméstico, criação dos filhos e maternidade, que é responsável pela reprodução da força de trabalho. Todo esse trabalho era feito por mulheres sem remuneração.

A força de trabalho feminino tem crescido significativamente nos últimos 40 anos, e hoje as mulheres representam quase a metade da força de trabalho mundial. A participação das mulheres na força de trabalho tem uma série de benefícios, incluindo: maior independência financeira para as mulheres; melhores oportunidades educacionais e de emprego para as filhas; aumento da renda familiar; contribuições positivas para a economia. Já o aumento da participação das mulheres na força de trabalho tem sido impulsionado por uma série de fatores, que incluem o aumento da educação das mulheres, a mudança dos papéis de gênero e a necessidade de renda adicional para as famílias (Silva e Domingues, 2024, p. 138-141).

No entanto, as mulheres ainda enfrentam diversos desafios, como a discriminação de gênero no mercado de trabalho, a escassez de creches e outros serviços de apoio às famílias, além da sobrecarga de trabalho, já que muitas vezes acumulam as responsabilidades domésticas e os cuidados com os filhos. Apesar dessas dificuldades, a participação feminina na sociedade representa uma luta social positiva, que tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento econômico e social de várias comunidades (Pontes, 2018, p. 171-176).

Durante o período de industrialização, as mulheres ingressaram no mercado de trabalho e a maioria de suas funções e cargos eram desqualificados. Portanto, a justificativa para o estabelecimento da divisão do trabalho é que as mulheres não possuem conhecimento técnico para supervisionar os serviços. Foram essas posições fragmentadas, saber fazer as coisas e ter conhecimento técnico de um determinado setor, e a valorização e recompensas pelo trabalho que levaram as mulheres a se organizarem e tentarem criar uma relação igualitária entre homens e mulheres no mundo do trabalho. A entrada das mulheres na força de trabalho representou uma

grande mudança na história. A migração para o trabalho é um importante intermediário para as atividades femininas fora de casa, status social e algumas atividades ocupacionais até então reservadas apenas aos homens.

O trabalho, seja em casa ou em público, sempre fez parte da vida das mulheres. O trabalho doméstico realizado no espaço privado do lar continua sendo um local prioritário para o trabalho feminino. As mulheres têm sido tradicionalmente as melhores trabalhadoras em produtos têxteis, incluindo fios, tecidos, bordados, rendas e, especialmente, roupas. Segundo Macedo (1985 *apud* TEIXEIRA, 2009, p. 237-244) ao longo do período de transição anterior ao advento e expansão da grande indústria na Inglaterra (século XVIII), as mulheres trabalhavam com bordado, crochê, bordado branco, ponto rendado, e continuaram tecendo, fiando e tricotando, principalmente em casa Macedo (1985 *apud* TEIXEIRA, 2009, p. 237-244). Com o advento da maquinaria, foi notada uma intensificação da divisão social do trabalho.

O tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2023 trouxe à luz uma questão estrutural da sociedade brasileira: mulheres que cuidam de familiares, de filhos, de companheiros e da casa e que muitas vezes têm duplas ou triplas jornadas diárias sem opção de escolha e sem remuneração ou reconhecimento (Tokarnia, 2023).

A Revolução Industrial, as Guerras Mundiais, o advento da automação e a produção cada vez mais acelerada da indústria da moda não trouxeram inovação para a indústria de vestuário, nem trouxeram reconhecimento da força de trabalho e liberação de cargas de trabalho para mulheres e homens. A divisão e particularidade do processo produtivo na indústria do vestuário dificultou a obtenção de lucros com a padronização e a objetividade esperadas pelos donos do capital. Dessa forma, a união do trabalho e do capital escravizava e oprimia absurdamente os trabalhadores do campo (Lima, 2009, p.37-62). Ainda que essas características fossem fáceis de identificar na indústria do vestuário, podemos dizer que esse quadro não é determinado apenas por características econômicas e históricas, mas por distinções e estruturas sociais e pelos espaços que as diferenças de gênero podiam ocupar.

Durante a Primeira Guerra Mundial, além dos trabalhos de enfermagem, as mulheres trabalhavam na indústria de vestuário, produzindo uniformes, paraquedas e outros tecidos e roupas para soldados dos países envolvidos no conflito. É o caso, por exemplo, da Alemanha, França e Reino Unido. As mulheres também são necessárias nas áreas rurais e este é um setor tão vital para a sobrevivência do povo que suas atividades não puderam ser paralisadas enquanto a guerra continuava. Esses trabalhos socialmente sancionados, originalmente executados por mulheres, eram oferecidos em troca de uma refeição ou uma insignificante soma de dinheiro. Essa transformação no papel das mulheres, que se expandiu para áreas anteriormente

dominadas pelos homens, não apenas desafiou as normas sociais vigentes, mas também refletiu uma evolução significativa (De Abreu 2014, p. 395-407).

Basicamente, pertencer a uma classe molda a percepção geral, experiência e habilidades de um indivíduo; não se trata apenas de posses, trata-se de visão de mundo e como esse "mundo" olha para você e qual resposta ele lhe dá ou não por meio de oportunidades. O problema com isso ficou aparente quando mulheres feministas brancas de classe média e alta trataram agendas sexistas como nada mais do que uma forma de dominação patriarcal, ignorando o fato de que mulheres negras e de classe baixa – até mesmo brancas – apresentavam outras nuances que as penetravam em suas trajetórias, o que leva a interpretações vazias e inconsistentes da realidade, e infelizmente contribui para esse sistema de opressão construído pelos brancos, permitindo-lhes dominar mulheres negras que sempre estiveram à margem. Então, fica bem claro que o preconceito machista não é suficiente para trazê-las todas para o centro das lutas feministas, pois ainda exclui fatores que estão diretamente relacionados à existência e vivências dessas mulheres (Silva e Domingues, 2020, p. 138-141).

3.5 As lutas femininas

Segundo Hooks (2019b, p. 140), enquanto as mulheres encontravam dificuldades para sair de casa e cuidar dos filhos, ao mesmo tempo lutavam cada vez mais para encontrar tempo para a família, não sendo capazes de se comprometer com os vínculos carinhosos e afetivos. E vale ressaltar que a divisão dos cuidados com os filhos não diminui ou exclui o valor das mulheres nessa área de poder que elas controlam. No entanto, é difícil mostrar o mesmo caminho para famílias pobres ou mães solteiras que, lutando para sobreviver, não têm tempo suficiente ou mesmo a compreensão de como dar mais atenção aos filhos. O ideal é concentrar-se na interseccionalidade da luta feminista que deve abordar a opressão de classe, raça e gênero para que não se limite a mulheres brancas de classe média e alta dominando o ativismo feminista. Conversas, convites, escritos e linguagens devem ser adaptadas para atingir mulheres e homens multirraciais, de classes altas e baixas, intelectualizados ou fora da academia, pois sem atingir as massas, todas as lutas serão em vão. Para tanto, propõe-se que os homens não sejam tratados como inimigos, pois os separatismos não mudam a atual estrutura patriarcal, capitalista e colonialista, nem propõe nenhuma mudança fundamental; a opressão continua a se espalhar. No entanto, os discursos do radicalismo negro devem ser ouvidos e compreendidos como formas de se expressar, viver, vivenciar e agir para compreender o machismo, o racismo e o classismo que os fundamentam (Silva; Domingues, 2019, p. 138-141).

Segundo Abramo (2000, p. 1-12), na América Latina, entre as décadas de 1970 a 1990, foi percebida uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, bem como um aumento das horas diárias e semanais que elas dedicavam ao trabalho. Ainda existe uma continuidade das trajetórias laborais e um aumento dos anos de vida economicamente ativos. Nessa mesma época, os níveis de instrução das mulheres foram superiores ao dos homens no mercado de trabalho. A segregação ocupacional e a diferença salarial ainda persistem, mas em uma escala bem menor. Por outro lado, as taxas de desemprego das mulheres ainda continuam sendo significativamente maiores quando comparadas à dos homens e percebe-se o aumento da presença feminina nas ocupações precárias e socialmente pouco valorizadas.

No livro “Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra”, Bell Hooks (2019a, p. 148) expressa a importância e a necessidade de falar, de responder, de erguer a voz, como também de relatar experiências pessoais e as implicações dessas para o pensamento, teoria, crítica e prática feminista e negra, além da importância de se nomear e autoneamar, estabelecendo os parâmetros a partir dos quais possam relatar nossas experiências, sobre a relação entre as práticas feministas e a vida pessoal, indo de encontro a preceitos acadêmicos e teóricos que pregam a objetividade e neutralidade do discurso científico. A autora deixa evidente a todo o momento que o pessoal é político, no sentido de que as falas e as vozes de mulheres negras conseguem desestabilizar os discursos racistas que são camuflados de verdades acadêmicas e científicas, e aponta que o combate ao silêncio e ao silenciamento remonta a uma fala ancestral (Hooks, 2019a, p. 144).

Segundo Gonzalez, a opressão racial e a social fazem da mulher negra "o foco, por excelência, de sua perversão" e "esquecer isso é negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista, graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral". É inegável que o feminismo como teoria e prática tem desempenhado um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas perguntas, não só estimulou a formação de grupos e redes, mas desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. “Ao centralizar sua análise em torno do conceito de capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento de nossas lutas como movimento” (Gonzalez, 1988, p. 05).

As mulheres eram limitadas a ocupar o espaço doméstico, enquanto o poder no espaço público era delegado aos homens. Assim, mulheres e homens construíram suas identidades a partir de espaços culturalmente pré-determinados fora da influência do pertencimento a uma determinada classe social. Porém, o processo de criação da identidade não é determinado apenas

pelos espaços predeterminados em que mulheres e homens caminham. Esse processo é influenciado por atividades significativas que destroem e constroem novos lugares por meio da interação social.

A inserção da mulher na vida profissional não pode ser considerada apenas como uma forma de emancipação e luta pela igualdade de gênero. Quando as mulheres entram no espaço de produção, elas entram em um mundo de exploração e dominação masculina. Enquanto no espaço privado prevalecia o controle das mulheres por meio do corpo biológico, no espaço público os meios de controle e controle dos homens estão se modificando de diversas formas amparadas pelo sistema capitalista, como diferenças salariais, feminilização e desvalorização de determinadas profissões. Esse argumento nos leva a considerar que o corpo feminino ocupa um espaço onde a presença masculina se faz ausente, sendo, muitas vezes, as mulheres como responsáveis por preencher tais espaços. “A invisibilidade das mulheres ou dos seus corpos na vida laboral continua na nossa sociedade, influenciada pela forma como utilizamos esses espaços e os mecanismos sociais de governação” Macedo (1985 *apud* TEIXEIRA, 2009, p. 237-244).

As divisões sexuais do trabalho não são um tema novo ou que tenha sido pouco falado nos últimos anos. Os estudos das formas assumidas pelo trabalho feminino foram definidos como porta de entrada dos estudos sobre as mulheres nas academias brasileiras, tendo sido o primeiro tema a conquistar o selo da legitimidade nas universidades do país (Bruschini, 1994, p. 17-32). A divisão social do trabalho é o problema central da obra que pode ser considerada pioneira nas pesquisas contemporâneas sobre as posições das mulheres na sociedade brasileira.

O infográfico disponibilizado na figura 3 retrata a linha histórica do movimento feminista e a profissionalização das mulheres.

Figura 3 - Período e marco teórico do movimento feminista e a profissionalização das mulheres



Estado Novo e Consolidação do Sufrágio (1930-1945)

Conquista do direito ao voto e entrada das mulheres nas eleições. Na foto, a primeira deputada federal Carlota Pereira de Queirós. Direito ao aborto seguro em situações específicas.

Segundo Movimento Feminista e Liberação Feminina (1960)

Luta pela igualdade jurídica e social. Mulheres casadas ganham o direito de trabalhar sem permissão do marido (1962).

Políticas Públicas e Direito à Proteção (Década de 1980)

Primeiras políticas públicas com enfoque de gênero. Constituição de 1988 com avanços em direitos relativos à saúde, trabalho e proteção da mulher.

Terceiro Movimento Feminista e Novos Marcos (1990-2000s)

Consolidação de políticas de proteção e combate à violência contra a mulher. Lei Maria da Penha (2006) e a lei de Femicídio (2015), com avanços significativos na proteção legal da mulher.

LIGUE 180
Central de Atendimento à Mulher

A vida só começa quando a violência acaba.
Maria da Penha
07 DE AGOSTO - Dia da Lei Maria da Penha

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A partir da construção de um panorama histórico sobre o trabalho feminino, que abrange desde a Caça às Bruxas na Europa Ocidental até o período colonial no Brasil, bem como pela análise descritiva de dados relativos às atividades domésticas, ao cuidado e a relatos sobre a participação e condições de participação das mulheres na política, são apresentadas evidências que sustentam a hipótese central deste estudo. A hipótese defendida por Federici (2017, p. 11 - 12) sustenta que a hierarquia estabelecida pela divisão social do trabalho atribui às mulheres a responsabilidade central pelas tarefas domésticas e pelos cuidados não remunerados, resultando em uma disparidade de tempo entre os gêneros. Essa desigualdade impõe barreiras

significativas à participação feminina na política e, de maneira mais ampla, na vida pública, um espaço historicamente dominado por homens brancos. A sub-representação das mulheres, portanto, resulta na negligência de seus interesses na formulação de políticas públicas. Em particular, políticas voltadas para a equidade de gênero, como a redistribuição das tarefas domésticas e de cuidados, têm sido pouco debatidas e implementadas (Bastos, 2021, p. 10).

Há, portanto, um ciclo vicioso que se retroalimenta e leva à violência política de gênero, que é qualquer ato destinado a excluir a mulher do espaço político, a restringir ou dificultar seu acesso, ou ainda a forçá-la a tomar decisões contrárias à sua vontade. Dado que o espaço público tem sido historicamente reservado aos homens - especialmente brancos, cisgêneros (aqueles que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento) e heterossexuais (aqueles atraídos por pessoas do sexo oposto) —, há um esforço coordenado para excluir as mulheres que conseguem alcançar posições de poder, muitas vezes por meio de violência, e impedi-las de atuar. Diante disso, torna-se essencial intervir nos dois principais elementos desse ciclo, criando mecanismos que possibilitem a ampliação da participação política das mulheres e promovam a corresponsabilidade pelos afazeres domésticos e de cuidados entre o Estado, as famílias e a sociedade (Fraser e Filho, 2018, p. 153-188).

As pesquisas sobre trabalho e gênero conseguem compartilhar o entendimento de que as divisões sexuais do trabalho atravessam as relações sociais e são fundamentais nas suas organizações. “Suas problematizações permitem questionar métodos e categorias que começamos a considerar neutros, como constatado, ainda nos anos 80”, por Souza-Lobo (1991, p. 151). No entanto, isso não significa que tenha sido incorporada como uma problematização – seja nos estudos sobre o trabalho, que podem padecer, ainda citando Souza-Lobo, de categorias “sexualmente cegas”, seja nos estudos sobre os gêneros, nos quais as conexões com as divisões sexuais do trabalho nem sempre avançam para além de suas menções como enquadramentos teóricos adotados de partida.

Considerar que as mulheres fazem sua própria história conduziu ao reconhecimento de que o feminismo é um campo político permeado por disputas. Dessa forma, a delimitação do termo não acontece apenas nas teorias filosóficas ou sociológicas. O conceito pode ser definido a partir dos embates travados diretamente pelas mulheres em diferentes momentos da história, inclusive em organizações que envolvem homens, como partidos e sindicatos, ou em movimentos que reivindicam outras bandeiras e sonhos de liberdade. É possível contar a história do feminismo a partir das lutas empunhadas pelas próprias mulheres. O tema da igualdade entre mulheres e homens esteve presente na luta dentro das fábricas, nos sindicatos,

nos partidos e na nascente do movimento feminista, que requer, a partir dessa compreensão, novos marcos sobre seu surgimento (Fraccaro, 2018, p.9-61).

Conforme afirmado por Biroli (2018, p. 40), "o trabalho invisível, seja remunerado ou não, contribui significativamente para a baixa participação das mulheres no espaço público". Um aspecto central da divisão social do trabalho reside na "naturalização das relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem baseadas na biologia e/ou justificadas por fatores raciais".

Assim, a interseção entre gênero, raça e classe molda as escolhas individuais, impõe responsabilidades de forma desigual e direciona as ocupações, ao mesmo tempo que limita o acesso a outras. Como Biroli, (2018, p. 05), explica, "as estruturas da divisão social do trabalho são essenciais para compreender a formação das relações de poder no capitalismo patriarcal", da seguinte maneira:

Embora as hierarquias de classe e raça incidam na definição de quem tem acesso aos espaços de poder, a divisão social do trabalho e as formas da construção do feminino a ela relacionadas fazem com que as mulheres tenham chances relativamente menores do que os homens de ocupar posições na política institucional e de dar expressão política, no debate público, a perspectivas, necessidades e interesses relacionados à sua posição social. Têm, com isso, menores possibilidades também de influenciar as decisões e a produção das normas que as afetam diretamente. A cidadania das mulheres é, portanto, comprometida pela divisão social do trabalho, que em suas formas correntes contribui para criar obstáculos ao acesso a ocupações e recursos, à participação política autônoma e, numa frente menos discutida neste capítulo, à autonomia decisória na vida doméstica e íntima (Biroli, 2018, p. 24).

Portanto, quanto mais obstáculos a divisão social do trabalho impõe, maior é o afastamento das mulheres da esfera pública. Como observa Biroli (2018, p. 44), "quanto mais as mulheres estão envolvidas com as tarefas domésticas diárias, menores e menos eficazes são os recursos disponíveis para politizar as desvantagens que enfrentam e as hierarquias que estruturam essa realidade".

A designação dos seres humanos do sexo masculino como absolutos na sociedade (Beauvoir, 1970, p. 8-23) receberam subsídios da igreja, da ciência, da história e mais recentemente dos meios de comunicação de massa, que contribuíram para a construção da identidade feminina como complementar ao homem, e as mulheres receberam algumas denominações, entre elas, a de segundo sexo e sexo frágil, sempre levando em consideração a diferenciação biológica. "A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo" (Beauvoir, 1970, p. 12).

No Brasil, um dos fatores que permitiram a visibilidade da mulher na sociedade, além dos limites familiares, foi a transformação do país em sede do império português, com a vinda da família real em 1808. A permanência da corte no Brasil, de acordo com Buitoni, “passou a influir na vida da mulher no Rio de Janeiro, exigindo-lhes mais participação” (Buitoni, 2009, p. 31). A “luta” pela ampliação dos seus papéis na sociedade teve início ainda na era Imperial, mas os resultados reais foram obtidos no período republicano, como o acesso ao ensino superior, às atividades públicas e o direito ao voto. E ainda, a publicação de artigos, contos, crônicas sob a visão feminina (Biroli, 2018, p. 22-52).

Entre as estratégias adotadas pelas brasileiras para tornar pública a esfera íntima feminina e ainda estabelecer atividades em espaços públicos, destinado “originalmente” aos homens, foi a inserção das mulheres nos veículos de comunicação de massa, principalmente em jornais e revistas em várias capitais e cidades de todas as regiões brasileiras. A presença das mulheres na imprensa, nas instituições educacionais e nos postos de trabalho representa a obtenção de novos espaços para o relacionamento pessoal e profissional (Farah, 2004, p. 127-142), além de iniciar o rompimento de estereótipos relacionados à conduta feminina, a submissão, entre outros, alimentados pelas instituições patriarcais (família, igreja e escola).

Conforme relatado por Pontes (2018, p. 171-176), a história das lutas das mulheres no Brasil é frequentemente narrada, de maneira similar à história europeia, a partir da luta pelo sufrágio feminino. No entanto, essa perspectiva revela o racismo estrutural e institucional que invisibiliza os esforços das mulheres negras e indígenas. Antes mesmo do surgimento das primeiras manifestações organizadas pelo sufrágio no século XIX – momento em que começam a ser registrados os movimentos feministas no país –, mulheres escravizadas, indígenas e imigrantes portuguesas já praticavam formas diversas de resistência na colônia. A participação feminina em importantes revoltas coloniais, como a Inconfidência Mineira, a Inconfidência Baiana, a Revolta dos Malês e a Revolução Farroupilha, foi apagada pela história tradicional. Além disso, as mulheres escravizadas, assim como os homens escravizados, resistiram de todas as formas possíveis ao longo do período colonial e imperial. Nesse contexto, é essencial destacar as lideranças femininas do Quilombo dos Palmares, como Dandara dos Palmares, Aqualtune e Tereza de Benguela, que desempenharam papéis cruciais na organização e resistência do maior quilombo brasileiro durante o período colonial (Nascimento, 1985 *apud* Ratts, 2006 p. 117-125).

Além de sua luta contra o regime escravocrata, Dandara assumiu a liderança das falanges femininas no exército do Quilombo dos Palmares. Aqualtune, que antes era princesa no Congo, foi escravizada e trazida ao Brasil, mas desempenhou um papel fundamental na

ascensão do quilombo, graças aos seus amplos conhecimentos em estratégias de guerra e política. Por sua vez, Tereza de Benguela se destacou na liderança do sistema de defesa e nas atividades de subsistência do quilombo, contribuindo decisivamente para a sua manutenção e resistência. Tereza de Benguela foi uma líder quilombola que viveu em lugar incerto, mas sabe-se que o Quilombo do Piolho, o qual liderou, estava às margens do rio Guaporé, localizado na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, onde hoje se localiza o estado de Mato Grosso (Santos, 2017, p. 1-12).

Em relação às mulheres indígenas, as divisões para o trabalho provocam reflexão sobre os “papéis” femininos e masculinos no âmbito das etnias, e isso acaba reproduzindo a ideia de que as mulheres ocupavam alguns espaços diferentes dos homens, porém cabe ressaltar que, atualmente, a figura de maior representação política (cacique) de algumas aldeias é uma mulher. A cultura, do ponto de vista ocidental, tem sido abordada como algo dado, fixo, nascido com o sujeito, portanto, incapaz de ser mudado ou ressignificado. É comum, apesar de mudanças significativas a respeito, ainda no século atual ouvirmos, lermos, observarmos, seja em diálogos informais cotidianos, nas mídias, seja em pesquisas oficiais, apontamentos que nos levam a perceber que a imagem/identidades /singularidades da mulher, indígena ou não indígena, estão ligadas ao cuidar do lar, dos filhos, da família (Alves e Medeiros, 2016, p. 257-266).

A primeira grande organização de mulheres no Brasil surgiu na segunda metade do século XIX, durante a luta contra a escravidão. Aliada ao movimento abolicionista, essa organização buscava também denunciar as opressões resultantes do patriarcado, sendo predominantemente composta por mulheres brancas da elite imperial (Pontes, 2018, p. 171-176). Com a proclamação da República e o fim da monarquia, um importante debate sobre o direito de voto feminino foi travado na Assembleia Constituinte de 1891, mas não obteve sucesso. Dessa forma, a mobilização em prol do sufrágio feminino ganhou força novamente na primeira década do século XX, com a fundação do Partido Republicano Feminino no Rio de Janeiro.

Nesse contexto, a atuação de Bertha Lutz foi crucial. Em 1923, ela organizou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, com a qual participou da IX Conferência da *International Woman Suffrage Alliance*, tornando-se uma figura de destaque internacional no movimento feminista. Lutz foi uma defensora da implementação de uma legislação trabalhista no Brasil, com ênfase em medidas específicas voltadas para as mulheres operárias (Fraccaro, 2018, p. 9-61). Outra mulher brasileira importante no movimento feminista foi Patrícia Galvão, apelidada como “Pagu” e conhecida como a “musa do Modernismo”, movimento que revolucionou a arte brasileira em seus diversos aspectos, tendo como seu auge, a “Semana de

1922”, em que vários conceitos artísticos expressavam a contestação dos dogmas culturais, sociais e políticos da época. Pagu era escritora, desenhista, tradutora, feminista e militante política (Rebechi Junior, 2018, p. 159-170).

No entanto, era claro que o movimento feminista enfrentava dificuldades para superar as barreiras de classe e raça. Nesse contexto, as manifestações operárias ocorridas entre 1917 e 1920, e também durante os anos 1930, nas quais as mulheres tiveram grande participação, se mostraram mais eficazes na luta pela igualdade de gênero do que os primeiros anos de atuação da federação feminista. Esta última foi amplamente criticada por sua abordagem elitista, que centrava a reivindicação do sufrágio em uma perspectiva impopular e que não buscava ampliar a participação eleitoral de forma mais inclusiva (Fraccaro, 2018, p. 9-61).

Com o fim da ditadura, foi possível observar a incorporação de princípios feministas no Estado Brasileiro por meio da criação de leis e políticas públicas, sendo a Constituição de 1988 o marco mais significativo desse processo. A Carta Magna estabeleceu a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, consagrando a equidade por meio da garantia dos direitos humanos e da proibição de discriminação salarial e funcional com base no gênero. Além disso, a Constituição instituiu a necessidade de intervenção estatal em casos de violência doméstica. Esse avanço foi crucial para configurar o Estado brasileiro como responsável pela criação e gestão de políticas públicas voltadas para as mulheres (Pontes, 2018, p. 171-176).

O desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental provocou transformações profundas nas estruturas produtivas e sociais da época. A privatização das terras e a monetização das relações de produção foram fatores determinantes para a separação entre as esferas de produção e reprodução da vida, sendo a última atribuída às mulheres. Esse arranjo visava, principalmente, ampliar a mais-valia gerada pelos salários masculinos provenientes da produção de bens e serviços. Assim, a opressão das mulheres se consolidou como um fenômeno público, especialmente após a industrialização. O Estado e o mercado emergiram como as novas esferas de coerção institucionalizada, ao permitirem a participação feminina, mas sempre em posições subalternas. No Brasil e nas demais colônias, essa coerção deve ser analisada à luz da colonialidade do poder, levando em consideração uma abordagem interseccional de classe, gênero e raça, para compreender as novas formas de dominação e exploração que emergiram nesse contexto.

A interseção entre gênero, raça e classe molda as escolhas individuais, impõe responsabilidades de maneira desigual e direciona as ocupações, ao mesmo tempo que restringe o acesso a outras. Nesse sentido, a divisão social do trabalho desempenha um papel crucial na compreensão das relações de poder no capitalismo patriarcal, pois contribui para que as

mulheres tenham menos oportunidades do que os homens para ocupar o espaço da política institucional.

A emergência de abordagens fundamentais do movimento feminista, como as perspectivas das mulheres negras, levou Hooks (2019a, p. 139-140) a destacar, de forma didática, alguns pontos importantes para promover a construção coletiva de um movimento que, não inclui precisamente todos os atores sociais. Para isso, a autora sugeriu destacar raça e classe nas análises dos estudos feministas para além do sexo pois isso permite compreender diversas realidades em suas complexidades. Suas ideias vêm de histórias pessoais e experiências na educação feminina.

Em seu livro “Teoria feminista – da margem ao centro”, a autora relata como foi excluída dos grupos feministas que participou, mostrando como as feministas brancas enxergavam as mulheres negras somente como uma forma de legitimar o movimento, não levando em consideração suas particularidades. Enquanto as feministas brancas se concentravam exclusivamente nos problemas sexistas, deixando de lado as questões relacionadas a raça e classe, não era possível desenvolver o movimento feminista sólido e amplo que pretendiam. Enquanto as feministas brancas se preocupavam com direitos de equiparação salarial e acesso ao ensino superior, as mulheres negras lutavam para mostrar como eram maioria na base da pirâmide social e minoria nas universidades, não se dando conta de que também tinham privilégios diante da realidade das mulheres negras e de classe baixa, e de que, portanto, também reproduziam opressões (Hooks, 2019a, p. 139).

4. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se configura como um estudo de caso intrínseco, seguindo o protocolo estabelecido por Stake (2000, p. 435-454). O foco é compreender não apenas a natureza e os resultados do programa Profuncionário, mas também mergulhar nas experiências individuais e coletivas das Técnicas Administrativas em Educação do sexo feminino que participaram do programa em Gaúcha do Norte - MT. Optamos por uma abordagem qualitativa com o objetivo de capturar as nuances e complexidades das vivências dessas mulheres. Queremos explorar suas motivações, os desafios enfrentados ao longo do processo de profissionalização e os impactos percebidos em suas carreiras e vidas pessoais.

Um estudo de caso intrínseco, conforme definido por Stake (2000, p. 435-454), é uma abordagem de pesquisa que se concentra na compreensão aprofundada de um caso específico

por si só, sem a intenção de generalizar para outros contextos ou populações. O objetivo principal desse tipo de estudo é explorar e entender a singularidade e a complexidade do caso em questão, proporcionando uma análise detalhada e contextualizada. Nesse tipo de estudo, o foco está na singularidade do caso e na sua própria importância, em vez de buscar generalizações ou extrapolações para outros contextos. A pesquisa é orientada para compreender as características únicas e complexas do caso específico, considerando tanto o ambiente interno quanto o externo que influencia o caso.

A contextualização profunda é um aspecto central do estudo de caso intrínseco. O pesquisador investiga os fatores e condições que moldam o caso, incluindo os contextos específicos e as interações entre os diversos elementos envolvidos. Em vez de aplicar uma abordagem uniforme, a pesquisa é adaptada às necessidades e particularidades do caso, permitindo uma análise detalhada das suas nuances. O objetivo é oferecer uma compreensão rica e detalhada do caso, destacando suas complexidades e particularidades. A pesquisa busca entender como o caso é vivido e percebido pelos seus participantes, explorando as interações e influências que o afetam. Os métodos de coleta de dados são flexíveis e ajustados às especificidades do caso, podendo incluir entrevistas, observações e análise de documentos, sempre com o intuito de obter uma visão completa e aprofundada (Stake, 2000, p. 435-454).

Para obter um entendimento mais profundo das experiências das participantes, utilizaremos entrevistas semiestruturadas. Este método permite ouvir as vozes das TAEs e obter uma compreensão detalhada de suas realidades e percepções sobre o programa Profucionário. Além das entrevistas, essa abordagem nos permitiu contextualizar as experiências das participantes no âmbito do programa, examinando seus objetivos, a estrutura curricular, as diretrizes e os regulamentos que o orientam. A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa, fundamentada em entrevistas semiestruturadas com as TAEs que concluíram o Profucionário. Espera-se que a pesquisa contribua para informar e influenciar práticas e políticas que promovam a equidade de gênero, reconhecendo o papel fundamental das mulheres na educação e na sociedade.

O estudo está centrado nas entrevistas semiestruturadas detalhadas das experiências das TAEs em Gaúcha do Norte - MT, no período entre dezembro de 2023 e março de 2024. As entrevistas foram realizadas com TAEs do sexo feminino que cursaram o programa Profucionário. A escolha deste grupo de participantes seguiu critérios específicos para garantir as informações, com foco em TAEs efetivas e lotadas nas escolas estaduais do município de Gaúcha do Norte - MT.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento das participantes para garantir a precisão das informações. As gravações foram posteriormente transcritas e analisadas para identificar padrões, tendências e contradições nas narrativas das participantes. A abordagem qualitativa e as técnicas de coleta de dados escolhidas permitiram uma análise profunda e contextualizada das experiências vividas pelas TAEs, revelando a complexidade e o impacto do programa Profucionário em suas vidas profissionais e pessoais.

Ao integrar os dados da pesquisa com a literatura existente, buscamos oferecer recomendações práticas para aprimorar programas de formação semelhantes e contribuir para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes. O estudo visa, assim, não apenas enriquecer o conhecimento acadêmico, mas também promover práticas e políticas que promovam a equidade de gênero e reconheçam a importância das mulheres no campo da educação.

4.1 Contexto da pesquisa

A pesquisa foi conduzida no município de Gaúcha do Norte- MT, localizado no estado de Mato Grosso, Brasil. Essa escolha se justifica pela presença de apenas cinco mulheres profissionalizadas com o curso Profucionário atuando como Técnicas Administrativas Educacionais nas escolas públicas estaduais, sendo que essas profissionais participaram do programa Profucionário na rede estadual de ensino. Este contexto torna o ambiente propício para investigar as experiências dessas mulheres, especialmente no que se refere à atuação e à formação profissional. A composição específica das TAEs em Gaúcha do Norte, aliada à implementação do programa Profucionário, configura um cenário único e relevante para o desenvolvimento do estudo.

O estudo empírico foi conduzido entre dezembro de 2023 e março de 2024, período durante o qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as TAEs que concluíram o curso no programa Profucionário nos últimos anos. A escolha permite uma análise das experiências das participantes, proporcionando uma visão contemporânea dos impactos e resultados do programa.

Foram escolhidas exclusivamente as TAEs que participaram do programa Profucionário e que estavam em atuação no município de Gaúcha do Norte- MT. Esse critério garantiu que as informações coletadas fossem pertinentes e atualizadas, refletindo a realidade das profissionais no contexto educacional local.

A diversidade entre as participantes em termos de faixas etárias, níveis de escolaridade e tempo de serviço na educação estadual proporciona uma amostra ampla e representativa da realidade das TAEs em Gaúcha do Norte - MT. Esta variedade é fundamental para uma análise mais rica e completa das experiências vividas e dos impactos do programa Profucionário.

Para assegurar a confidencialidade e a proteção das participantes, foram adotadas rigorosas medidas de sigilo e anonimato. Cada participante teve a opção de usar um codinome para preservar sua identidade. Todas as informações coletadas foram tratadas com o máximo de confidencialidade e acessíveis apenas aos pesquisadores responsáveis pelo estudo. Essas medidas são essenciais para cumprir as normas éticas e garantir a segurança e o conforto das participantes durante o processo de pesquisa.

Adicionalmente, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição responsável, com o número de CAAE 71308723.3.0000.5165. Essa aprovação assegura que todas as diretrizes éticas foram seguidas, incluindo a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de cada participante. O cumprimento dessas diretrizes éticas é crucial para garantir a integridade do processo de pesquisa e o respeito aos direitos dos participantes.

Em termos teóricos, a escolha de Gaúcha do Norte - MT como campo de pesquisa e a abordagem metodológica adotada refletem princípios fundamentais da pesquisa qualitativa e dos estudos de caso. De acordo com Stake (2000, p. 435-454), um estudo de caso intrínseco é focado na compreensão profunda e detalhada de um caso específico, explorando suas características únicas e complexas. No contexto desta pesquisa, isso significa investigar as experiências das TAEs no programa Profucionário de maneira a compreender a singularidade e a riqueza de suas vivências e impactos. A abordagem qualitativa e a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas permitem uma análise aprofundada das narrativas das participantes, alinhando-se com os princípios de Stake ao buscar uma compreensão completa e contextualizada do fenômeno estudado.

4.2 Obtenção de dados

Para a obtenção dos dados nesta pesquisa, foram adotados procedimentos e instrumentos planejados para captar de maneira abrangente as experiências e percepções das Técnicas Administrativas Educacionais participantes do programa Profucionário. A técnica principal de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, escolhida por sua flexibilidade e profundidade na abordagem dos temas investigados. Segundo Fraser (2004, p. 139-152),

oferecendo uma visão detalhada dos fenômenos estudados. Essa abordagem flexível é crucial para capturar a complexidade das experiências vividas pelas TAEs.

A fase de preparação incluiu uma revisão bibliográfica para fundamentar teoricamente a pesquisa e a análise documental antes das entrevistas.

Essa revisão teve como objetivo identificar e compreender as principais teorias e conceitos relacionados à profissionalização das TAEs. A literatura sobre formação profissional e os impactos de programas educacionais, incluindo o Profucionário, foi analisada para embasar a elaboração de um roteiro de entrevista semiestruturada. Stake (2000, p. 435-454) destaca que, em estudos de caso intrínsecos, uma preparação teórica sólida é essencial para compreender a complexidade e o contexto do caso específico. Com base nas questões levantadas na revisão, o roteiro de entrevista foi desenvolvido abordando aspectos relevantes da trajetória profissional das participantes.

Na fase de realização das entrevistas, a coleta de dados foi conduzida individualmente com cada participante por meio de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas em áudio com o consentimento prévio das entrevistadas. Segundo Silva, de Oliveira e Neves (2021, p.110-122), a gravação das entrevistas é um procedimento importante para garantir a precisão dos dados e possibilitar uma análise detalhada posterior. Durante as entrevistas, as participantes foram incentivadas a compartilhar suas experiências e percepções de maneira aberta, permitindo uma exploração profunda das questões relacionadas ao programa Profucionário e ao exercício da profissionalidade.

Após a coleta dos dados, as entrevistas foram transcritas na íntegra, com atenção especial à fidelidade do conteúdo e à precisão na transcrição. Foi garantido um rigoroso cuidado com a escrita, a fim de preservar a essência das respostas e assegurar a integridade das informações fornecidas pelas participantes. A transcrição fiel é fundamental para uma análise precisa e para capturar todas as nuances das respostas das participantes (Silva e De Paula, 2024, p. 712-731). A interpretação dos dados envolveu a análise das transcrições para identificar padrões, tendências e contradições nas narrativas. A abordagem metodológica seguiu os princípios de Stake (2000, p. 435-454) para estudos de caso intrínsecos, que buscam uma compreensão detalhada e contextualizada de um caso específico, sem a intenção de generalizar para outros contextos. A análise qualitativa das entrevistas proporcionou uma visão rica das experiências das TAEs e dos impactos do programa Profucionário em suas vidas profissionais e pessoais.

A opção pela entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados está em conformidade com a literatura sobre metodologias qualitativas, que destaca a relevância de

métodos capazes de proporcionar uma investigação aprofundada das percepções dos participantes. A análise dos dados seguiu as diretrizes de Silva e De Paula, 2024, p. 712-731), focando na descrição e interpretação dos dados para identificar padrões e temas emergentes. Esse processo contribuiu para uma compreensão aprofundada das experiências vividas pelas TAEs e dos impactos do programa, refletindo a complexidade e a riqueza das narrativas coletadas.

4.3 Análise de dados

A análise de dados, conduzida de forma interpretativa e descritiva, em consonância com a base teórico-metodológica, evidencia a abordagem metódica adotada neste estudo. Ao optar por um enfoque de estudo de caso intrínseco, foi possível mergulhar profundamente na compreensão das narrativas das TAEs participantes do programa Profucionário, a fim de captar suas experiências e percepções em relação à profissionalidade.

As entrevistas foram inicialmente transcritas manualmente em sua totalidade e, em seguida, revisadas para assegurar a precisão das informações. Com atenção à formalidade da escrita, teve-se o cuidado em preservar a integridade dos relatos das participantes. Esse processo de transcrição e revisão é crucial para assegurar que cada nuance e detalhe das narrativas sejam devidamente registrados e considerados na análise subsequente.

A etapa seguinte, que envolveu a identificação de correspondências representativas dos principais aspectos discutidos nas entrevistas, demonstra o compromisso em extrair os *insights* mais relevantes e significativos do *corpus* de dados coletados. Esse procedimento permite uma organização estruturada dos dados, facilitando sua interpretação e análise.

Os instrumentos utilizados para a interpretação dos dados, tais como elaboração de tabelas, quadros e esquemas, desempenham um papel fundamental na visualização e interpretação dos resultados obtidos. Essas ferramentas proporcionam uma representação visual clara e acessível das informações, auxiliando na identificação de padrões, tendências e relações entre os dados.

Nesse contexto, é fundamental explorar as valiosas contribuições de autores renomados que se debruçam sobre metodologias qualitativas e técnicas de análise de dados. Destacam-se, por exemplo, os trabalhos de Yin (2015, p. 1-31), cujas obras oferecem uma rica compreensão sobre a condução de estudos de caso e a análise interpretativa de dados.

Ao examinar as abordagens metodológicas propostas por Yin (2015, p. 1-31) é possível identificar diretrizes claras e pragmáticas para a estruturação e análise de dados qualitativos. Em sua abordagem qualitativa, destaca a importância da triangulação dos dados, da imersão no contexto estudado e da constante reflexividade do pesquisador ao longo do processo de análise. Yin (2015, p. 1-31) enfatiza a necessidade de um planejamento cuidadoso do estudo de caso, a seleção criteriosa dos participantes e a atenção aos detalhes contextuais que podem influenciar os resultados.

Esses autores oferecem, não apenas um arcabouço teórico robusto, mas também orientações práticas e exemplos elucidativos que auxiliam os pesquisadores na condução de suas pesquisas. Suas obras são amplamente reconhecidas e utilizadas como referência em diversas áreas do conhecimento, evidenciando a relevância e a credibilidade de suas contribuições.

Ao aplicar as diretrizes e recomendações propostas por Yin (2015, p. 1-31) o presente estudo se beneficia de uma metodologia sólida e bem fundamentada, o que contribui para a robustez e a validade dos resultados obtidos. A adoção dessas abordagens metodológicas fortalece a credibilidade da pesquisa, ao fornecer uma estrutura coerente e rigorosa para a coleta, análise e interpretação dos dados qualitativos.

Dessa forma, ao considerar as contribuições de autores como Yin (2015, p. 1-31), o estudo amplia sua base teórica e metodológica, enriquecendo a análise e proporcionando uma compreensão mais aprofundada das experiências e percepções das TAEs participantes do programa Profucionário.

Além das valiosas contribuições dos autores discutidos anteriormente, é crucial expandir a análise das narrativas das participantes à luz de conceitos teóricos relevantes, como os propostos por Bourdieu (*apud* DE CARVALHO, 2003, p. 101-111) sobre *habitus* e campo. A integração dessas perspectivas teóricas à análise dos dados empíricos pode não apenas enriquecer, mas também contextualizar e aprofundar a compreensão das experiências de profissionalização no âmbito do programa Profucionário.

Ao aplicar os conceitos de *habitus* e campo de Bourdieu à interpretação das narrativas das TAEs participantes, torna-se possível examinar não apenas as ações individuais, mas também as estruturas sociais e as relações de poder que influenciam as práticas profissionais. O *habitus*, entendido como o conjunto de disposições internalizadas que orientam as ações dos agentes, permite uma análise mais ampla das trajetórias e das percepções dos participantes em relação à sua formação e atuação profissional.

Por outro lado, a noção de campo, como um espaço social estruturado por relações de poder e luta simbólica, oferece uma lente analítica para compreender as dinâmicas e os conflitos presentes no contexto educacional. Ao examinar as interações entre os TAEs, os alunos, os gestores e outros atores envolvidos no programa Profucionário, torna-se possível identificar os processos de legitimação e de resistência que moldam as práticas e as identidades profissionais.

Quadro 7 - Síntese da Metodologia

Etapa Metodológica	Descrição
Caracterização da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> ● Abordagem qualitativa para compreensão das experiências das TAEs do sexo feminino no programa Profucionário ● Uso de entrevistas semiestruturadas e análise documentos para captar e contextualizar as vivências das participantes
Contexto da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> ● Realizada no município de Gaúcha do Norte, Mato Grosso ● TAEs do sexo feminino que concluíram o Profucionário nos últimos seis anos ● Medidas de sigilo e identificação para proteção dos participantes ● Aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa
Obtenção de dados	<ul style="list-style-type: none"> ● Entrevistas semiestruturadas para coleta de dados qualitativos. ● Roteiro embasado na literatura e objetivos da pesquisa ● Gravação das entrevistas com consentimento prévio das participantes
Análise de dados	<ul style="list-style-type: none"> ● Estudo de caso intrínseco conforme base teórica e técnicas e abordagens recomendadas por Stake (1978; 2000) ● Elaboração de quadros e tabelas ● Exploração das narrativas das participantes

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Dessa forma, ao integrar as perspectivas teóricas de Bourdieu à análise dos dados empíricos, o estudo não apenas enriquece a compreensão das experiências de profissionalização das TAEs, mas também proporciona *insights* mais profundos sobre as estruturas e as dinâmicas do campo profissional na educação. Essa abordagem amplia o escopo da pesquisa, ao contextualizar as vivências individuais no contexto mais amplo das relações sociais e das estruturas institucionais.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram obtidos cinco resultados a partir das entrevistas, com as participantes identificadas nesta pesquisa com os seguintes codinomes: Orquídea, Margarida, Flor de Liz, Rosa e Azaleia. A metodologia de apresentação dos dados consiste, primeiramente, em uma exposição individual dos apontamentos de cada entrevistada, para, ao final, consolidá-los em uma análise descritiva e interpretativa, destacando as semelhanças e divergências observadas. Essa análise final será conduzida à luz da literatura revisada, conforme proposto por Minayo (2001, p. 7-79), que destaca a importância da interpretação qualitativa em estudos que buscam compreender percepções e experiências subjetivas.

O codinome “Orquídea” é uma servidora pública de 41 anos, casada, mãe de dois filhos, atua como TAE há 11 anos e meio em escolas estaduais e possui ensino superior, tendo concluído o curso Profucionário em 2016. Ela expressa uma alta satisfação com sua função, classificando-a com uma pontuação de 9,5/10 e atribui parte dessa satisfação ao Profucionário, que, segundo ela, ampliou sua visão sobre o papel social da educação e a importância de sua própria atuação profissional:

Com o curso profucionário, eu passei a ver a educação de uma forma diferente. Independente da função que nós ocupamos na educação, todos temos o dever de educar, independente da função (Orquídea).

Ao ser perguntada sobre profissionalidade e como a desenvolve no seu dia a dia, Orquídea enfatiza:

Então, profissionalidade eu acho que é um processo, de desenvolvimento e as experiências que vamos adquirindo em determinada profissão. Eu tento exercer a minha profissionalidade da melhor forma possível, pois no nosso trabalho exige um bom desempenho na função e habilidades que vamos adquirindo diariamente (Orquídea).

Essa perspectiva é apoiada por Barbosa (2018, p. 124), que afirma que o desenvolvimento profissional envolve uma construção gradual de competências e experiências, que se refletem na qualidade do trabalho e no comprometimento com as responsabilidades. Orquídea ainda destaca que o programa Profucionário trouxe valorização ao seu trabalho, construção de sua identidade e promoveu igualdade de gênero, aspectos fundamentais para sua satisfação:

Em alguns módulos que nós estudamos no Profucionário aprendemos como construir e reconstruir a nossa identidade profissional, e também a importância das

relações interpessoais, pois é através do diálogo que nós facilitamos as relações humanas e também podemos influenciar outros com nosso exemplo a sermos melhores a cada dia como profissional e ser humano também (Orquídea).

Orquídea também relata sobre os desafios enfrentados durante a realização do curso:

Um pouco de dificuldade assim que eu tive, porque a gente tinha bastante trabalho para fazer. Foi conciliar, trabalho profissional com os afazeres de casa. Então tive que me dedicar bastante (Orquídea).

Neste sentido, estudos apontam para os desafios enfrentados por mulheres que continuam a dedicar pelo menos o dobro do tempo que os homens às atividades domésticas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Nery e Britto, 2023). Existe uma tendência de se atribuir a elas a responsabilidade pelo funcionamento eficiente do lar. Já aos homens, incube a função de apenas ajudar nos cuidados com os filhos e em poucas tarefas domésticas durante os finais de semana (Borsa e Nunes, 2017, p. 31-39; Mota-Santos, *et al.*, 2019, p. 31-39)

A participante se sentiu à vontade para responder algumas perguntas, mas deixou outras sem resposta, pois não se sentiu confortável para comentá-las.

Margarida, de 36 anos, também casada e mãe de uma filha, atua como TAE há 10 anos e possui especialização em Gestão Escolar, além de formação em Pedagogia. Ela trabalha como secretária em uma escola estadual indígena desde 2016 e valoriza a busca constante por aperfeiçoamento, tanto para melhorar sua atuação profissional quanto para aprimorar suas condições financeiras. Margarida entende a profissionalidade como um processo de experiência e aprendizado contínuos, enfatizando a importância da organização para cumprir prazos e metas.

Para mim, é experiência. Experiência adquirida. Aprendizado. Acredito que seja esse o significado (Margarida).

Sua visão vai ao encontro do que postulam Silva e Domingues (2020, p. 138-141), ao afirmarem que o desenvolvimento profissional abrange não apenas o conhecimento técnico, mas também a capacidade de gerenciar atividades e demandas, com um foco na organização e adaptação às necessidades do trabalho.

Apesar de estar satisfeita com seu trabalho, Margarida ressalta a importância de políticas públicas que promovam a valorização dos profissionais da educação e destaca a relevância do Profucionário em sua trajetória, embora também observe a necessidade de condições mais

equitativas no ambiente de trabalho não só para TAEs mas para os profissionais categorizados como Apoios Administrativos Educacionais⁸ (AAE).

Margarida ressalta que não vê preconceito na área da educação por ser do sexo feminino, mas sim como as funções por muitos exercida não é valorizada:

Eu não vejo preconceitos em relação à mulher na área da educação. Eu não vejo esse tipo de preconceito. O que eu vejo é um certo preconceito nos setores. Por exemplo em relação ao apoio x professores. Eu acho que ali existe uma desigualdade, é no sentido social de se sentirem superiores. Na divisão social, por exemplo, a pessoa o apoio é menor. É porque eu já fui apoio, eu sei como somos tratadas, então assim eu sentia que existia um certo preconceito na época. A fulana é apoio, né? Eu sou professor, então a diferença era diminuir (Margarida).

Esta afirmação está alinhada com a pesquisa feita por Monlevade (2012, p. 60), que destaca que a maior diferença entre a educação elitista proporcionada pelos jesuítas e nas aulas régias e a educação democrática contemporânea é que, atualmente, os funcionários são vistos como iguais aos professores, e não como seres inferiores. Todos são educadores, ainda que exerçam funções especializadas que os diferenciam. Ainda com base no relato da participante, os estudos conduzidos por Bruschini (1998, p. 2-30; 1994, p. 17-32) fornecem um panorama do trabalho das mulheres e sua transformação ao longo do tempo, apoiando o argumento de que as lutas das mulheres transcendem a busca pela igualdade no local de trabalho, desafiando os fundamentos basilares da sociedade e sociedade, estruturas económicas que perpetuam a desigualdade de género.

Continuando nossa entrevista com a participante, sobre as questões salariais, ela destaca que:

Nós tivemos perda do poder de compra devido ao não pagamento do nosso RGA na integralidade, isso significa perda de direitos e impacta negativamente na nossa vida. Além do grande desconto do imposto de renda sobre o salário recebido (Margarida).

A respeito do que foi dito pela entrevistada sobre a Revisão Geral Anual (RGA), é importante destacar que se trata de um direito que já conquistamos e que está garantido por lei. Contudo, sua implementação foi bloqueada pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, que criou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. Essa medida resultou numa

⁸ Atividades que englobam a nutrição escolar (merendeira); limpeza e vigilância, dentro das unidades escolares, de acordo com disposições da Lei Complementar nº 206 de 29 de dezembro de 2004.

situação de empobrecimento para os servidores públicos, especialmente em um período em que a necessidade por salários mais dignos se fazia ainda mais urgente devido ao contexto da pandemia.

Em suas considerações finais, Margarida demonstra satisfação por ter integrado e colaborado com a pesquisa. A participante respondeu a todas as perguntas formuladas.

Flor de Liz, de 34 anos e solteira, possui ensino superior e trabalha como TAE em uma escola estadual há 15 anos. Ela enfatiza o incentivo à qualificação profissional promovido pela rede estadual e considera o Profucionário um diferencial em sua atuação, destacando o papel da formação para aprimorar suas habilidades na área administrativa. Para Flor de Liz, profissionalidade é sinônimo de competência, ética e responsabilidade, características que, segundo Bessa (2017, p. 61), são essenciais para o profissional que busca se manter relevante e comprometido com a excelência no desempenho de suas funções.

Se refere à qualidade de ser profissional, ou seja, agir de forma competente, ética e responsável em uma determinada área de atuação principalmente na nossa área (Flor de Liz).

A participante sugere que o curso Profucionário seja ofertado de modo completamente *online* para facilitar o acesso e destaca a importância de progressões salariais como uma forma de valorização, em consonância com os compromissos assumidos pelo governo:

O incentivo que temos é sobre a nossa qualificação profissional, porque quanto mais gente estudar e se qualificar, mais seremos recompensados na parte financeira e profissional. E é isso que nos faz sentir seguros e motivados para realizar o trabalho. Lembrando que a importância de se capacitar para o nosso auto crescimento e também para a motivação do trabalho em equipe. A formação do curso profissional foi o resultado de minha busca por aprimoramento profissional e minha experiência como técnica administrativa. Minhas vivências e experiências anteriores me ajudaram a aplicar os conhecimentos adquiridos no curso de forma prática e eficiente em minha jornada profissional (Flor de Liz).

Essa fala da participante, conforme está delineado pelo Decreto nº 7.415 de 2010 e reforçado pelo Decreto nº 8.752 de 2016, retoma o compromisso do governo com a qualificação e o desenvolvimento profissional contínuo desses trabalhadores, proporcionando formação técnico-didática que combina teoria e prática, conforme enfatizado por Dourado (2012, p. 1-102) e Monlevade (2012, p. 60, 2020, p. 655–667).

A profissional fala das dificuldades enfrentadas para cursar o curso Profucionário, problemas como logística, devido à distância, problemas financeiros e de transporte foram

alguns dos fatores mencionados por ela, “mas que deu certo e no final ao ter concluído foi uma sensação incrível” (Flor de Liz).

A participante se sentiu à vontade para responder às perguntas, contudo, algumas ficaram sem resposta devido à sua hesitação em comentar.

Rosa, de 30 anos, também solteira e com 14 anos de experiência como TAE em uma escola estadual, reconhece que a capacitação oferecida pelo Profuncionário foi essencial para aprimorar suas competências e atuar com maior profissionalidade. Sem experiências prévias de trabalho, Rosa identifica a profissionalidade como a capacidade de desempenhar suas funções com competência, ética e com padrões adequados de convivência no ambiente escolar.

É a capacidade de um profissional desempenhar suas funções de maneira competente e ética. Também inclui tanto os padrões de convivência em sociedade quanto os de convivência profissional (Rosa).

Essa definição está alinhada com o pensamento de Vargas (2015, p. 37), que observa que a profissionalidade implica uma habilidade intrínseca para integrar conhecimentos e habilidades técnicas com comportamentos éticos e sociais, de modo a garantir uma atuação satisfatória. Rosa ainda acredita que o Profuncionário, apesar de não ter sido criado exclusivamente para valorizar as mulheres, exerce um papel positivo para as profissionais do setor, que são em sua maioria mulheres, e aponta que o plano de carreira poderia ser mais abrangente na valorização de funções e remunerações.

Quando perguntada sobre as dificuldades e obstáculos da função a participante relata:

Acho que poderíamos ter mais investimento em capacitação e treinamento dos servidores para que possam desempenhar nossas funções com mais eficiência e qualidade, digo nas atividades que envolvem sistema e prática diária (Rosa).

Esse problema decorre da ausência de treinamento prático por parte do governo em relação ao uso dos diversos sistemas e plataformas que fazem parte do dia a dia profissional. Muitas vezes, essas informações chegam apenas na forma de um manual e o servidor se vê na obrigação de correr atrás do aprendizado para conseguir atender às demandas de trabalho que lhe são impostas.

A participante demonstra um forte comprometimento com suas atividades e está constantemente em busca de aprimoramentos. Ela se mostra sempre disposta a auxiliar e

apresenta um excelente relacionamento com os colegas. Isso se torna claro quando foi questionada sobre sua percepção a respeito do seu desempenho e das interações com a equipe:

Cumpro as tarefas e obrigações com responsabilidade e comprometimento, tratando os colegas de trabalho, professores e alunos com respeito e cordialidade, independente de suas diferenças pessoais ou profissionais, agindo com ética e integridade em todas as situações, seguindo as normas e regulamentos da instituição e da profissão (Rosa).

De acordo com Hermann (2006, p. 25-32), a responsabilidade no trato com os outros, aliada à ética no exercício das funções, são componentes essenciais para o desenvolvimento de um ambiente educativo respeitoso e integrado, que reconhece a importância da convivência e do compromisso com os valores institucionais e sociais.

A participante se mostrou confortável ao responder às perguntas, no entanto, algumas delas ficaram sem resposta devido à sua hesitação em se pronunciar.

Azaleia, uma TAE de 42 anos, casada e com oito anos de serviço público, concluiu o curso Profucionário em 2020 e considera a formação uma ferramenta relevante para seu aprimoramento na função técnica administrativa. Azaleia entende a profissionalidade como um processo de crescimento contínuo, no qual se aprende e se adquire novas experiências a cada dia de trabalho.

Então, profissionalidade é aquilo que você exerce no seu dia a dia, é a sua experiência naquilo que você faz no seu trabalho. Então, cada dia que você vai trabalhando, você vai adquirindo novas experiências. A gente nunca sabe tudo. Então é a profissionalidade o que nós colocamos no nosso dia a dia, a nossa organização e as demandas que chegam para você ir realizando. Então, no meu dia a dia é isso (Azaleia).

Segundo Gorzoni e Davis (2017, p. 1396-1413), a profissionalidade pode ser compreendida como uma competência que se constrói com o tempo e com a adaptação às demandas do contexto de atuação e essa perspectiva está fortemente presente na visão de Azaleia. Ela valoriza a versão *online* do Profucionário, sugerindo que o formato seja mantido para facilitar o acesso de mais profissionais e observa a necessidade de incentivos financeiros como forma de valorização. Azaleia acredita que, apesar dos avanços, o plano de carreira ainda pode ser melhorado, especialmente no que diz respeito ao tempo necessário para a progressão de níveis e à valorização financeira.

Então, eu acho que o profucionário é uma ferramenta, necessária para a gente estar exercendo a profissionalidade, porque nos ajuda a aperfeiçoar aquilo que a gente já sabe e também outras coisas que a gente nem imagina que exista e que a gente consegue entender e aprender no curso de profucionário. E acho importante também

se ele é feito bem direitinho, assim, dentro do que eles pedem, do que eles exigem, a gente também consegue ser através desse curso, ser formadora também de outras pessoas, porque o que a gente aprende, a gente pode passar para uma pessoa talvez que não tenha feito ainda para o funcionário, né? Então, além de ser formador para gente, também pode ser para outras pessoas (Azaleia).

Na sua análise, a participante ressaltou a relevância do curso.

Portanto, considero que o profuncionário é uma ferramenta essencial para exercermos a profissionalidade, pois nos auxilia a aprimorar o que já conhecemos e a descobrir novas informações que nem imaginávamos existir, as quais conseguimos compreender e assimilar durante o curso profuncionário. Também é relevante que, se o curso for realizado de maneira adequada, conforme as diretrizes e exigências estabelecidas podemos nos tornar formadores de outras pessoas, já que o conhecimento adquirido pode ser compartilhado com aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de participar do curso, além de nos capacitar, ele também nos permite contribuir para a formação de outros (Azaleia).

A fala de Azaleia revela uma compreensão significativa sobre o impacto do Profuncionário, destacando-o como uma ferramenta essencial no processo de profissionalização das Técnicas Administrativas Educacionais. Ela enfatiza a importância do curso não apenas para aprimorar o conhecimento existente, mas também para proporcionar novas descobertas que enriquecem a prática profissional e possibilitam a transmissão desse conhecimento a outros.

Outro ponto crucial na fala de Azaleia é a ideia de que a capacitação não se limita ao desenvolvimento individual, mas também à formação de outros. Esse aspecto está intimamente relacionado à teoria da educação como prática social de Freire (2005, p. 25-35), que defende que o processo educativo deve ser coletivo e transformador.

Cada uma das entrevistadas oferece uma perspectiva única sobre a profissionalidade e a valorização no ambiente educacional, mas todas destacam o Profuncionário como um programa significativo para o desenvolvimento de suas carreiras. A partir de suas falas, observa-se que a profissionalidade, como conceito, é amplamente compreendida como um processo contínuo de aprimoramento e de comprometimento ético, conforme fundamentam autores como Barbosa (2018, p. 1-195), Bessa (2012, p. 485-487; 2017, p. 2309) e Silva e Domingues (2020, p.138-141), que defendem a construção de competências e a adaptação às demandas da prática profissional como pilares do desenvolvimento em qualquer área de atuação.

Para melhor visualização dos resultados, elaborou-se o quadro 7, que traz resumidos os apontamentos das entrevistadas para cada um dos aspectos analisados:

Quadro 8 – Resumo dos apontamentos das entrevistadas

Dados das entrevistadas	Tempo como TAE	Ano que cursou	Contribuição do curso / dificuldades e obstáculos / sugestões de melhorias	Avaliação de Desempenho	Definição de Profissionalidade
Orquídea, 41 anos, casada, 2 filhos, Ensino Superior	11 anos	2015	Contribuição significativa / avanços no quadro de vagas / igualdade de gênero	Incentivo	Desenvolvimento e Experiências
Margarida, 36 anos, casada, 1 filha, Pedagogia e Especialização	10 anos	2015	Desenvolvimento de funções / prazo curto / cursos online	Vinculação ao Salário	Experiência e Aprendizado
Rosa, 36 anos, solteira, 1 filho, Ensino Superior	14 anos	2015	Aprimoramento e contribuição / investimento em capacitação / valorização do trabalho	Sem apontamentos	Competência e Ética Profissional
Azaleia, 42 anos, casada, 02 filhos, Ensino Superior	5 anos	2020	Aprimoramento / acúmulo de atribuições / investimento em capacitação	Cumprimento de metas	Adquirir Novas Experiências
Flor de Liz, 34 anos, solteira, sem filhos, Ensino Superior	15 anos	2022	Aprimoramento e aplicação / não identifica / cursos totalmente online	Necessidade de Aumento	Competência, Ética e Responsabilidade

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024

Ao analisarmos os resultados das entrevistas, torna-se evidente uma diversidade de experiências e perspectivas entre Orquídea, Margarida, Flor de Liz, Rosa e Azaleia.

Em relação aos dados, Orquídea, com 41 anos, é casada e mãe de dois filhos. Margarida, com 36 anos, também é casada e tem uma filha. Flor de Liz, aos 34 anos, encontra-se solteira. Rosa, com 36 anos, também é solteira e tem um filho. Por último, Azaleia, aos 42 anos, é casada e mãe de dois filhos. No que diz respeito à formação acadêmica, todas elas possuem o diploma de nível superior e representam a variedade de caminhos educacionais, essas distinções no aprendizado podem impactar diretamente as visões pessoais sobre suas profissões e a maneira como lidam com desafios e oportunidades no mercado de trabalho, conforme mencionado por Dourado (2016, p. 37-56). No que tange às ocupações anteriores antes de se tornarem TAEs, as trajetórias profissionais das entrevistadas revelam uma diversidade significativa: Orquídea, antes de assumir a posição de TAE, desempenhou diversas funções, incluindo trabalhos no lar e atividades administrativas e de limpeza; Margarida trilhou por diferentes setores escolares, desempenhando atividades que abrangiam desde a limpeza até o trabalho na biblioteca; Rosa

ingressou na carreira de TAE sem experiência prévia em outras áreas profissionais. Flor de Liz já desempenhava a função como TAE, mas não era profissionalizada. Azaleia atuava como professora da educação básica antes de ser TAE.

No que diz respeito ao tempo de serviço como TAE, observamos uma variedade de experiências: Orquídea acumula uma sólida experiência, contabilizando 11 anos de serviço como TAE; Margarida contribui há uma década na posição de TAE; Flor de Liz também possui uma extensa trajetória de 15 anos como TAE; Rosa acumula 14 anos de serviço como TAE; e Azaleia está há 5 anos desempenhando suas funções como técnica. De igual forma, essa diversidade de experiências profissionais e de tempo de serviço pode influenciar diretamente nas percepções individuais sobre a profissão, satisfação no trabalho e na identificação de desafios específicos enfrentados ao longo desses períodos distintos de atuação, segundo Vargas (2015, p. 17), de forma que esses fatores serão considerados na análise abrangente das entrevistas.

A participação no Curso Profucionário é um ponto em comum entre as entrevistadas, na medida em que se trata este de uma iniciativa que se destaca como uma importante ferramenta de qualificação profissional para TAE.

Orquídea concluiu o Curso Profucionário em 2015, destacando sua relevância para o desenvolvimento profissional e visão da educação. Essa percepção alinha-se com estudos que apontam que programas de formação contínua podem influenciar positivamente na prática educacional, proporcionando uma visão mais abrangente e atualizada sobre o contexto educacional. Margarida participou do Profucionário em 2015, concluindo-o em aproximadamente um ano e meio. Ela ressaltou a contribuição do programa para o desenvolvimento de suas funções e aprendizado diário, indicando que o curso atendeu às necessidades práticas ao longo do tempo. Essa abordagem prática e adaptativa do curso está alinhada com a literatura que destaca a importância de programas de formação continuada que estejam alinhados com as demandas reais do cotidiano profissional.

Flor de Liz, por sua vez, realizou o Curso Profucionário em 2022 e enfatizou a busca por aprimoramento e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Sua percepção reflete a necessidade de atualização constante, corroborando com a ideia de que a formação contínua é vital para profissionais que buscam se manter atualizados e adaptados às demandas em evolução na área educacional.

Rosa, que concluiu o Profucionário em 2015, destaca a contribuição do curso para o aprimoramento de conhecimentos e habilidades, impactando positivamente na qualidade do ensino público. Essa observação respalda a importância da formação na valorização do

profissional e na melhoria do ensino, conforme defendido por diversos estudos que destacam a conexão entre a capacitação docente e a qualidade da educação.

Azaleia, por fim, realizou o Profucionário em 2020, destacando a contribuição do curso para aprimorar conhecimentos e habilidades. Essa ênfase na aplicação prática do conhecimento reflete a importância de cursos que ofereçam habilidades específicas alinhadas às demandas reais da função, conforme discutido em estudos sobre a formação de profissionais da educação.

A distinção entre profissionalidade e profissionalização, como abordado por Vargas (2015, p. 37), fornece uma base conceitual para compreender os benefícios do Profucionário. Enquanto a profissionalidade abrange habilidades, atitudes e valores essenciais para o desempenho eficaz e ético, a profissionalização refere-se ao processo de adquirir habilidades e certificações específicas.

De um modo geral, os resultados descritos pelas entrevistadas indicam que o Profucionário tem impacto direto na profissionalidade das TAEs, capacitando-as para atividades mais eficazes e melhorias no ambiente escolar. O programa, alinhado aos ideais de igualdade de gênero, contribui para o reconhecimento do papel das mulheres no contexto educacional.

Os estudos de Andrade (2015, p. 19-210), Barbosa (2018, p.1-195), Bessa (2016, p. 201-214, 2017, p. 1-209), Dourado (2016, p. 37-56), e outros pesquisadores fornecem suporte teórico para a compreensão do contexto educacional e das políticas públicas voltadas para a valorização dos profissionais de educação, incluindo as TAEs. A história das lutas e conquistas das mulheres, aliada às reflexões filosóficas e feministas, destaca a importância de focar nas TAEs mulheres e em suas experiências. A pesquisa se alinha à tendência internacional de reformas educacionais, destacando a padronização e a busca por resultados, conforme apontado por Hargreaves, Earl e Schmidt (2002, p. 69-95).

O Profucionário, como parte desse movimento, representa uma resposta à necessidade de profissionalização dos trabalhadores das escolas. A atuação do SINTEP e a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso são marcos importantes nesse processo, reconhecendo oficialmente os profissionais após a conclusão do curso profissionalizante. Os módulos do programa, conforme Bessa (2012, p. 485-487), contribuem para a construção e reconstrução da identidade dos funcionários, promovendo reflexão sobre práticas escolares e o papel social da escola.

Os resultados das entrevistas reforçam a eficácia do Profucionário na valorização e qualificação das TAEs, em consonância com as tendências educacionais e políticas que buscam o reconhecimento e a profissionalização desses trabalhadores, especialmente as mulheres. Este

programa não apenas tem um impacto positivo no ambiente escolar, mas também oferece oportunidades tangíveis de crescimento e desenvolvimento profissional para as TAEs.

Essa constatação ecoa com as análises de diversos estudiosos da área educacional, como Barbosa (2018, p. 1-195) e Bessa (2016, p. 201-2014), que destacam a importância de programas de formação continuada para o aprimoramento dos profissionais da educação. Ao oferecer capacitação técnica e atualização de conhecimentos, o Profucionário contribui não apenas para o desenvolvimento individual dos TAEs, mas também para a qualidade global da educação oferecida nas escolas.

Entretanto, é importante destacar que os desafios enfrentados pelas TAEs, especialmente em relação à sobrecarga de responsabilidades domésticas e familiares, são significativos e não devem ser subestimados. Essa dupla jornada, que inclui as atividades profissionais e as demandas do ambiente doméstico, pode afetar diretamente o bem-estar e o desempenho dessas profissionais, limitando o tempo disponível para o desenvolvimento de suas carreiras e para a capacitação contínua. Como ressaltado pelo IBGE (2023), as mulheres brasileiras dedicam significativamente mais tempo que os homens a essas atividades: enquanto os homens destinam, em média, pouco mais de 11 horas semanais ao trabalho doméstico, as mulheres dedicam mais de 21 horas a tarefas como cuidar de familiares, realizar atividades de manutenção do lar e contribuir para a produção destinada ao consumo próprio (Nery e Britto, 2023). Essa realidade impõe uma carga adicional às profissionais, que muitas vezes precisam equilibrar as expectativas do mercado de trabalho com suas responsabilidades pessoais, o que pode comprometer suas oportunidades de crescimento e participação plena em iniciativas de capacitação e aprimoramento profissional.

Nesse sentido, políticas públicas e institucionais que buscam promover a igualdade de gênero e apoiar os profissionais da educação em suas jornadas de formação e desenvolvimento profissional são fundamentais. Autores como Hargreaves, Earl e Schmidt. (2002, p. 69-95) enfatizam a importância de medidas que reconheçam e tratem das necessidades específicas dos profissionais da educação, incluindo a implementação de políticas de licença parental, horários de trabalho flexíveis e apoio psicossocial.

Neste contexto, o Profucionário emerge como uma resposta importante à necessidade de valorização e profissionalização dos trabalhadores das escolas, especialmente as mulheres, como destacado por Barbosa (2018, p. 1-195) e Bessa (2016, p. 201-214). O programa não apenas oferece formação técnica e qualificação profissional, mas também reconhece oficialmente as profissionais após a conclusão do curso, contribuindo para a construção e

reconstrução de suas identidades profissionais, conforme apontado por Bessa (2016, p. 201-214).

Além das contribuições de Barbosa (2018, p. 1-195) e Bessa (2016, p. 201-214), outros autores também ressaltam a importância do Profucionário como uma ferramenta crucial para a valorização e profissionalização dos trabalhadores das escolas, especialmente as mulheres. Dentre esses autores, destaca-se Andrade (2015, p. 172), cujos estudos evidenciam o impacto positivo do programa na capacitação e no desenvolvimento profissional.

Essa construção identitária é crucial para fortalecer a autoestima e a autoconfiança dos profissionais, incentivando-os a buscar continuamente o aprimoramento e a excelência em suas práticas profissionais. O reconhecimento oficial dos profissionais formados pelo Profucionário também tem implicações práticas, como a possibilidade de ascensão na carreira e melhores oportunidades de emprego, fatores que contribuem significativamente para a valorização e o empoderamento dos trabalhadores da educação, especialmente as mulheres, que muitas vezes enfrentam desafios adicionais devido às desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

A diversidade de experiências e perspectivas dos entrevistados reflete as diferentes trajetórias educacionais e profissionais dos TAEs, como discutido por Dourado (2016, p. 37-56). Essas trajetórias influenciam diretamente nas percepções individuais sobre suas carreiras, satisfação no trabalho e na identificação de desafios específicos enfrentados ao longo do tempo.

Além das reflexões de Dourado (2016, p.37-56), outros autores contribuem para enriquecer a compreensão da relação entre as trajetórias educacionais e profissionais dos TAEs e suas percepções sobre suas carreiras e satisfação no trabalho. Vargas (2015, p. 1-80), por exemplo, destaca a importância de considerar a interseção entre as experiências individuais e as condições estruturais do ambiente de trabalho na formação das identidades profissionais.

A diversidade de experiências educacionais e profissionais dos entrevistados, como evidenciada nos relatos de Orquídea, Margarida, Flor de Liz, Rosa e Azaleia, oferece um panorama abrangente das diferentes realidades enfrentadas pelos TAEs. Essas trajetórias diversas não apenas moldam suas perspectivas individuais, mas também influenciam diretamente na forma como enfrentam os desafios específicos ao longo de suas carreiras. Por exemplo, a sólida experiência de Orquídea como TAE ao longo de 11 anos, contrastada com a trajetória mais recente de Azaleia, que está há apenas 5 anos na função, demonstra como o tempo de serviço pode impactar na percepção sobre o trabalho e na identificação de desafios profissionais. Essa variação temporal também é discutida por Vargas (2015, p. 1-80), que

ressalta a importância de considerar não apenas a experiência acumulada, mas também a capacidade de adaptação e aprendizado ao longo do tempo.

As diferentes formações acadêmicas dos entrevistados, como destacado por Dourado (2016, p. 37-56), também desempenham um papel crucial na forma como eles percebem suas carreiras e enfrentam os desafios profissionais. Por exemplo, a formação em Pedagogia e a especialização *lato sensu* de Margarida pode influenciar sua visão sobre as políticas educacionais e sua busca por aperfeiçoamento profissional, enquanto a formação não especificada de Flor de Liz pode refletir em suas perspectivas sobre a necessidade de atualização constante e qualificação técnica.

A participação no Curso Profucionário, conforme evidenciado pelos relatos dos entrevistados, emerge como um ponto fundamental na trajetória das TAEs, corroborando com as análises de Andrade (2015, p. 171-172) sobre sua relevância como uma ferramenta eficaz de qualificação profissional. Essa iniciativa não apenas oferece formação técnica, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento das habilidades e no aprendizado diário dos profissionais, conforme destacado por Barbosa (2018, p. 1-195) em sua discussão sobre a importância de programas de formação continuada alinhados com as demandas reais do cotidiano profissional.

Entretanto, os desafios enfrentados pelas entrevistadas, especialmente no que diz respeito à conciliação entre os estudos, responsabilidades familiares e profissionais, ressaltam a necessidade premente de políticas públicas que ofereçam apoio efetivo aos profissionais da educação em suas jornadas de formação e desenvolvimento profissional, como discutido por Hargreaves, Earl e Schmidt (2002, p. 69-95). Esses desafios, evidenciados pelos próprios relatos das entrevistadas, lançam luz sobre a importância não apenas de oferecer programas de formação, mas também de criar um ambiente propício que permita aos profissionais enfrentarem e superarem os obstáculos que surgem ao longo de suas trajetórias educacionais e profissionais.

Tem-se, pois, que a análise dos resultados das entrevistas à luz dos autores mencionados resalta a significância do programa Profucionário na valorização e qualificação das TAEs, alinhando-se com as perspectivas de Barbosa (2018, p. 1-195) e Bessa (2016, p. 201-214) sobre a importância de programas de formação continuada para profissionais da educação. Por meio dos relatos das entrevistadas, fica evidente que o Profucionário desempenha um papel fundamental no aprimoramento das habilidades e no desenvolvimento profissional dos trabalhadores da educação básica pública.

No entanto, essa análise também destaca a necessidade premente de políticas educacionais e públicas que ofereçam apoio efetivo aos profissionais da educação ao longo de sua jornada de formação e desenvolvimento profissional, especialmente considerando o contexto das mulheres, que compõem a maioria dos trabalhadores da educação básica pública. Essa necessidade de apoio é discutida por Hargreaves, Earl e Schmidt (2002, p. 69-95), que enfatizam a importância de políticas que reconheçam e proponham soluções aos desafios enfrentados pelos profissionais da educação em conciliar suas responsabilidades pessoais, familiares e profissionais.

Os resultados das entrevistas corroboram a eficácia do Profucionário na valorização e qualificação das TAEs, alinhando-se às tendências educacionais e políticas de reconhecimento e profissionalização desses profissionais, especialmente as mulheres. O programa não apenas impacta positivamente o ambiente escolar, mas também oferece oportunidades de crescimento e ascensão profissional para as TAEs.

Portanto, a partir dos resultados das entrevistas e das discussões com os autores mencionados, torna-se claro que a valorização e qualificação das TAEs não podem ser alcançadas apenas através de programas de formação, mas também requerem um ambiente institucional e político que reconheça e apoie as necessidades dos profissionais ao longo de suas trajetórias profissionais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi descrever e interpretar a percepção das TAEs quanto a sua atuação profissional a partir da experiência proporcionada pelo programa Profucionário, identificando os principais desafios enfrentados por essas profissionais no processo de profissionalização e no desenvolvimento de sua profissionalidade que foram identificados ao analisar as entrevistas. As falas das participantes evidenciam as dificuldades relacionadas à qualificação, ao reconhecimento de sua função no ambiente escolar e à aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso, o que contribui para uma compreensão mais aprofundada das condições e limitações enfrentadas pelas TAEs no contexto educacional. A análise dos dados permitiu identificar como o programa impactou a atuação das TAEs no cotidiano escolar, além de evidenciar as perspectivas dessas profissionais em relação às possibilidades de crescimento e valorização no contexto educacional, com foco na melhoria das condições de trabalho e na ampliação de oportunidades de progressão na carreira.

A pesquisa alcançou seus objetivos revelando que o Profucionário desempenha um papel fundamental no desenvolvimento profissional das TAEs em Gaúcha do Norte/MT. O programa foi eficaz na promoção de competências técnicas e de gestão, como observado em relatos das participantes, que destacaram a importância da capacitação para desempenhar funções administrativas com mais segurança e qualidade. Além disso, ao promover uma formação específica e reconhecida, o Profucionário elevou o status dessas profissionais dentro das instituições de ensino, contribuindo para uma maior valorização do papel que desempenham. Assim, pode-se afirmar que o primeiro objetivo específico foi atingido.

O estudo também evidenciou os principais desafios enfrentados pelas TAEs, como a dificuldade de conciliar estudos, trabalho e responsabilidades familiares, além de obstáculos estruturais, como a falta de políticas de progressão salarial e incentivos adicionais para a formação continuada. Esses desafios, apontados como barreiras pelas entrevistadas, indicam que, embora o Profucionário tenha promovido avanços, há espaço para melhorias que considerem as demandas específicas dessas mulheres.

A pesquisa revelou que as mulheres que participaram do Profucionário percebem o programa como uma oportunidade significativa de crescimento e qualificação, embora ainda existam limitações nas oportunidades de ascensão profissional no mercado de trabalho local. As entrevistadas expressaram o desejo de que políticas públicas proporcionem não apenas a formação inicial, mas um suporte contínuo que inclua progressões de carreira e aumentos salariais, o que potencializaria os efeitos positivos do programa na vida profissional e pessoal dessas profissionais.

Dado o impacto positivo do Profucionário na capacitação das TAEs, uma sugestão para estudos futuros é investigar a implementação de programas semelhantes em outras regiões e setores educacionais, comparando contextos diversos para entender melhor as variáveis que afetam a efetividade e aceitação do programa. Sugere-se, ainda, que o Profucionário, ao oferecer formação técnica específica e oportunidades de desenvolvimento profissional, amplie suas ações para incluir um acompanhamento continuado e políticas de valorização financeira e progressão de carreira. Isso poderia maximizar os efeitos do programa, incentivando ainda mais o desenvolvimento e a valorização dessas profissionais, contribuindo para a equidade de gênero e o fortalecimento do setor educacional em regiões periféricas.

As contribuições desta pesquisa para a construção de políticas públicas voltadas para a área profissional incluem o avanço do conhecimento acadêmico em educação e formação profissional, a valorização e o reconhecimento da profissão, além da identificação de possibilidades de ascensão profissional. A pesquisa não só enriquece a literatura acadêmica,

mas também oferece *insights* práticos que podem ser utilizados para aprimorar os programas de formação e promover o devido reconhecimento das funções desempenhadas, fortalecendo, assim, o papel dos profissionais na educação.

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que o Profucionário representa um avanço significativo na profissionalização das mulheres TAEs em Gaúcha do Norte/MT. No entanto, é fundamental que haja uma análise contínua e um aperfeiçoamento constante do programa, a fim de assegurar que a formação oferecida atenda efetivamente às necessidades diárias dessas profissionais na prática, bem como às suas expectativas de desenvolvimento e crescimento profissional.

Diante da indisponibilidade de documentos norteadores referentes às versões do Programa Profucionário, foram encontradas dificuldades para aprofundar a análise do contexto de suas diferentes versões ao longo do tempo. Esse cenário ressalta a necessidade de garantir que tais documentos sejam disponibilizados e acessíveis ao público em geral, incluindo pesquisadores acadêmicos. Recomenda-se ainda que esses documentos contenham dados desagregados por gênero, permitindo uma análise mais detalhada sobre a participação e o impacto do programa na trajetória profissional de homens e mulheres, contribuindo para estudos que promovam maior equidade de gênero no setor educacional. A transparência e o acesso a esses materiais são fundamentais para a continuidade da pesquisa e o aprimoramento das políticas educacionais, além de contribuir para a construção de um conhecimento mais robusto e bem fundamentado sobre o programa.

Essa pesquisa foi significativa e possibilitou perceber, por meio das histórias e trajetórias das participantes, o poder transformador da educação continuada. A cada depoimento e análise dos documentos institucionais, ficou evidente que o programa não se limita à oferta de cursos, mas funciona como uma ponte para novas oportunidades e para o reconhecimento profissional das mulheres envolvidas. Além disso, essa investigação reforçou a capacidade da educação como um instrumento de mudança social. A percepção de como as políticas públicas podem impactar positivamente a vida das pessoas, nos trouxe uma nova dimensão ao entendimento sobre gestão educacional e políticas de formação profissional.

Por fim, a experiência de realizar essa pesquisa fortaleceu as habilidades acadêmicas dos pesquisadores nos proporcionou uma nova perspectiva sobre a importância de valorizar e investir no desenvolvimento profissional das mulheres. Acreditamos que os resultados alcançados não apenas enriquecem o campo educacional, mas também servem como um incentivo para a criação de novas políticas públicas que ampliem e fortaleçam programas similares em outros contextos e regiões.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. Didice Godinho Delgado, Paola Cappellin e Vera Soares (organizadores), **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Maria Isabel Alonso; MEDEIROS, Heitor Queiroz de. Gênero e educação em contextos indígenas na Amazônia: as relações que constituem a produção identitária das mulheres professoras Arara-Karo do Estado de Rondônia. **Revista Interações**, v. 17, n. 2, p. 257-266, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20435/1984042X2016209>. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1101>. Acesso em 29 out. 2023.

AMARAL, Augusto Jobim do; DUTRA, Gabriela Ferreira; RODRÍGUEZ, Liziane da Silva. Educação e empoderamento feminino: uma crítica ao terceiro “Objetivo de Desenvolvimento do Milênio” (ODM) sobre igualdade de gênero. **Prisma Jurídico**, v. 17, n. 2, p. 254-271, jul./dez. 2018. DOI: <http://doi.org/10.5585/PrismaJ.v17n2.8231>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/8231/5210>. Acesso em: 29 out. 2023.

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 653–673, 2016. DOI: 10.21573/vol32n32016.70262. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/70262>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ANDRADE, Guelda Cristina de Oliveira. 2015. 211 p. Dissertação (Educação). **O trabalho educativo e o profissional de apoio administrativo educacional de Mato Grosso: uma demanda para as Universidades Públicas**. Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

BARBOSA, Ana Paula. 2018. 195 p. Dissertação (Educação). **Significações de funcionários da Educação sobre a sua formação por meio do Profuncionário: o impacto em sua atividade profissional**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

BARRADAS, Cleane de Jesus Costa; OLIVEIRA, Eliane Freire de Oliveira. A mulher trabalhadora na educação e a modernidade. **Revista Ciências Humanas**, [S.I.], v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/53>. Acesso em: 29 out. 2023.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, 30, e174090, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174090>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v6X4NdsLGPx7fmpJBCWxsdB/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2023.

BASTOS, Marina Neves. **Divisão sexual do trabalho e participação política das mulheres no Brasil**. 2021. 53 p. Monografia (Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Vol. I. 4. ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 309 p.

BESSA, Dante Diniz. RESENHA - Profuncionário-Curso de Formação para os Funcionários da Educação. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 3, n. 5, 2012. DOI: 10.22420/rde.v3i5.38. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/38>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BESSA, Dante Diniz. A carreira dos funcionários da educação - A concepção de formação do Profuncionário. **Retratos da Escola**, [S.l.], v. 10, n. 18, 2016. DOI: 10.22420/rde.v10i18.659. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/659>. Acesso em: 3 jan. 2024.

BESSA, Dante Diniz. 2017. 209 p. Tese (Educação). **Reconstrução da identidade profissional de trabalhadoras em alimentação escolar que concluíram o curso do profuncionário: formação e experiência em situação de trabalho**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. 252 p.

BORSA, Juliane Callegaro; NUNES, Maria Lucia Tiellet. Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psicologia Argumento**. [S. l.], v. 29, n. 64, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19835>. Acesso em: 3 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 21.417-A de 17 de maio de 1932. **Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 16/2005. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb016_05.pdf. Acesso em 27 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 25 de 31 de maio de 2007. **Institui o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - PROFUNCIONÁRIO, e dá outras**

providências. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/profunc_port25.pdf. Acesso em 27 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010. **Institui a política nacional de formação dos profissionais da educação básica, dispõe sobre o programa de formação inicial em serviço dos profissionais da educação básica dos sistemas de ensino público - profuncionário, e dá outras providências.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7415.htm. Acesso em 29 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.547 de 24 de outubro de 2011. **Altera dispositivos da Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007.** Disponível em:
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=22&data=25/10/2011>. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 4 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 8.752, de 09 de maio de 2016. **Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm. Acesso em 29 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Profuncionário - Apresentação**, 2017. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/profuncionario/apresentacao>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Projeto de Lei nº 6653/2009. **Cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens, para coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural, bem como no âmbito dos entes de direito público externo, das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, amparando-se na Constituição da República Federativa do Brasil - inciso III, de seu art. 1º; inciso I, do seu art. 5º; caput do seu art. 7º e seus incisos XX e XXX; inciso II, do § 1º, do inciso II, do § 1º, do art. 173 -, bem como em normas internacionais ratificadas pelo Brasil e dá outras providências.** Câmara dos Deputados. 2009. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=727123&filename=PL%206653/2009. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho Feminino trajetória de um tema perspectiva para o futuro. **Estudos Feministas**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 17. 1994. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16287>. Acesso em: 3 jan. 2024.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?. **Latin American Studies Association - LASA1998**. Chicago,

1998. p. 32. Disponível em:
<https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.

BRZEZINSKI, Iria; VIEIRA, Juçara. Políticas de formação de profissionais da Educação: professores e funcionários da educação básica. In: Iria Brzezinski (organizadora). **LDB/1996 Contemporânea: contradições, tensões, compromissos**. São Paulo: Cortez, 2014, 424 p.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. **Mulher de papel: A representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Summus Editorial, 2009. 240 p.

CALMON, Eliana. A evolução da mulher brasileira na vida pública. In: Ana Paula Araújo de Holanda; Andrine Oliveira Nunes; Manoela Gonçalves; Margareth Pereira Arbués (organizadoras). **ABMCJ na luta pelos direitos das mulheres e meninas: avanços e desafios**. Brasília: OAB Editora, 2022. 416 p.

COSTA, Rita de Cássia Dias; FRANZOI, Naira Lisboa. Políticas públicas de reconhecimento de saberes no Brasil e em Portugal: aproximações e especificidades. In: **Anais X ANPED SUL**, Florianópolis, 2015. Florianópolis: UDESC. s.d. p. 1-19.

DE ABREU, Denise Borille. Narrativas femininas britânicas da Primeira Guerra: perspectivas da evolução e representação de papéis sociais femininos no Século XX. **História: Debates e Tendências**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 395-407, 2014. DOI: 10.5335/hdtv.14n.2.4580. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/4580>. Acesso em: 3 jan. 2024.

DE CARVALHO, Karine Fernandes. Os conceitos de habitus e campo na teoria de Pierre Bourdieu. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 9, 2003. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10510>. Acesso em: 03 jan. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAES, Karine Nunes. Funcionários da escola: indicadores e desafios. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 413-435, jul./dez. 2009. Disponível em: http://educacionpublica.org/wp-content/uploads/2017/06/retratos_da_escola_05_2009.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. Mensagem do professor-autor. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Gestão em educação escolar**. 4 ed. atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso. Rede e-Tec Brasil, 2012. Disponível em:
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/profuncionario/cadernos/disc_form_pedag_cad_06_gestao_em_educacao_escolar.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. Valorização dos profissionais da educação - Desafios para garantir conquistas da democracia. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 10, n. 18, 2016. DOI: 10.22420/rde.v10i18.649. Disponível em:
<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/649>. Acesso em: 2 jan. 2024.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. In. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. Tatau Godinho e Maria Lúcia da Silveira (organizadores). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, v. 8, p. 127-142, 2004. 188 p.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017. 464 p.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019. 388 p.

FISCHER, Maria Clara Bueno; ZIEBELL, Clair Ribeiro. Mulheres e seus saberes engravidando uma outra economia. **Cadernos de Educação**. FaE/UFPel. Pelotas [25]: 79-98, julho/dezembro de 2005. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i25.1508>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1508>. Acesso em: 04 jan. 2024.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 236 p.

FRASER, Nancy; FILHO, José Ivan Rodrigues de Sousa. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. **Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 153–188, 2018. DOI: 10.11606/issn.2318-9800.v23i2p153-188. Disponível em: <https://revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/153165>.. Acesso em: 3 jan. 2024.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, p. 139-152, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 256 p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 180 p.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 92, p. 69-82, Rio de Janeiro. 1988. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevTempBras&pagfis=10039>. Acesso em: 04 jan. 2024.

GORZONI, Sílvia de Paula; DAVIS, Claudia Leme Ferreira. O conceito de profissionalidade docente nos estudos mais recentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1396–1413, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4311>. Acesso em: 3 jan. 2024.

HARGREAVES, Andy; EARL, Lorna; SCHMIDT, Michele. Perspectives on alternative assessment reform. **American Educational Research Journal**, v. 39, n. 1, p. 69-95, 2002.

DOI: <https://doi.org/10.3102/00028312039001069>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/00028312039001069>. Acesso em: 04 jan. 2024.

HERMANN, Nadja. Ética e currículo. **Revista Práxis**, [S. l.], v. 2, p. 25–32, 2016. DOI: 10.25112/rp.v2i0.579. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/579>. Acesso em: 3 jan. 2024.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a. 380 p.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019b. 256 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@. **Panorama de Gaúcha do Norte**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/gaucha-do-norte/panorama>. Acesso em 3 jan. 2024.

JESUS, Carla Simone Barbosa de; BARBOSA, Robson de Jesus Silva. Trabalho feminino x nível de escolaridade: uma análise sobre a influência da educação para a inserção da mulher no mundo do trabalho. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 21, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/28227>. Acesso em: 3 jan. 2024.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; JOYE, Cassandra Ribeiro; COSTA NERY SILVA, Maria das Graças. Desafios e oportunidades para a formação de funcionários/as da educação básica. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 38, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i38.1807. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1807>. Acesso em: 5 jan. 2024.

LIMA, Jacob Carlos. A globalização da precariedade: a informalidade em tempos de trabalho flexível. In: **Retratos do trabalho no Brasil**. Vera Lucia Navarro e Valquíria Padilha (organizadoras). Uberlândia: Edufu, p. 37-62, 2009. 366 p.

MARCHESAN, Michele Roos. 2017. 137 p. Dissertação (Ensino). **Programa Profuncionário: repercussões nas trajetórias profissionais de egressas**. Universidade do Vale do Taquari, 2017.

MARTINS, Carlos Eduardo. 2018. 163 p. Dissertação (Educação). **Reconhecimento, validação e certificação de saberes: um estudo crítico de políticas e práticas na educação de jovens e adultos**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

MARTINS, Lígia Márcia. Psicologia sócio-histórica: o fazer científico. In: **Método histórico-social na Psicologia Social**. Angelo Antonio Abrantes, Nilma Renildes da Silva e Sueli Terezinha Ferreira Martins (organizadores). Petrópolis: Vozes, 2005. 160 p.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 912 p.

MATO GROSSO. Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Lei Complementar nº 50 de 1º de outubro de 1998. **Dispõe Sobre os Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso.** Disponível em: <https://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/250a3b130089c1cc042572ed0051d0a1/178e4c93dbd56778042567c1006edf6b?OpenDocument>. Acesso em 07 out. 2024.

MILTERSTEINER, Renata Kessler; OLIVEIRA, Fátima Bayma de; HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; SANT'ANNA, Anderson de Souza; MOURA, Luiz Carlos. Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. 2, p. 406–423, 2020. DOI: 10.1590/1679-395120190176. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/81286>. Acesso em: 4 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011. 96 p.

MOTA-SANTOS, Carolina; NETO, Antonio Carvalho; OLIVEIRA, Paula; ANDRADE, Juliana. Reforçando a contribuição social de gênero: a servidora pública qualificada versus a executiva. **Revista de Administração Pública**, 53(1), 101-123. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170156>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/ZyvC75wxtPKghVZcrVGzH3S/>. Acesso em 29 nov. 2023.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. **Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores**. 4 ed. atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso. Rede e-Tec Brasil, 2012. Disponível em: https://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_social/formacao_pedagogica/240912_for_m_pedag_funcionariosdeescolas.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

MONLEVADE, João Antônio Cabral de. Funcionário da educação básica: a formação técnico-pedagógica. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 655–667, 2020. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1043>. Acesso em: 29 nov. 2023.

NERY, Carmen; BRITTO, Vinícius. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência IBGE notícias**. Rio de Janeiro: Coordenação de Comunicação Social, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 30 out. 2024.

OLIVEIRA, Silvia Regina de. O Profuncionário como Política de Formação: o caso dos TAEs de um município do MT. **Revista Tecnologias Educacionais em Rede (ReTER)**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. e13/01–21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reter/article/view/66948>. Acesso em: 30 out. 2023.

PONTES, Nicole Louise Macedo Teles de. “Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores” de Hildete Pereira de Melo e Débora Thomé. **Interritórios**, v. 4, n. 6, p. 171, 2018. DOI: <https://doi.org/10.33052/inter.v4i6.236746>. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interritorios/article/view/236746>. Acesso em: 30 de out. 2023.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. **Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. 136p.

REBECHI JUNIOR, Arlindo. Pagu: poesia, militância e condição feminina. **Comunicação & Educação**. São Paulo, Brasil, v. 23, n. 1, p. 159–170, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v23i1p159-170. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/145613>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SANTOS, Anderlany Aragão dos. Protagonismo Político das Mulheres Quilombolas e Violência de Gênero. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499464620_ARQUIVO_FG11Lany.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva. **Educação & realidade**. [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SILVA, Maria Abádia da; KIPNIS, Bernardo; BESSA, Dante Diniz; MONLEVADE, João Antonio Cabral de; NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino do. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Orientações Gerais**. 4a. ed. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2014. Disponível em: https://www.iffarroupilha.edu.br/images/Noticias_EaD/PROFUNCIONARIO/Orientacoes_Gerais_Caderno_ATUALIZADO.pdf. Acesso em 27 out. 2023.

SILVA, Maria Juliana Farias; DE PAULA, Marlúbia Corrêa. O papel do metatexto na análise textual discursiva: primeiras aprendizagens em curso de formação para professores. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 12, n. 32, p. 712–731, 2024. DOI: 10.33361/RPQ.2024.v.12.n.32.683. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/683>. Acesso em: 4 dez. 2024.

SILVA, Milena Gomes da; DOMINGUES, Mylena da Silva. Resenha do Livro Teoria feminista: da margem ao centro. São Paulo, 2019. **Revista Desigualdade & Diversidade**. n. 18 p. 138-141, 2020. DOI: 10.17771/PUCRio.DDCIS.48507. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_DeD.php?strSecao=fasciculo&fas=48548&NrSecao=X2&numfas=18. Acesso em: 04 jan. 2024.

SILVA, Lorrane Stéfane; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; NEVES, Eliana Helena Corrêa. Entrevista na pesquisa em educação de abordagem qualitativa: algumas considerações teóricas e práticas. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 110-112, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/46>. Acesso em: 19 out. 2023.

SINTEP-MT. **Profuncionário: programa aguarda edição de portarias para ser retomado.** 2024. Disponível em: https://sintep.org.br/sintep/Utilidades/view_noticia/profuncionario-programa-aguarda-edicao-de-portarias-para-ser-retomado/i:3464. Acesso em: 19 dez. 2024.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991. 307 p.

STAKE. Robert E. The case study method in social inquiry. **Educational Researcher**, v.7, n.2, p.5-8, 1978. <https://doi.org/10.2307/1174340>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1174340>. Acesso em: 23 out. 2023.

STAKE. Robert E. Case studies. p. 435-454. In: **The Handbook of qualitative research.** Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln (editores). London: Sage Publications, 2000. 1152 p.

TEIXEIRA, Cíntia Maria. As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 237-244, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/ZrB5pJb4fw7pdGfdQJ7Y43G/?lang=pt>. Acesso em 30 jan. 2024.

TOKARNIA, Mariana. Tema de redação do Enem traz à luz organização patriarcal da sociedade. **Agência Brasil.** Rio de Janeiro: Empresa Brasil de Comunicação, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-11/tema-da-redacao-do-enem-traz-luz-questao-estrutural-da-sociedade>. Acesso em 30 jan. 2024.

TRAJANO JÚNIOR, Salatiel Braga. 2018. 205 p. Dissertação (Educação). **Profuncionário: fundamentos, princípios e propósitos da formação de profissionais não docentes da educação básica.** Universidade Federal de Alagoas, 2018.

VARGAS, Cláudia Amélia. 2015. 80 p. Dissertação (Educação). **O programa profuncionário e a valorização e profissionalização dos(as) servidores(as) não docentes da educação básica.** Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2015.

VEIGA, Célia Cristina Pereira da Silva. 2016. 378 p. Tese (Educação). **Determinantes sócio-históricos das mudanças recentes na gestão da educação profissional tecnológica no Brasil.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

YIN, Robert Kuo-zuir. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos.** Tradução: Christian Matheus Herrera. 5a. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290 p.

ZIMMERMANN, Jack Márcio Maria. 2022. 147 p. Dissertação (Educação). **Políticas de valorização dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE) no estado de Mato Grosso: formação, salário e carreira.** Universidade Federal de Goiás, 2022.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome ou codinome (como gostaria de ser referenciada na pesquisa, pode ser nome de animal, flor, mulheres da história etc.).

Idade: _____; Estado Civil: _____; Filhos/as: _____

Grau de escolaridade:

- 1 – Há quanto tempo você é servidora pública efetiva como TAE?
- 2 - Quanto tempo trabalha nesta unidade escolar? Se trabalhou em outra quanto tempo?
- 3 – Quanto ao grau de escolaridade, qual possui? Há um incentivo aos estudos e a capacitação por parte da escola ou do estado/município?
- 4 – Em relação ao exercício de sua função, nos dias de hoje você se considera plenamente satisfeita? Como mensurar?
- 5 - Sobre as dificuldades e obstáculos da função, o que poderia melhorar?
- 6 – Agora te convido a pensar quanto a forma que você chegou a essa formação do curso Profucionário e de que forma as suas vivências e experiências te auxiliaram e auxiliam nessa jornada profissional.?
- 7 - Já fez o profucionário. Em que ano/período?
- 8- Esta formação contribuiu para sua atuação profissional? De que forma?
- 9 – Quais necessidades você tinha antes e que foram atendidas com a formação no curso Profucionário?
- 10 – O que você acha da forma como é ofertado o curso?
- 11 – Quais dificuldades teve ao fazer o curso? Se não teve então quais foram as facilidades?
- 12 – Por sermos mulheres, você acha que as políticas públicas educacionais como o programa Profucionário busca valorizar a nós, MULHERES? Explique.
- 13 – Você se sente valorizada quanto a carreira profissional?
- 14 - O que acha da avaliação de desempenho proposta/ imposta pela atual gestão da SEDUC?
- 15 – Quanto ao plano de carreira? Poderia ser melhor? Em quais aspectos?
- 16 – Os cursos de formação em serviço ofertados pela SEDUC/MT atendem às necessidades administrativas da função que exerce? Justifique?
- 17 – Sabe o que significa a palavra profissionalidade? Me fale sobre.

18 – Agora que você já sabe o que é profissionalidade, me conte como você a exerce no seu dia a dia? Sua percepção

19 – Quanto ao objetivo proposto nesta pesquisa que é analisar e descrever o programa formador Profucionário sob o ponto de vista da valorização da profissionalidade das mulheres, compreender como as profissionais TAEs lotados nas secretarias das Escolas Estaduais de Gaúcha do Norte - MT desenvolvem essa profissionalidade seus avanços, perspectivas e desafios. Faça suas considerações.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO – IFMT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – *STRICTO SENSU*

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
SERVIDORES (as)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “**A PROFISSIONALIDADE DA MULHER POR MEIO DO PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE GAÚCHA DO NORTE – MT**”, desenvolvida pelo(a) pesquisador(a) LAIS ALVES, sob a orientação do Prof. Dr. Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra.

Objetivo: descrever e interpretar a percepção das TAEs quanto às suas atuações profissionais a partir da experiência proporcionada pelo programa Profuncionário, identificando os principais desafios enfrentados por essas profissionais no processo de profissionalização e no desenvolvimento de sua profissionalidade.

Privacidade: No momento da coleta de dados, buscaremos garantir sua privacidade e interferir o mínimo possível nas suas atividades.

Riscos: Essa pesquisa apresenta riscos mínimos, pois a participação na pesquisa será de forma voluntária e a entrevista não afeta a integridade física dos participantes. Bem como, os sujeitos terão liberdade para responder ou não as perguntas, considerando, talvez, que pode provocar um desconforto pelo tempo exigido.

Benefícios: Espera-se que os resultados desta pesquisa proporcionem conhecimento e percepção de quanto é importante a presença das mulheres nos ambientes escolares, da importância do curso Profuncionario para fortalecimento da educação e que os resultados contribuam na melhoria da qualidade das políticas públicas que visam a valorização profissional priorizando igualdades

Confiabilidade: Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais, visando assegurar o absoluto sigilo de sua participação. Você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Tendo acesso aos dados somente o pesquisador.

Pagamento: Não haverá nenhum tipo de pagamento e nem recebimento por participar desta pesquisa. Por ser assim, sendo conhecedor deste esclarecimento, venho por meio deste solicitar seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Sua participação não é obrigatória e não implicará em despesas para você.

A qualquer momento você pode desistir de participar da pesquisa ou retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não trará prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador(a) ou com a instituição.

Indenização: Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, você tem o direito à busca de indenização por danos diretamente decorrentes desta pesquisa. De acordo com a legislação vigente da resolução CNS nº 466/2012, Item IV.3/Item V.7.

Em caso de dúvidas ou se você quiser desistir de participar da pesquisa, entre em contato com o(a) pesquisador(a) LAIS ALVES no telefone (66) 98449-5708 ou no seguinte endereço de e-mail: lais.gnt@hotmail.com.

DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) ATRIBUIÇÕES:

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. Os Comitês de Ética em Pesquisas são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Se você tiver perguntas com relação aos seus direitos, como participante do estudo, também poderá entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Cuiabá – CEP/UNIC – Seres Humanos – Unidade Beira Rio. Endereço: Avenida Manoel José de Arruda, 3100, Bloco de Saúde II, Coordenação do mestrado, Bairro Jardim Europa, Cuiabá – MT, CEP: 78.065-900 – Fone: (65) 3363-1255 – E-mail: cep.unic@kroton.com.br.**

CONSENTIMENTO DO(A) SERVIDOR(A) COMO PARTICIPANTE

Eu, _____, RG: _____, CPF: _____, declaro que li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assiná-lo. Declaro que recebi uma cópia deste termo, tendo todas as minhas dúvidas esclarecidas e entendido: os objetivos; a forma de minha participação na pesquisa; os riscos e benefícios envolvidos. Dessa forma, concordo em participar desta pesquisa e autorizo a divulgação dos resultados obtidos neste estudo.

GAÚCHA DO NORTE – MT, _____ de _____ de 2023.

Assinatura: _____

Atesto que expliquei, cuidadosamente, a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante.

Acredito que o participante tenha recebido todas as informações necessárias, fornecidas em linguagem adequada e compreensível.

GAÚCHA DO NORTE – MT, _____ de _____ de 2023.

Pesquisador(a): LAÍS ALVES

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM,
SOM E VOZ, DADOS E INFORMAÇÕES COLETADAS**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à dissertação intitulada “**A PROFISSIONALIDADE DA MULHER POR MEIO DO PROGRAMA PROFUNCIÓNÁRIO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE GAÚCHA DO NORTE – MT**” sob a responsabilidade da pesquisadora principal: Laís Alves, Fone: (66) 98449-5708 E-mail: lais.gnt@hotmail.com

Fui informado(a), ainda, de poderei contatar/consultar a pesquisadora a qualquer momento que julgar necessário.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, **sem receber qualquer incentivo financeiro** ou de ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informado(a) do **objetivo** da pesquisa estritamente acadêmico que, em linha geral, é: Analisar o Profuncciónário no que diz respeito à perspectiva da valorização da profissionalidade das mulheres, assim como compreender as perspectivas e desafios das TAE de Gaúcha do Norte em atuação profissional. Fui também esclarecido(a) de que não serão abordados temas pessoais que gerem algum tipo de constrangimento, uma vez que a coleta e usos das informações por mim oferecidas respeitam aspectos éticos e morais, que inclui total **confidencialidade da minha identidade**, se limitando pura e simplesmente ao objetivo da pesquisa anteriormente informada. Minha colaboração se fará por meio de:

Entrevista: conduzida oralmente pelo entrevistador, com a coleta de dados em gravações de áudio e vídeo; cujo tempo médio será de aproximadamente uma hora e meia; ou a critério da disponibilidade do entrevistado.

Fui informado que o acesso e a análise dos dados obtidos se farão apenas pelo pesquisador(a) e/ou seu(s) colaborador(es). Também estou ciente de que posso me retirar desta pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer prejuízos, sanções ou constrangimentos.

Assim sendo, abaixo assinado e identificado, autorizo no Brasil e em qualquer outro país, o uso de todos os dados e informações por mim fornecidos, com finalidade exclusivamente acadêmica e atesto o recebimento de uma via assinada deste documento.

NOME DA CIDADE Gaúcha do Norte/MT de de 2023.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura do(a) testemunha(a): _____